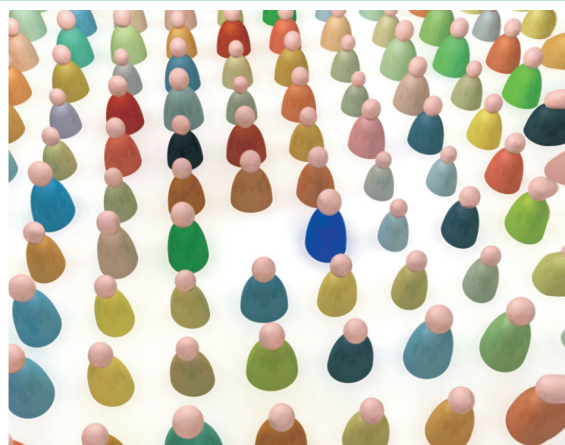


PROFESSOR TEODORO

**EM NOME
DO POVO**



REFLEXÕES: POLÍTICA, EDUCAÇÃO,
CIDADANIA E RELIGIOSIDADE

Vol. IX



Em nome do povo

Reflexões sobre política,
educação e cidadania

Vol. IX

COPYRIGHT © 2012 – José Teodoro Soares

Capa:
Luiz Carlos Alves

Revisão de texto:
Teobaldo Mesquita

Impressão:
Gráfica Cearense

Ficha Catográfica:

P962n Professor Teodoro.

Em nome do povo: reflexões sobre política, educação
e cidadania / Professor Teodoro. – Fortaleza:

_____ p.

Vol. IX

ISBN

1. Ciências políticas. 2. Educação. 3. Soares, José
Teodoro. I. Título.

CDDdir: 320

Professor Teodoro

Em nome do povo

Reflexões sobre política,
educação e cidadania

Vol. IX

Fortaleza, 2012



SUMÁRIO

1 - Política

O lugar da política.....	13
Mudança de partido.....	15
Ligado no Brasil.....	17
Hora da negociação.....	21

2 - Educação

Placa do Ideb nas escolas.....	25
Destaque educacional.....	29
Por que investir em educação?.....	31
Educação ou desigualdade.....	35
Retrato da desigualdade na educação.....	37
Mais aulas por dia.....	39
Encontro de experiências.....	41
Ampliação da Escola Nota 10.....	43
Miséria se combate com educação.....	47
Boa gestão faz a diferença.....	51
Ilhas de excelência.....	55
O mérito da lição chinesa.....	59
Casas de Cultura da Língua Portuguesa.....	63
Tecnologia na sala de aula.....	67
Aula bilíngue para surdos.....	71
Avaliação de cursos universitários.....	75
O Brasil pela educação.....	79
Censo do Ensino Superior.....	83

3 - Cidadania

Sobral, aos 238 anos.....	87
A cidade visível de dom José.....	91
Lula, Doutor Honoris Causa.....	95
Ideb de Sobral.....	97
Irmãs Paulinas no Ceará.....	99
Projeto Rondon, passado e presente ou Projeto Rondon em dois tempos.....	103
10 anos de Rondon no Ceará.....	105
A condição dos transexuais.....	107
UVA, legado de Dom José.....	109

Discurso em comemoração aos 50 anos do instituto/casa da cultura hispânica da UFC na assembleia legislativa do Ceará.....	115
---	-----

4 - Religiosidade

Família Contemporânea.....	121
Cem anos de Juazeiro do Norte.....	125
Ensino religioso.....	127
Família, educação e juventude.....	131
Audiência da Família.....	135
As sete faces da Igreja.....	137
80 anos do cônego Sadoc - 43 anos de UVA.....	141
Prêmio Direitos Humanos para Pe. João.....	147

Prefácio

Fui distinguido com o privilégio de prefaciar o tomo III do livro “Em nome do povo” em que o deputado Professor Teodoro relata feitos, fatos e comentários inerentes à sua ação parlamentar.

“Em nome do povo” atinge agora seu tomo IX, o que demonstra a produtividade, vigilância e eficiência da atuação desse ilustre político cearense. E, mais uma vez, o deputado Professor Teodoro teve a coragem de solicitar-me para fazer a apresentação desse nono volume. Agora, ao contrário da primeira vez, pesa-me uma responsabilidade maior, pois posso não repetir o desempenho anterior, mas os desafios foram feitos para ser enfrentados e não sou, como bem diz o nosso matuto, homem de correr com a sela.

“Em nome do povo”, tomo IX, guarda a mesma estrutura dos demais volumes já publicados, ou seja, é dividido em quatro capítulos com a visão do Professor Teodoro nos campos da Política, Educação, Cidadania e Religiosidade, marcos importantes em que decidiu pautar sua profícua atividade como representante do povo que o elegeu. A maioria dos textos foi publicada no jornal Correio da Semana, de Sobral, e os demais ainda são inéditos.

Apenas para despertar a curiosidade dos leitores, farei breves comentários sobre alguns artigos, em especial aqueles que, a meu julgar, são os mais interessantes e que demonstram o cumprimento do compromisso do político com os cearenses, especialmente com aqueles que a ele confiaram seu voto.

No capítulo referente à Política, em Mudança de partido, Teodoro explica as razões que o fizeram trocar o PSDB pelo PSD, nomeando-as como de natureza ideológica, política e afetiva. Em Ligado no Brasil, faz uma crítica aos atuais partidos políticos que se afastaram do povo e ressalta a criação e a proposta do Partido da Social Democracia – PSD, que não se preocupa em ser governo ou oposição, mas em fazer o melhor para termos um país mais desenvolvido, mais ético, mais justo e solidário.

O maior número de artigos está no campo da Educação, em coerência com seu lema de campanha e sua vasta experiência como educador. Inicia com o apoio ao articulista Gustavo Ioschpe, de Veja, em que propõe Placa do Ideb nas escolas e refere-se ao projeto similar que apresentou na Assembleia para que as escolas da rede pública do Estado tivessem o mesmo tratamento que as da rede federal. Enaltece

a cidade de Sobral em Destaque educacional, haja vista que se colocou entre os 100 municípios brasileiros com melhores notas no Ideb e, entre suas escolas, teve 5 com nível de excelência, com notas variando de 7,3 a 7,6. Nos demais artigos ressalta a necessidade de investir na educação pelo menos 10% do PIB, de reduzir as desigualdades regionais na distribuição dos recursos para o ensino, de aumentar o número de horas de aula por dia nas escolas, do ensino integral, de introduzir tecnologia na sala de aula e que a miséria se combate com a educação. Merece especial destaque o projeto que cria as Casas de Cultura da Língua Portuguesa, em contraponto à decisão do MEC de adotar como livro didático uma obra que contém erros crassos de português. Somente no Brasil acontece de o órgão máximo responsável pela educação aceitar tal disparate. Ensinar errado é um crime de lesa pátria e a reação de Teodoro e de grandes filólogos a tal absurdo deveria transformar-se em uma campanha nacional para o ensino correto de nossa língua.

No campo da Cidadania três artigos merecem atenção: A cidade visível de dom José, em que homenageia o grande bispo sobralense; Lula, Doutor Honoris Causa, despojado das conotações partidárias, comenta o título que foi concedido ao ex-presidente pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris, uma das mais importantes das academias francesas e em que cita Jean Claude Casanova: “Esta láurea, mais do que um reconhecimento pessoal, é uma homenagem ao povo brasileiro, que nos últimos anos realizou, de modo pacífico e democrático, uma verdadeira revolução econômica e social”; e 10 anos de Rondon no Ceará, em que exalta a atuação da Associação Estadual dos Rondonistas do Ceará no nosso Estado, ONG idealizada e criada por Teodoro em substituição ao Projeto Rondon, bela iniciativa dos governos militares e, inexplicavelmente, por eles extinto, e que, como uma fênix ressurgida das cinzas, leva os universitários a por em prática na sociedade, notadamente do interior, o que aprenderam na sala de aula, com mútuos benefícios, para eles e para as pessoas assistidas, sempre dentro do lema Integrar para não entregar.

Dentro do tema Religiosidade, cumpre enaltecer os artigos sobre a Família Contemporânea, reportando-se aos problemas que afligem as famílias hodiernas e o estabelecimento, na legislatura passada, por sua iniciativa, da Frente Parlamentar em Defesa da Família, transformada, na atual, em Subcomissão de Defesa da Família; dentro das comemorações dos Cem anos de Juazeiro do Norte, nascida à sombra da espiritualidade e ação política de padre Cícero, homenageia o povo do município e espera que a população engaje-se no projeto por

ele apresentado na Assembleia para a realização de um plebiscito para mudar o nome da cidade de Juazeiro do Norte para Juazeiro de Padre Cícero; em As sete faces da Igreja, refuta artigo publicado na revista Isto É mostrando os sete pecados que contribuíram para a perda de fiéis por parte da Igreja Católica, salientando que muitos pontos que são apontados como negativos têm seu lado positivo e que outros carecem de fundamentação; o último texto, Prêmio de Direitos Humanos para Pe. João, concedido pelo Governo Federal ao padre João Batista Frota, na categoria de Enfrentamento à Pobreza e em que é apresentado como criador de obras sociais importantes, valendo destacar o Projeto Cabra Nossa de Cada Dia, que contribuiu efetivamente para a diminuição da mortalidade infantil nas áreas mais carentes de Sobral e que hoje é copiado em vários municípios do Nordeste. Colega de seminário, Teodoro acompanha os passos do padre João, considerando-o um santo moderno, exemplo de solidariedade cristã vivida no dia a dia e não apenas no altar.

Em nome do povo IX é um livro que vale a pena ser lido, pois leva o leitor a refletir, não somente pelo conteúdo dos artigos que o compõem, mas, sobretudo pela fidelidade demonstrada pelo deputado Professor Teodoro às suas promessas de campanha, fruto dos ideais de um parlamentar preocupado com a política sadia, com a defesa da fé que professa, com a educação como fonte de desenvolvimento e formação de cidadania e em busca de uma sociedade mais humana, mais solidária e mais justa.

Fortaleza, outubro de 2012

Vicente de Paula Maia Santos Lima

Engenheiro-Agrônomo

Conselheiro do Conselho Estadual de Educação do Ceará



POLÍTICA

O lugar da política

Se todas as agremiações que deram entrada no TSE para criação de partidos lograrem êxito, teremos mais 20 legendas no quadro partidário brasileiro. Elas se somarão aos 27 partidos em atividade. Desde a redemocratização, em 1985, 79 siglas disputaram as eleições. O atual número de partidos já é um exagero, denotando crise de representatividade a demanda por mais 20 deles.

A sociedade é plural, e assim deve ser representada no Congresso, nas assembleias e câmaras municipais. No entanto, essa diversidade não se espelha. Na verdade, caminhamos para a heterogeneidade. Já disse aqui que PSDB e PT, partidos antagônicos na percepção de muitos, são primo-irmãos. As duas forças que se revezam na Presidência da República desde meados de 1990 bebem na mesma fonte da social-democracia.

Se nos debruçarmos sobre cada um dos programas e estatutos partidários, veremos que estão recheados de generalidades tratando dos mesmos temas com as mesmas abordagens.

Essa heterogeneização galopante, de acordo com a expressão do filósofo Michel Maffesoli, contamina as sociedades: “O trabalho não obedece mais às leis da negociação, as economias são submetidas a uma lógica guerreira, as instituições tendem à fragmentação, a política se tribaliza e obedece cada vez mais a um mecanismo de sedução”.

A análise do catedrático da Sorbonne, na área de estudos contemporâneos, está no livro “A Transfiguração do Político – a tribalização do mundo”. Aqui, ele decreta a morte da política, como se fosse um segredo de polichinelo: “O tempo da política passou”.

A expressão é provocante, mesmo porque ele reconhece no citado livro que a política é eterna, sempre esteve presente na história. Na verdade, as estruturas partidárias é que envelheceram porque, como aprendi do professor Maurice Duverger, a política está em primeiro lugar. “Politique d’abord”, como dizem os franceses.

Se a política está em primeiro lugar e é eterna, como podem decretar sua morte?

Os partidos estão esclerosados porque se deixaram acomodar em estruturas carcomidas, que não compreendem os avanços da sociedade. Crentes de que são exclusivos guardiões do fazer política, deixaram a inércia tomar conta. Esse *laissez faire*, ao lado de sua incapacidade de se atualizar, foi fatal para a credibilidade dessas

instituições. Ao se imaginarem carcereiros que aprisionaram a política para si, deixaram de ver que a política está na rua, como já diziam os estudantes parisienses no Maio de 68.

De novo Maffesoli provoca: “Se a política torna-se objeto de desconfiança geral, o político não parece mais capacitado para enfrentar os desafios do momento”. Isso é preocupante porque é um pensamento que permeia estratos sociais. Alguns chegam a questionar a existência do Legislativo.

O que Maffesoli explicitou em 1997, na primeira edição de seu livro, reflete-se agora no pensamento da professora Lilia Moritz Scharcz. Ela é organizadora, junto com André Botelho, do livro “Agenda Brasileira”, que reúne ensaios sobre temas contemporâneos nacionais. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, de 31 de julho, ela afirma que está havendo uma inversão no fluxo de poder e influência.

Doutora em Antropologia, Lilia Scharcz explica: “Se no passado as ONGs iam atrás dos partidos em busca de apoio, hoje são os partidos que vão atrás delas, para falar a públicos influentes”. Ela percebe um divórcio entre a rotina dos partidos e o Brasil real, e diz que o debate sobre os direitos civis, por exemplo, está chacoalhando a ideia de que só se faz política dentro das legendas.

A antropóloga dá o exemplo dos países nórdicos, onde já existe um modelo “mais fluido de relações entre partidos e organizações sociais”. A respeito disso, num debate recente, tentaram demonizar ONGs e associações comunitárias, como culpadas de malfeitos. A tendência é exatamente o contrário. Cada vez mais as ONGs e associações ganham relevância, pois antenadas com as novas demandas sociais.

Nós políticos, representantes do povo, precisamos repensar nosso modo de atuar, sob pena de perdermos o bonde da história. Sob pena de perdermos representatividade.

Assim, vejo como novidade e fruto dessa nova compreensão a visita do governador Cid Gomes às famílias que estão envolvidas no traçado planejado para inovações na mobilidade urbana. Afinal, a política está na rua.

Jornal Correio da Semana, 06 de agosto de 2011

Mudança de partido

Ingressei no PSDB em 1988, a convite do governador do Ceará de então, Tasso Jereissati. E desde logo assumi a presidência do diretório municipal do partido em Sobral, contribuindo para o engrandecimento da legenda em perfeita sintonia com as hierarquias partidárias e nossas maiores lideranças.

O tempo em que desempenhamos nossas funções no PSDB foi marcado por muitas realizações pessoais, mas, sobretudo, pela convicção de que nos dedicamos de corpo e alma a este grupo, afinados e comprometidos com sua proposta ideológica e com as missões que nos foram confiadas, sempre com lealdade ao partido e aos nossos pares.

Tasso Jereissati, fundador e ícone tucano, inaugurou no Ceará um conceito de governo e um projeto de mudanças que deram novo rumo à história do Ceará. Desde o primeiro momento, Ciro (seu líder de governo na Assembleia) e Cid (presidente da Assembleia e depois prefeito de Sobral) eram parte indissociável desse projeto de gestão, denominado Governo das Mudanças, que recuperou a autoestima do cearense.

Este conceito de governo não sofreu descontinuidade desde então, passando por Ciro Gomes, duas outras vezes com Tasso Jereissati, Lúcio Alcântara e, agora, Cid Gomes. É um projeto vitorioso que pertence a todos nós, principalmente os da social-democracia cearense.

A compreensão de governo e o estilo de gestão são os mesmos que conduziram mudanças significativas na nossa história.

As circunstâncias políticas e a falta de tradição de organização partidária, que demanda a reforma política, colocaram esses personagens em partidos diferentes. Mesmo assim, jamais essas forças se afastaram, incluindo apoio político explícito, mesmo após embates eleitorais.

Não custa lembrar que até a undécima hora do prazo eleitoral, o PSDB fazia parte da equipe de governo de Cid Gomes, com dois secretários de destaque: Bismark Maia, na Secretaria de Turismo, e Marcos Cals, na Secretaria da Justiça. Até a última hora, a direção oscilou entre apoiar o governo e lançar candidato próprio, sair coligado ou isolado.

No entanto, apesar de cenário semelhante, em que o Governador Cid Gomes vence disputa eleitoral enfrentando um candidato tucano, o partido mudou seu entendimento sobre a relação da sigla com o mesmíssimo governo do qual fizera parte na gestão anterior.

Sou amigo e admirador de Cid Gomes há mais de 20 anos. Tive a honra de ser seu aliado e parceiro, quando fui reitor da UVA (1990-2006),

na área de educação e cultura de nossa cidade e de toda a região norte. Fui testemunha do íntimo relacionamento político e administrativo entre prefeito e governador, que resultou em enormes benefícios para Sobral.

Sempre falei que naquele período de mais de 15 anos, Sobral experimentou uma espécie de “Pax sobralense”, tal era a consonância entre Ciro, Tasso e Cid.

Por esses motivos estou neste momento me desfilando do Partido da Social Democracia-PSDB, agradecendo o apoio recebido dos líderes do partido, bem como de todos os filiados e funcionários, que sempre me deram todo apoio, quando necessário. Espero continuar lutando segundo os ideais da social-democracia.

Por uma feliz coincidência, o nome do novo partido no qual estou ingressando evoca memórias no campo afetivo. Meu pai, Agrípio Teodoro Soares, foi prefeito de Reriutaba. Ele exercia a função que hoje seria a de presidente regional do PSD, único partido a que se filiou e foi fiel até o fim de seus dias.

O PSD de então, o Partido Social Democrático, quase homônimo do atual, fazia frente à UDN – União Democrática Nacional. Aquele PSD tinha expoentes da política cearense, como Menezes Pimentel, José Martins Rodrigues e Raul Barbosa.

Portanto, ingresso no PSD por razões ideológicas, circunstâncias políticas e memória afetiva. Espero que o PSDB continue sua missão de laborar pela democracia e desenvolvimento do Ceará. Estaremos com esse mesmo objetivo no PSD.

Agradecemos a todos os companheiros com quem convivemos nessa lide partidária, os deputados tucanos, correligionários e militantes. Em especial, agradecemos ao ex-senador e ex-governador Tasso Jereissati. Ele deixou um grande legado não apenas ao PSDB, mas a todos os cearenses. É um honra ter sido contemporâneo e aliado de um dos maiores nomes da política cearense de todos os tempos.

Jornal Correio da Semana, 08 de outubro de 2011

Ligado no Brasil

No último dia 26 de outubro, estivemos no Congresso Nacional para apresentação da bancada federal do PSD, com 55 deputados federais e dois senadores. A comissão do Ceará, capitaneada pelo presidente estadual do partido, Dr. Almicir Pinto, era composta também pelos parlamentares Manoel Salviano, Nenem Coelho, Rogério Aguiar, Osmar Baquit, Leonardo Pinheiro, entre outros filiados.

Foi uma demonstração de força política, pois o novo partido já surge como a terceira maior bancada da Câmara dos Deputados, atrás apenas de PT e PMDB. Cerca de 2 mil pessoas estiveram presentes, lotando o auditório Petrônio Portela do Senado Federal, com representantes de cerca de 600 prefeitos e 6 mil vereadores que se filiaram ao PSD.

O Partido da Social Democracia nasce dentro de um novo ciclo político brasileiro, e também mundial, que exige um projeto de reformas. É sob o signo da mudança que a nova sigla pretende se apresentar ao Brasil. E logo de início, foi questionada sobre o posicionamento ideológico. Não é de centro, esquerda ou direita, disse o presidente do partido, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab.

Muitos apontaram a indefinição ideológica como um defeito, quando, na realidade, é uma virtude, diante das modificações por que passa a sociedade, principalmente com as demonstrações de indignação em relação aos malfeitos no serviço público. Certamente, é essa nova correlação de forças e circunstâncias sociais que fizeram a presidente Dilma Roussef trocar cinco ministros envolvidos com a suspeita de corrupção e irregularidades no governo.

A população tem apoiado a presidente Dilma na sua faxina, que desagradou meio mundo político entre os aliados, que não estavam acostumados com essa exigência de probidade no serviço público. A derrocada dos partidos, instituição ainda precária em nossa tenra democracia, começa quando loteiam cargos para as siglas. Muitos de seus integrantes passam a trabalhar com o objetivo de fortalecer o partido, e não o governo ou a sociedade. Esse desvirtuamento tem contribuído para a falta de representatividade dos partidos.

Criados para intermediar os anseios dos eleitores com a estrutura do Estado, os partidos têm fundamental importância na democracia representativa. No entanto, a falta de conexão com o mundo real e com as demandas sociais fez com que as agremiações se distanciassem

tanto de seus representados que sua credibilidade foi ao rés do chão.

Há muito se espera uma reforma política, que não chega nunca. Daí essa necessidade imperiosa de ter um partido que esteja mais presente na vida das pessoas, que fale de seus problemas, anseios e inquietações. O afastamento de seu modelo original levou à esclerose dos partidos, que não conseguem se atualizar nem renovar sua forma de atuação.

Michel Maffesoli, catedrático da Sorbonne que estuda os problemas contemporâneos, há muito decretou a morte dos partidos, que caducaram em estruturas atrasadas e burocráticas, servindo apenas de cartório para filiar os que querem concorrer a alguma eleição. Daí, o ressurgimento das tribos, que é um modelo arcaico para resolver problemas da atualidade.

Não há um sentimento de pertencer a um partido, como há, por exemplo, de participar de uma torcida organizada, ou de um clube com interesses comuns. Os partidos se deterioraram de tal forma que estão na ponta inferior de uma lista de instituições com credibilidade diante da população.

Agora mesmo, movimentos que espalharam manifestação de protesto em várias capitais contra a corrupção rechaçaram a participação de partidos políticos, para deixar claro seu aspecto apartidário. O partido político, lamentavelmente, tem se transformado em alvo de rejeição. O político é visto como uma personalidade pejorativa. E isso é péssimo para a democracia.

Com Lula, encerrou-se um ciclo político iniciado com a eleição de Collor de Mello, depois do trauma da morte de Tancredo que, eleito, não chegou a assumir. Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Lula completam o ciclo. O Brasil caminhava olhando para trás, esgrimindo desculpas por um passado que os outros haviam construído.

Queremos olhar para a frente e agir de acordo com as necessidades nacionais. Por isso, o PSD está patrocinando a proposta de uma revisão constituinte, que já era prevista na Constituição de 1988 para daí a cinco anos, mas que vem sendo postergada até hoje. Parlamentares eleitos exclusivamente para a revisão constituinte teriam dois anos para realizar seu trabalho, sem abordar as cláusulas pétreas garantidas na Carta Maior.

O voto distrital é outra bandeira do partido, de acordo com a nova visão de maior aproximação entre representantes e representados. Logo depois do pleito, o eleitor não se lembra em quem votou e em qual partido depositou sua confiança. A proximidade do representante no distrito

aproxima a democracia representativa da democracia participativa, pois é mais fácil acompanhar o desempenho do seu parlamentar.

O PSD está ligado no Brasil e antenado com as novas mudanças, sensível ao pensamento do povo brasileiro, que cansou de ver tanto clientelismo por todo o País, preferindo acreditar naqueles com condições técnicas, isto é, competência para gerir seu país, seu estado, sua cidade.

Como diz um documento do PSD, “há tempos o Brasil está amarrado, travado, perdido em discussões que não prosperam, viciadas ora pelo fisiologismo, ora pelo corporativismo, radicalismo ou problemas menores”.

Em seu manifesto à nação, o PSD deixou clara sua posição na defesa das liberdades de expressão e opinião e ao direito do cidadão à informação, contra qualquer tipo de censura, controle, restrição ou regulamentação da mídia. E declarou sua crença na iniciativa e na propriedade privadas, na economia de mercado como regime capaz de gerar riqueza e desenvolvimento.

O Estado deve ser forte e regulador, mas democrático e centrado nas suas prioridades sociais, notadamente a educação de qualidade, bom atendimento na saúde e segurança pública, sempre com o envolvimento da sociedade.

Com o intuito de se aproximar de seus eleitores, o PSD está criando vários canais de comunicação, principalmente através da internet e das redes sociais, para discutir os assuntos que dizem respeito à comunidade.

Outro ponto alto do partido é a Fundação Espaço Democrático, dirigida pelo vice-governador de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, com o objetivo de reunir especialistas das diversas correntes de pensamento, a fim de debater com a executiva do PSD os grandes desafios brasileiros. Serão realizados 27 seminários, ouvindo a sociedade para colher subsídios ao projeto de Um Novo Brasil.

Estamos felizes por participar desse novo projeto, dentro de um partido que não se preocupa em ser governo ou oposição, mas em fazer o melhor para termos um País mais desenvolvido, mais ético, mais justo e solidário.

Hora da negociação

Um fato novo se apresenta na greve dos professores do ensino fundamental, que já se estende por mais de 2 meses, prejudicando de forma irrecuperável o aprendizado de estudantes que mais precisam de educação para se igualar aos mais favorecidos, seja na competição para conseguir uma vaga numa boa universidade pública ou para disputa de uma futura colocação no mercado de trabalho.

Mesmo compreendendo que o direito de greve dos professores é uma garantia constitucional, o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb no Ceará apresentou uma proposta que pode colocar um fim no movimento paredista. A versão apresentada pelo Fundeb se aproxima muito das reivindicações dos professores.

Quero de início elogiar o Conselho do Fundeb, do qual participo, pela iniciativa de intermediar uma greve que não só prejudica pais e alunos, como desgasta toda a categoria. O ganho político do movimento é insofismável, tendo conquistado a simpatia da opinião pública e solidariedade de toda a comunidade escolar.

No entanto, essa paralisação já está além do razoável, e está mais do que na hora de voltar às aulas. O professor Geraldo Magela, presidente do Conselho e pai de aluno de escola pública, e o Dr. Irineu Carvalho, assessor técnico do Conselho do Fundeb, elaboraram essa proposta, já negociaram com algumas instâncias e acreditam que haverá em breve uma solução.

Essa nova proposta, que já foi apreciada ontem pelas partes envolvidas, não encontrou resistência por parte do governo e foi recebida com simpatia por líderes da categoria. Ela será levada em consideração na próxima assembleia geral, que acontece nesta sexta-feira, amanhã.

Com o final da greve, esperado por toda a sociedade, já está garantida a composição de um comitê de negociação, com a primeira reunião prevista para a próxima segunda-feira, dia 10, no gabinete da Secretaria da Educação, para negociar a aplicação da nova tabela apresentada pelo Conselho do Fundeb.

O comitê já tem até a definição de seus componentes, que são: Governo do Estado, Ministério Público, OAB, sindicato e conselho do Fundeb.

Esperamos que a serenidade volte e que os professores saiam vitoriosos também no campo econômico-financeiro, dentro das disponibilidades orçamentárias do governo.

Entre as alterações previstas na nova proposta está a do piso

inicial, que passaria para 1.400 reais, bem acima dos 1.187 reais oferecidos pelo governo e abaixo dos 1.532 reais reivindicados, mas considerado fora da realidade.

A regência de classe, que havia sido eliminada pela proposta do governo, retorna na nova proposta como garantia permanente e de estímulo à carreira do magistério.

Quanto à qualificação profissional, que os professores argumentam que estaria desestimulada na tabela oficial, o Conselho do Fundeb sugere percentuais sobre a remuneração do professor, de acordo com seu título acadêmico: 15% a mais para especialistas, 25% para mestres e 30% para doutores.

Ao nos debruçarmos sobre o documento do Fundeb, encaminhado também para o Ministério Público Estadual, verificamos que foi assegurado um ganho real linear mínimo de 5% para toda a categoria. Esse é o percentual mínimo, mas há casos em que professores são agraciados com 16% de ganho remuneratório.

Reforçamos nosso apelo para que os ânimos sejam serenados, que a negociação signifique vitória para todos os lados, em que todos ganhem, a começar pelos alunos, professores e toda a sociedade.

EDUCAÇÃO

Placa do Ideb nas escolas

Solicitei à Mesa Diretora da Assembleia o registro nos seus anais do artigo do economista Gustavo Loschpe, publicado na revista *Veja*, edição 2225, datada de 13 de julho de 2011. Com o título de “Precisamos de educação diferente de acordo com a classe social”, o texto do articulista da *Veja*, especialista em educação, embasa dois projetos de lei que estão tramitando: um, de minha autoria, e outro do deputado Mailson Cruz.

Mas a importância dele vai além do embasamento a um projeto em tramitação. Principalmente porque joga luzes num debate que não pode mais ser adiado. Uma educação diferenciada, de melhor qualidade, para quem mais precisa. Para quem é mais vulnerável, uma tarefa que o Estado precisa assumir, para garantir expectativa de justiça social. Para contextualizar o momento em que foram apresentados os projetos, transcrevo o início de seu artigo:

“No fim do artigo do mês passado, lancei aos nossos congressistas uma sugestão: que façam uma lei determinando que toda escola pública coloque uma placa de boa visibilidade na entrada principal com o seu Ideb. A lógica é simples. Em primeiro lugar, todo cidadão tem o direito de saber a qualidade da escola que seu filho frequenta. Hoje, esse dado está ‘escondido’ em um site do Ministério da Educação”.

A sugestão de Gustavo Loschpe foi acolhida de imediato. Os deputados Ronaldo Caiado, do DEM de Goiás, e Edmar Arruda, do PSC do Paraná, deram entrada no protocolo da Câmara dos Deputados, apresentando texto semelhante, pois apoiado no que escrevera a *Veja*.

No mesmo intuito, apresentei aqui na Assembleia projeto semelhante, para que as escolas da rede pública do Estado tivessem o mesmo tratamento que as da rede federal. Achei a ideia simples e muito eficaz, além de contribuir para a cultura da transparência do serviço público. Por isso sou um entusiasta da ideia, e acho que o governador deveria adotá-la de imediato, sem esperar pela tramitação dos projetos. Um dos objetivos de dar visibilidade à nota do Ideb, segundo seu idealizador, é tirar a sociedade brasileira da inércia em relação às nossas escolas. Na mais recente avaliação sobre esse tema, uma pesquisa revelou que professores, alunos e seus pais acham as escolas boas. E elas não são. A fixação da nota serve para desfazer esse engano.

Por falar em engano, gostaria de fazer um parêntese para prestar esclarecimento. Na coluna “Comunicado” do Diário do Nordeste,

do dia 4 de julho, fomos acusados, eu e o deputado Mailson, de não ter criatividade, e que nossos projetos eram cópias do deputado Edmar Arruda. Ora, o projeto do deputado Ronaldo Caiado também é igual ao do Edmar Arruda.

Como a própria Veja informa:

Já foi aprovada como lei municipal em Teresina, em projeto de Ronneu Lustosa, e tramita como lei estadual no Piauí e em Mato Grosso. Está em discussão em outras cidades, entre elas São Paulo, onde o vereador Floriano Pesaro e o secretário de Educação, Alexandre Schneider, desenvolvem o projeto. Vários veículos de mídia já a apoiaram: a Folha de S. Paulo, o Grupo RBS, o Grupo ORM e o jornal O Globo. Nizan Guanaes cedeu o talento do seu Grupo ABC para trabalhar na formatação gráfica e na normatização da placa.

Como já dissemos, todos esses projetos atenderam ao apelo do articulista da Veja por esta lei, pois a ideia é muito boa. Então, não é compreensível a cobrança de criatividade quando se está seguindo uma sugestão publicada na revista de maior circulação e abrangência nacional. Entendemos que não houve má fé do jornalista. Ele viu os projetos iguais, não sabia que havia outros, muito menos sabia do texto do Gustavo Loschpe, e tirou conclusões apressadas.

Compreendemos que ele agiu corretamente, mas foi injusto conosco, embora involuntariamente. Estamos apenas dando explicações, porque foi uma acusação pública que alcançou dois deputados. Os esclarecimentos, os meus e os do deputado Mailson Cruz, foram encaminhados ao Diário. Como não houve publicação de nossa versão, registramos aqui o que de fato aconteceu.

Dada a explicação, quero voltar à iniciativa de Gustavo Loschpe sobre a educação diferenciada, de acordo com a realidade social do aluno. Eis o que ele mesmo diz em seu artigo:

“Nosso problema não é termos alunos pobres; é que nosso sistema educacional não sabe como ensiná-los, e está mais preocupado em encontrar meios de continuar não enxergando essa deficiência do que em solucioná-la. Por isso eu digo: precisamos, sim, de ensino e padrões diferentes para ricos e pobres. Precisamos que a escola dos pobres ensine mais do que a dos ricos. Deve ser a nossa meta. Se não for, não estaremos dando igualdade de oportunidades a pessoas que já nascem com tantos déficits em sua vida. E se o Brasil como um todo não melhorar seu nível educacional, jamais chegaremos ao primeiro mundo”.

Segundo Gustavo Loschpe, a visão que predomina hoje é a de que só poderemos oferecer educação de qualidade a todos quando nos

tornarmos um país de gente rica. Concordamos com ele quando afirma que, “na verdade, o salto da educação precisa vir antes. Sem educação de qualidade não teremos desenvolvimento sustentado. Um país não pode ser melhor, mais rico e mais bem preparado do que as pessoas que o compõem”.

O articulista da Veja enriquece o debate. E aqui, já gostaria de sugerir uma audiência, junto com o deputado Mailson, para discutir nosso projeto, e seria bom se pudéssemos contar com a presença do economista Gustavo Loschpe para uma palestra sobre o assunto, seguida de debate.

Jornal Correio da Semana, 16 de julho de 2011

Destaque educacional

Cinco escolas de Sobral merecem colocar num *outdoor* a nota que elas obtiveram no Ideb. O Ceará tem a melhor média do Nordeste, mas abaixo da média nacional. O destaque mesmo é Sobral, entre os 100 municípios brasileiros com melhores notas.

E dentro de Sobral, uma ilha de excelência, com algumas escolas apresentando notas que não só superam a média nacional (quase o dobro), mas vão muito além da meta que o Ministério da Educação espera ser alcançada apenas daqui a 10 anos, em 2021. O bom é que a excelência de ensino é democrática. Das cinco escolas que estão no topo das melhores notas nacionais, três são da sede de Sobral, e duas, de distritos: uma de Taperuaba, e outra de Patos.

As notas ainda são de 2009, a edição mais recente do exame do Ideb. No entanto, elas vieram à tona com a matéria de capa do caderno Regional, do jornal Diário do Nordeste, edição de domingo, dia 17/7, com a foto da Escola Padre Osvaldo Chaves ilustrando o texto, cuja manchete era “Interior tem exemplos de prefeituras com boa gestão”. O jornal pesquisou as prefeituras que aplicam recursos constitucionais em três categorias: educação, saúde e meio ambiente.

Conforme a reportagem, Sobral é o único município cearense que ocupa lugares no ranking dos 10 melhores em educação e meio ambiente. A informação se baseia nos índices utilizados para os cálculos de distribuição do ICMS deste ano.

De acordo com os índices de qualidade, Sobral figura em 8º lugar no meio ambiente e é o segundo em educação, perdendo, neste item, apenas para o município de Irapuan Pinheiro. Embora em segundo lugar em aplicação na educação, Sobral se destaca nesta categoria, que tem servido de vitrine para o município.

Segundo os resultados do Ideb, Sobral é a única cidade do Norte e Nordeste a ficar entre as 100 melhores notas do Ideb, com média de 6,6. A nota é superior à média cearense (4,2) e até mesmo à nacional, que registra 4,4. O município se destaca porque, obviamente, as escolas tiram boas notas. A matéria do jornal demonstra isso ao citar cinco escolas com média superior a 7, elencadas entre as melhores notas do Brasil.

Cinco escolas estão entre as de nível de excelência: Escola José da Matta e Silva, com nota 7,6; Escola Silvana Machado, com a mesma nota; e Escola José Ermírio de Moraes, com média de 7,5. Também

tirou 7,5 de média a Escola Frederico Alto Correia, de Tapuruaba. Já a Escola Deliza Lopes, do distrito de Patos, ficou com nota 7,3.

A reportagem deve ter surpreendido muitos leitores, embora a notícia não seja nova.

O Ideb é um instrumento de aferição de desempenho escolar, uma das melhores iniciativas do MEC nos últimos anos. Sem avaliação, não temos sequer como estabelecer metas, compreender os erros e descobrir soluções. Daí, a importância de darmos destaque à nota que a escola tira nesta avaliação.

Há uma crença generalizada entre alunos, pais e professores de que a escola é boa. Na verdade, para um grande contingente de adultos que jamais foram à escola, já é uma vitória olhar seu filho estudando, com direito à alimentação, uniforme e até material escolar. Esse pensamento predomina no ambiente escolar, levando a conformismo cruel. É como se, para aqueles alunos, a qualidade do aprendizado não importasse tanto. E, na verdade, é o que mais importa.

Por isso, a importância de um projeto nosso que propõe seja afixada na porta de cada escola uma placa com sua média no Ideb, além da média do município e do estado, para fins comparativos. A nota ostensivamente exposta reflete a realidade do ensino. Nestes casos de escolas excelentes, que só Sobral pode hoje oferecer, a placa alimenta a autoestima de toda a comunidade escolar. E serve também para apontar caminhos. Pois se Sobral conseguiu, é uma experiência factível, que pode servir de *benchmarking* para os demais municípios.

Quando a nota não for tão boa, é motivo de apreensão e de mobilização e até mesmo de cobrança. Havendo condição de comparar, os envolvidos com a educação, incluindo gestores da instituição e da rede de ensino, vão ter que procurar uma solução. Não podemos nos conformar com baixo desempenho na educação, pois só ela pode provocar a real inclusão social. Nada mais certo que um antigo lema da UVA: “a inclusão pela educação”.

Se o Ideb é um excelente instrumento de avaliação e condição para melhoria da qualidade do ensino, nada mais sensato do que dar visibilidade a seus resultados, a fim de que sirvam para comemorar ou modificar procedimentos. A educação não pode esperar nem se contentar com paliativos.

A placa do Ideb na porta da escola é o retrato de nosso esforço e de nossa competência na tarefa de bem educar nosso povo.

Por que investir em educação?

Com esse mesmo título do artigo, o site Educar para Crescer, uma página na internet totalmente dedicada à educação, publicou matéria explicando de forma didática os cinco grandes motivos para o Brasil aumentar os investimentos em educação. Segundo o texto, investir em educação tem efeito sobre toda a cadeia econômica. Afeta o consumo, a saúde, a habitação, a segurança e tantos outros segmentos importantes de uma sociedade em desenvolvimento.

A constatação é simples: pessoas instruídas têm melhores empregos, maiores salários e, conseqüentemente, maior poder de compra. Uma população com mais anos de estudo tende a cuidar melhor da saúde, diminuindo gastos do poder público nesta área, e também comete menos crimes. Estudiosos de várias áreas, incluindo a Economia, concordam que o combate à miséria só será eficaz com a educação. População sem educação tenderá a perpetuar baixos índices de desenvolvimento humano.

Eis os cinco motivos apontados pelo site que dão suporte à demanda por mais recursos na área educacional:

1. Nações que investiram têm melhor distribuição de renda entre seus cidadãos

A matéria mostra o contraste entre a história de Cláudia Queiroz e sua mãe, uma lavadeira de roupa, ilustrando o sucesso que a educação é capaz de propiciar. Num ambiente adverso, Cláudia teria o mesmo destino de sua mãe se a educação não tivesse ampliado suas expectativas. Funcionária da Fiat, em Belo Horizonte, tem seu próprio carro, fala fluentemente mais de uma língua, já viajou pela Europa a trabalho. Seus pais estão fora da sociedade de consumo, da qual ela participa, introduzida pelas benesses da educação.

Essa relação entre ensino e desenvolvimento, demonstrada na vida de Cláudia e de cada pessoa, dá-se também em nível de país, provando que educação implica crescimento. Estados Unidos, Japão, Canadá e Coreia do Sul, gigantes em força econômica e com boa distribuição de renda, investiram pesado na instrução de seus cidadãos para chegar a esse patamar.

Segundo estudo do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), cada ano de estudo representa um acréscimo de 16% no rendimento mensal. Se a pessoa chega então a completar um curso superior, ela recebe, em média, salário 168% maior em comparação

com os ganhos de quem não foi além do ensino médio, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2. O Brasil está ficando para trás em relação a outros países Segundo levantamento do economista Gustavo Loschpe, nas nações desenvolvidas, 60 de cada 100 jovens com a idade entre 18 e 24 anos chegam à universidade. Nos Estados Unidos a taxa de matrícula no ensino superior é ainda maior, de 90%. O índice brasileiro (20%) equivale à metade dos índices de Chile, Venezuela e Uruguai. Isso significa que não estamos ficando atrás apenas das nações mais ricas. Mesmo entre as em desenvolvimento, o Brasil está ficando para trás na corrida pela educação, que traz o desenvolvimento.

3. Falta gente qualificada no mercado de trabalho

A economia brasileira, que experimentou forte crescimento nos últimos anos, está enfrentando um obstáculo, a falta de mão de obra qualificada. Os novos postos de trabalho que se abrem exigem qualificação, para a qual o Brasil não se preparou. E a tendência, com os avanços tecnológicos, é que os empregos exijam cada vez mais adequação a este novo ambiente de trabalho. Loschpe usa uma metáfora futebolística para explicar a situação. “Dá para dizer que o Brasil, ao acertar seus índices macroeconômicos, conseguiu botar o campo e as traves em ordem, mas seus jogadores são muito fracos, despreparados... Então de que adianta?”

4. Investimentos privados pautam ações de prefeitos e secretários municipais.

Nesse tema sobre o qual não se fala muito, o site explica que, dos 65 bilhões de reais que o Brasil investe por ano em ensino, apenas 1,5 bilhão são provenientes da iniciativa privada. A proporção é pequena, mas o custeio da educação da população, em qualquer país, sempre foi responsabilidade do governo. A participação empresarial é salutar, pois as iniciativas de sucesso demonstram aos prefeitos e secretários que esse caminho é bom. “Boa parte desses gestores não tem formação na área de educação. Na realidade, algumas vezes eles nem possuem formação nenhuma.”

5. A baixa qualidade da educação estimula a evasão escolar

Quando os estudantes não aprendem e não sentem uma evolução no seu aprendizado, facilmente se desmotivam e acabam por abandonar o ensino. Isso gera uma catástrofe, pois menos da metade dos alunos chega a concluir o ensino médio. Sabe-se que quase um terço da população não consegue ler e compreender textos simples. “O acesso à educação cresceu nos últimos dez anos, mas sua qualidade,

paradoxalmente, caiu”, afirma o economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. O índice de repetência na primeira série de alunos da rede pública é de 32%. Dois terços dos estudantes de 14 anos estão abaixo da 8ª série, isto é, atrasados.

Por todos esses motivos, precisamos insistir nos 10% do PIB para a educação. Afinal, como dizem os jovens do movimento estudantil, “educação tem que ser 10”.

Jornal Correio da Semana, 13 de agosto de 2011

Educação ou desigualdade

O retrato da desigualdade do Brasil, com todas as nuances de suas causas, é revelado pela mais recente avaliação da educação brasileira. Uma constatação nada desprezível é que mais da metade dos alunos do 3º ano do ensino fundamental não consegue fazer operações básicas de somar e diminuir. Os alunos não sabem dizer as horas num relógio digital. O desempenho em matemática é pífio para um país com demanda crescente por engenheiros e profissões que trabalham com cálculos.

A prova ABC (Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização), que verifica o nível de alfabetização das crianças, demonstrou que apenas 42,8% dos estudantes do 3º ano (antiga 2ª série) aprenderam o que era esperado em matemática. Em leitura, o desempenho foi menos mal: 56,1%. Revelou também grande disparidade entre as redes de ensino pública e privada e entre as regiões brasileiras. O verdadeiro retrato da desigualdade do país. Não teremos justiça social enquanto houver um fosso na qualidade da educação entre ricos e pobres.

De cada 100 alunos da escola pública, 67 não são capazes de calcular um troco na compra. O desastre é maior na região Nordeste, onde 75% dos alunos não sabem nada de matemática, e na região Norte, onde o percentual chega a 78%. E a diferença de desempenho entre a rede pública e a privada é de 30 pontos percentuais. Enquanto o percentual de alunos que apresentaram o resultado esperado em leitura é de 79% na escola particular, ele cai para 49% na rede oficial.

Quando se trata de matemática, é um abismo. A diferença de desempenho entre as duas redes de ensino vai além dos 40 pontos percentuais. A média nacional da rede pública é de 32% de aproveitamento, em contraponto aos 74% da rede particular.

Em termos de escrita, o Nordeste apresentou o pior resultado, com apenas 30% de aproveitamento. O Norte ficou com 40%. As outras regiões, todas estão acima dos 70% de aproveitamento.

A avaliação foi feita numa parceria do movimento Todos pela Educação com o Instituto Paulo Montenegro/Ibope, a Fundação Cesgranrio e o Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. O exame foi aplicado no primeiro semestre de 2011 para 6 mil alunos de escolas municipais, estaduais e particulares de todas as capitais do Brasil.

A cada avaliação que se apresenta, demonstra-se a urgência com que o problema precisa ser enfrentado e fica patente também que precisa haver mudança na forma de encará-lo, pois o que se tem feito se revela ainda muito aquém do necessário para o país que almejamos ser, competitivos nesta sociedade moderna, comandada pelo conhecimento e a inovação.

Nas circunstâncias em que nos encontramos, precisamos colocar como meta a inversão dessa realidade. A escola pública, por se destinar aos menos favorecidos e à grande maioria da população, deve ser de qualidade melhor ou igual à das particulares. A primeira decisão é garantir os 10% do PIB para investimento na educação. Depois, equacionar a distribuição de recursos para onde necessários: regiões Norte e Nordeste.

A escola da rede pública deve dispor dos mesmos recursos pedagógicos, tecnológicos e de estrutura que se encontram na rede privada. É por isso que apresentamos projeto de lei que disciplina o uso de *tablets* e *smartphones* nas salas de aula da rede pública.

Um jornalista, numa análise apressada, concluiu que eu estava defendendo um projeto de estudantes ricos. Ora, os ricos não precisam dessa lei para usar equipamentos eletrônicos com fins de aprendizagem. Eles já fazem isso. O objetivo do nosso projeto é exatamente o inverso do que concluiu o jornalista. Nós queremos esses mesmos equipamentos na rede pública, para igualdade de condições.

Além de mudar essa concepção de “basta o giz e a lousa para aprender”, precisamos investigar melhor nossa pedagogia. As avaliações, que são instrumento fundamental para a melhoria educacional e de qualquer empreendimento, revelam resultados insatisfatórios. Há que se repensar as táticas e estratégias de ensino.

Como já frisou o professor Cláudio de Moura Castro, os professores precisam ensinar o feijão-com-arroz, em vez de se perderem em teorias de ensino, que estão distante da realidade do aluno. A escola tem que oferecer pelo menos o básico que se espera: o aprendizado das letras, dos números e da escrita. Quando falha nessa missão, tudo mais que ela realizou foi comprometido por esse resultado ruim.

Termino com a mensagem que está sendo veiculada pelo movimento Todos pela Educação: “Se a gente quer um país mais justo e menos desigual, oferecer educação de qualidade é mais do que urgente”.

Retrato da desigualdade na educação

O Ministério da Educação divulgou nesta semana os números do Exame Nacional do Ensino Médio realizado no ano passado. O relatório do Enem 2010 pode ser visto também como o retrato da desigualdade no Brasil. Oitenta por cento das escolas públicas ficaram abaixo da média. Entre os colégios particulares, apenas 8% não ficaram acima da média. Entre as 100 melhores escolas, apenas 13 são públicas. Já no grupo das 100 piores nenhuma é da rede privada.

Há duas semanas, também foi divulgado o resultado da Prova ABC (Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização), que verifica o nível de alfabetização das crianças. O exame constatou que mais da metade dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental não consegue fazer operações básicas de somar e diminuir. Os alunos não sabem dizer as horas num relógio digital.

Apenas 42,8% dos estudantes do 3º ano (antiga 2ª série) aprenderam o que era esperado em matemática. Em leitura, o desempenho foi menos mal: 56,1%. Revelou também grande disparidade entre as redes de ensino público e privada e entre as regiões brasileiras. Não teremos justiça social enquanto houver um fosso na qualidade da educação entre ricos e pobres.

A avaliação feita pelo Enem, que também aponta esse fosso entre as escolas da rede pública e privada, indica um rumo e um modelo a seguir. As 13 escolas públicas que compõem a lista das 100 melhores no Enem, todas têm modelo diferenciado, boa parte está vinculada às universidades públicas e nenhuma pertence à rede pública estadual regular. Nesse grupo incluem-se os colégios militares, os institutos federais de educação profissional e as escolas técnicas estaduais.

O próprio ministro Fernando Haddad reconheceu o abismo entre as duas redes, conforme declarou ao jornal O Globo de ontem (12/09). Ele observou que o problema é mundial, mas no Brasil o absurdo está na desigualdade. “O que chama a atenção no caso brasileiro é que as distâncias são intoleráveis”.

Para especialistas, a gravidade é de tal monta que os alunos da escola pública teriam de estudar mais dois anos para alcançar os colegas da rede particular de ensino. A conclusão é do professor Ocimar Munhoz Alavarse, da Faculdade de Educação da USP. A conclusão inescapável é que os pobres, de todo já prejudicados, saem atrás nessa corrida pelo aprendizado. Não há condições de igualdade, e a injustiça vai se perpetuando.

O mesmo professor da USP arrisca uma receita. Para ele, o governo e os estados, responsáveis por 97,5% da rede pública, precisam articular uma reforma profunda. A mudança precisa vir amparada em três vertentes: injeção de recursos (incluindo melhoria salarial de professores), reforma física e organizacional das escolas e melhoria na formação dos professores.

A cada avaliação que se apresenta, demonstra-se a urgência com que o problema precisa ser enfrentado e fica patente também que precisa haver mudança na forma de encará-lo, pois o que se tem feito revela-se ainda muito aquém do necessário para o país que almejamos ser, competitivos nesta sociedade moderna, comandada pelo conhecimento e a inovação.

A escritora Lya Luft, em sua coluna desta semana da Veja, escreve sobre sua indignação a respeito da situação da educação brasileira. Diz ela: “Cansei de falas grandiloquentes sobre educação, enquanto não se faz quase nada. Falar já gastou, já cansou, já desiludiu, já perdeu a graça. Precisamos de atos e fatos, orçamentos em que educação e a saúde (para poder ir à escola, prestar atenção, estudar, render e crescer) tenham um peso considerável; fora disso, não haverá solução. A educação brasileira continuará, como agora, escandalosamente reprovada”.

Jornal Correio da Semana, 17 de setembro de 2011

Mais aulas por dia

Dei entrada a um projeto de lei que aumenta em 25% a carga horária das escolas públicas, passando o número atual de 800 horas para 1.000 horas no ano letivo de 200 dias. As escolas particulares já oferecem horário ampliado para seus alunos. Talvez isso explique tanta diferença de desempenho entre a rede pública e a privada. Estudos já consolidaram que quanto mais tempo na escola, maior será o aprendizado.

O resultado do Enem 2010, recentemente divulgado, reforça uma situação desigual no Brasil, expondo o abismo entre o ensino público e o particular. Esse descompasso entre as duas redes é comum em todo o mundo. O que assusta no Brasil é o tamanho da disparidade, como reconheceu o próprio titular do MEC.

Nosso projeto tem o intuito de se antecipar à iniciativa do ministro Fernando Haddad, de ampliar para 220 dias o ano letivo, que hoje é de 200 dias. A outra opção seria aumentar o total de aulas por dia. Ou até mesmo as duas coisas, o que resultaria em mais benefícios.

A lei estadual se daria por meio do acréscimo de uma hora de aula por dia, o que virá contribuir para melhoria da educação cearense. Como o próprio ministro afirmou, “estudos têm correlacionado o aprendizado com o tempo que a criança fica exposta no ambiente escolar”. Mais tempo na escola vai servir para reduzir a desigualdade de aprendizagem entre alunos pobres e ricos.

Outro tema que reclama reflexão é qualidade de ensino também na escola particular. O desempenho da escola privada, em que pese a distância que a separa do ensino público, também está longe do ideal. Muito longe.

O economista Gustavo Lochpe, especialista em educação, abordou o tema em sua coluna na Veja, edição de 14/09/11, com o título que interroga: “Você acha que as escolas particulares brasileiras são boas?”

Oriundo de boas escolas particulares, ele fala do impacto que sofreu quando foi cursar uma universidade de ponta nos Estados Unidos. Ao se deparar com colegas de outros países, o articulista se deu conta de quão deficiente havia sido sua escolaridade.

Seus colegas indianos haviam lido Shakespeare e Dante na escola, enquanto ele tinha lido apenas Lima Barreto e Adolfo Caminha. Os chineses e russos conheciam matemática a ponto de visualizar a relação entre as equações e as formas espaciais que descreviam. Seu

conhecimento de Matemática se resumia a resolver um problema num papel. Isso demonstra que mesmo o ensino de elite brasileiro está a dever em relação às nações desenvolvidas.

O Pisa, teste internacional que mede o aprendizado de jovens de 15 anos, registra que o desempenho em leitura de 25% dos alunos brasileiros mais ricos é inferior ao do aluno médio dos países desenvolvidos. E é também inferior ao desempenho dos 25% de alunos mais pobres de países como Coreia do Sul, Finlândia, Hong Kong e Xangai.

Numa comparação entre o desempenho dos 10% mais ricos do Brasil com o dos 10% mais ricos dos países desenvolvidos, Gustavo Lochpe chega à conclusão que a diferença que nos separa equivale a cerca de um ano de aprendizagem.

Isto é, para fazer frente em pé de igualdade com esses países, o aluno brasileiro teria que estudar um ano a mais. Com essa realidade, o colunista se pergunta por qual razão não há um movimento exigindo mais qualidade na escola particular.

E ele mesmo responde: “Suspeito que a resposta tenha muito a ver com algo que os alemães magistralmente chamaram de *Schadenfreude*: a satisfação diante da desgraça alheia. Os pais com filhos em escolas privadas se satisfazem com o fato de a educação pública ser ainda pior”.

A principal causa da falta de qualidade na educação brasileira reside no sistema de formação de professores, que é péssimo. Os profissionais saem despreparados da faculdade. E como a maioria dos professores vem da escola pública, a deficiência é levada também à rede privada.

O segundo motivo seria a falta de participação dos pais, fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento dos estudantes. Também é decisivo seu envolvimento ao cobrar melhorias constantes nas escolas.

O artigo de Gustavo Lochpe deixa um alerta para todos nós: “Os pais precisam saber que não é possível criar uma ilha da fantasia que produz prêmios Nobel em meio a um sistema público esfacelado. Pois é o sistema público que forma os professores de seus filhos. Precisamos pensar como país, encarar o problema de forma sistêmica. Ou resolvemos o problema de todos, ou vamos acabar não resolvendo o de ninguém”.

Jornal Correio da Semana, 24 de setembro de 2011

Encontro de experiências

Na sexta feira (7/10) à tarde aconteceu, no auditório do Complexo das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Ceará, um encontro entre estudantes participantes do Projeto Rondon da Universidade Federal do Ceará e dos estagiários do programa “Pelos caminhos do Legislativo: uma lição de cidadania”, vinculados ao Núcleo D. Helder de Formação Política da Assembleia.

O objetivo foi o de congregar ambos os grupos e criar uma sinergia entre as atividades exercidas pelos participantes voluntários do Projeto Rondon e abrir a possibilidade de criar laços entre os mais desassistidos com os estagiários do programa do Núcleo D. Helder.

Os programas de estágio visam, sobretudo, a sedimentar os conhecimentos adquiridos nos bancos escolares através do exercício prático deste aprendizado nas empresas, órgãos públicos ou diretamente nas comunidades mais carentes (caso do Projeto Rondon).

Após a abertura dos trabalhos, a coordenadora do grupo de alunos da UFC no Projeto Rondon, Dra. Gressy Farias, acompanhada de suas companheiras de missão: Dra. Walda Viana Brígido de Moura, coordenadora de extensão da UFC, e Dra. Áurea Viana, voluntária do Projeto Rondon, fez uma breve explanação das atividades desenvolvidas pelo grupo de voluntários do Rondon, notadamente no interior do Ceará.

Relatou as visitas às comunidades carentes da capital e do interior, como Reriutaba e Acaraú, levando aos seus cidadãos todo o conhecimento adquirido pelos universitários do Projeto, através de ações destinadas principalmente às áreas de saúde, agricultura e economia doméstica.

Trata-se de programas de prevenção de saúde bucal, DST, AIDS, destinados às famílias destas localidades, e também do emprego de técnicas mais avançadas nas áreas de agricultura, apicultura, ovinocultura, caprinocultura, alevinocultura e pecuária, além de técnicas de economia doméstica, por meio de orientação, planificação, acompanhamento e palestras educativas.

Alguns dos universitários da UFC participantes do Projeto Rondon, como Yule, Mateus, Caroline e Ramón, deram seus testemunhos de como as atividades por eles executadas traziam não somente o aprimoramento de seus conhecimentos acadêmicos, mas principalmente o sentimento de realização através da prestação de

serviços às comunidades carentes.

A atividade aflorou nos alunos o mais genuíno sentimento de cidadania, fruto maior do Projeto, e estes depoimentos foram nitidamente marcados pela emoção dos que ali discorreram sobre suas atividades.

Oriundos, em sua maioria, das áreas de Odontologia, Agronomia e Economia Doméstica, os rondonistas relataram que pretendem prosseguir nestas atividades, fato que contagiou os estagiários do Núcleo D. Helder.

Estes estagiários, que atuam nas Comissões Técnicas da Assembleia e nas atividades legislativas, demonstraram de imediato identificação com os propósitos do Rondon e manifestaram a necessidade de outros encontros com os rondonistas, principalmente pelas formas de como participar das ações destinadas a minorar as dificuldades dos mais desassistidos, sejam de comunidades de Fortaleza ou do interior do estado.

Ao prestarem informações sobre suas atuações no programa de estágio, Ingrid, Cristiane, Wilder Brant e Marcos Levi detalharam suas atividades, suas expectativas quanto ao futuro, e a vontade de participar mais ativamente de ações de cunho social.

Isto reflete, de qualquer modo, a concretização gradativa da participação coletiva destes universitários, que faz despertar o sentimento de comunhão com as dificuldades de seus semelhantes e, por conseguinte, o avivamento e o fortalecimento da cidadania.

Um estágio deve ter uma dimensão social que auxilie na formação do estudante. São raras as empresas e órgãos que oferecem isto.

Deve-se ressaltar que se viabilizam a ampliação das atividades dos estágios e serviços voluntários dos estudantes universitários, mas principalmente lhes incute a sensação de “sentirem-se úteis e solidários aos mais necessitados”, através daquilo com que todo aluno pode contribuir, seus conhecimentos e a boa vontade em ajudar ao próximo.

A Dra. Walda Viana relatou, emocionada, sua participação no Projeto Rondon desde seus primórdios, ainda como estudante, depois como profissional da saúde e agora como professora da UFC. Declarou-se incentivadora de atividades deste porte por verificar que esta iniciativa vem conseguindo cada vez mais voluntários ao trabalho social comprometido em combater a miséria e elevar a qualidade de vida das comunidades carentes.

Ampliação da Escola Nota 10

Está em tramitação na Assembleia Legislativa a mensagem 7265, de autoria do Executivo, que trata da ampliação do Prêmio Escola Nota 10, instituído pela Secretaria de Educação do Ceará (Seduc), para reconhecer as escolas com melhor desempenho quanto à alfabetização de seus alunos na idade adequada.

A premiação é um produto do sistema de avaliação pioneiro e ainda único que abrange todo o universo escolar das mais de 6 mil escolas da rede pública do Ceará. Algumas iniciativas de poucos estados neste sentido são feitas por amostragem. A avaliação é o primeiro passo para a evolução e manutenção da qualidade do ensino.

Isso demonstra a preocupação de um governo que elegeu a educação como prioridade de sua gestão. Esta matéria, que deverá ser aprovada por unanimidade, tal a sua importância, é a demonstração do sucesso do sistema, que agora se amplia do segundo para o quinto ano do ensino fundamental.

O prêmio é coordenado pela professora Luíza Feitosa, da Seduc, que nos prestou esclarecimentos sobre o assunto e a quem agradecemos pela atenção.

A aferição do Spaece-Alfa é feita para testar o nível de proficiência dos alunos em escrita, leitura e compreensão de texto, resultando numa nota que vai de 0 a 10, com estratificação de nível que vai do insuficiente ao desejado.

As 150 escolas que atingiram o índice adequado são premiadas com recursos que correspondem a 2 mil reais por estudante. Já as escolas que ficaram na ponta de baixo do ranking também recebem estímulo para melhorar, fazendo jus a um valor equivalente a 50% da premiação das melhores escolas – isto é, mil reais por aluno.

O primeiro critério para a escola garantir o prêmio é tirar nota média mínima de 8,5 na escala de 0 a 10. Neste artigo da Lei foi criado um parágrafo que garante a solidariedade educacional. A escola vencedora recebe apenas 75% de sua premiação na primeira parcela.

Para obtenção da segunda parcela, as escolas premiadas ficam responsáveis por desenvolver, no período de um ano, ações de cooperação técnico-pedagógica com uma das 150 escolas que tenham obtido os menores resultados na avaliação.

Estas escolas, além da cooperação técnico-pedagógica de suas congêneres, receberão do Governo auxílio financeiro para

implementação de plano de melhoria dos resultados de seus alunos.

Segundo a professora Luísa Feitosa, este detalhe da lei, que eu já chamei de solidariedade educacional, é um dos grandes responsáveis pelo sucesso do programa.

Vale lembrar que os recursos recebidos pelas escolas, em caráter de premiação, segundo o regulamento, “serão utilizados exclusivamente em ações que visem à melhoria das condições das escolas e dos resultados de aprendizagem de seus alunos”.

O artigo oitavo da Lei do Prêmio Escola Nota 10 condiciona o pagamento da segunda parcela do prêmio e da contribuição financeira “à manutenção dos bons resultados das escolas premiadas e ao atingimento das metas de melhoria dos resultados das escolas com baixo desempenho”.

E agora o Governo nos envia para aprovação o projeto que visa a ampliação das regras e do alcance do Prêmio Escola Nota 10, com o objetivo de incentivar também a melhoria do desempenho escolar do 5º ano do ensino fundamental das escolas públicas.

Nós, que já participamos de todas as solenidades de entrega de prêmio, percebemos ali a realização da festa da educação, o conagraçamento de quem trabalhou para ensinar, de quem viu reconhecido o esforço nos estudos. Nas apresentações artísticas, no sorriso, no brilho do olhar das crianças, a construção de sua autoestima.

Temos consciência da grandeza deste projeto, principalmente porque o objetivo é a melhoria da educação, com avaliação e monitoramento constante do aprendizado. E, muito mais que isso, temos a certeza de seu sucesso, porque o modelo é semelhante ao que produziu excelentes resultados em Sobral, com os mesmos personagens que atuaram na Princesa do Norte.

Os resultados já começam a aparecer também no estado, como um todo, com alguns municípios se envolvendo nesta competição sadia de quem faz o melhor para seu futuro, que depende do que é semeado hoje. O fruto da educação é o desenvolvimento social.

Instituído em 2008, com aplicação em 2009, o sistema já apresenta resultados positivos. No ano passado, 456 escolas conseguiram atingir a média entre 8,5 e 10, de acordo com o Índice de Desempenho Escolar – Alfabetização (IDE-Alfa). Já o número de alunos alfabetizados deu salto, mais do que quintuplicando sua quantidade; cresceu de 6.711, em 2008, para 35.782, em 2010.

Os resultados são animadores, mesmo porque as ações empreendidas por políticas públicas na área da educação costumam

levar tempo para apresentar os resultados esperados. Mas o envolvimento das escolas, propiciado por este desenho inovador de premiação, deixa-nos convictos de que estamos no caminho certo. Mais e mais resultados hão de aparecer, como aconteceu em Sobral, que virou vitrine nacional de boas práticas, servindo de *benchmarking* para outros municípios e até secretarias estaduais de educação.

Jornal Correio da Semana, 10 de novembro de 2011

Miséria se combate com educação

A divulgação de um relatório do Laboratório de Estudos da Pobreza, do curso de pós-graduação em Economia da UFC, é motivo de reflexão sobre as políticas de combate à miséria no Ceará.

O relatório do CAEN é muito cuidadoso na sua análise e refuta as políticas públicas voltadas para combater a miséria com parâmetros que já se mostraram insuficientes para esse objetivo. Embora cumpra sua missão noutras áreas, a industrialização à base de incentivos fiscais foi ineficiente, trazendo mais riqueza, mas sem eliminar as desigualdades. Em alguns casos, o principal efeito foi a concentração de renda.

Também se imaginou que o aumento da poupança interna traria mais capital, traria novos empreendimentos, aumentando produto e renda da região. Isso não ocorreu.

Por ocasião da divulgação do relatório anterior do Laboratório de Estudos da Pobreza, realizamos uma audiência pública, em 2009, com a presença dos professores doutores da UFC Carlos Manso e Flávio Ataliba. Naquela ocasião, eles relataram que não se combate miséria sem investir em educação.

No relatório recém-lançado, chega-se a uma conclusão ainda mais firme sobre o papel da educação no combate às desigualdades, como está explícito na página 7 do documento:

Assim, se em tempos passados acreditava-se que investimentos em capital gerariam crescimento, ficou mostrado em modelos mais atuais que o fator decisivo que faz com que uma economia se desenvolva é o investimento em pessoas que geram conhecimento.

A implicação política disto é garantir que as habilidades humanas geradoras de conhecimento sejam fomentadas, a partir da melhoria da qualidade da educação, desde níveis iniciais, passando pelo desenvolvimento de agências especiais, universidades, laboratórios de pesquisa e outros métodos.

No relatório, os pesquisadores lembram uma corrente da literatura econômica que rejeita a existência de disparidade regional:

As pessoas não são pobres porque habitam o Nordeste, mas porque possuem características pessoais – notadamente nível educacional – que as colocam em situação de pobreza. Confirmando essa hipótese, estudos empíricos apontam que a diferença salarial entre indivíduos com a mesma educação é insignificante diante da enorme disparidade entre as rendas per capita do Nordeste e das regiões

Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Sobre o combate à pobreza não são apenas os pesquisadores do CAEN que reconhecem. Estudiosos de diversas áreas, incluindo a Economia, também pensam assim. Estudos demonstram que quanto maior a quantidade de tempo de estudos, maior o salário do trabalhador.

Neste aspecto, sem levar em consideração um leque de medidas que também cooperam neste sentido, o governador Cid Gomes tem um dos melhores programas de combate à miséria, que é o mesmo que combate o analfabetismo escolar. Ao primar por melhorar a qualidade de ensino e garantir o aprendizado no tempo certo, o Estado contribui decisivamente para melhorar seu futuro e acabar com a miséria.

Obviamente, estas ações que começam a dar visibilidade com o progresso de alunos de diversos municípios, não dão frutos econômicos da noite para o dia. O Spaece-Alfa, com seu método de avaliação, premiação e solidariedade educacional, em que as escolas com melhores notas se engajam no melhoramento das escolas que não foram tão bem, é o melhor programa de combate à pobreza.

Os investimentos em escolas profissionalizantes, de tempo integral, e várias outras medidas, vão trazer forte impacto social em breve.

Termino esta análise com o texto de uma das proposições registradas pelo relatório do CAEN:

Não é possível superar permanentemente a condição de miséria sem um amplo programa de educação de qualidade desde os níveis mais elementares, pois educação é chave para determinar o padrão de crescimento no longo prazo. Ademais, a disponibilidade de educação é o elemento transformador da condição social do indivíduo.

Para demonstrar a propriedade da minha argumentação, a prova de que Sobral vai muito bem na educação foi destaque no recente relatório divulgado pela Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro). O documento registra o Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Segundo o relatório, Sobral está com o 8º melhor desempenho entre os municípios do Norte e Nordeste. O índice da Firjan considera três áreas – saúde, educação e emprego e renda.

A esse respeito, queremos louvar o artigo do auditor fiscal e mestre em economia pela UFC, professor Raimundo Filho, ressaltando em seu título que “Sobral teve o melhor índice de desenvolvimento municipal do Norte e Nordeste do Brasil”.

Com esses números, que nos trazem grandes desafios, o Ceará

está apto a ser um dos estados mais visados no plano do Governo Federal “Brasil sem miséria”. Para isso, convém contar com o apoio do Laboratório de Estudos da Pobreza, que tem um repertório de propostas para o combate à miséria.

Por isso mesmo, é bom ouvir a sociedade, principalmente a academia, para contribuir com proposta de soluções. Todos juntos, para um país mais justo e sem miséria.

Jornal Correio da Semana, 19 de novembro de 2011

Boa gestão faz a diferença

Reportagem da revista Isto É, da edição desta semana, revela que especialistas da educação estão se debruçando sobre as ações desenvolvidas no município sobralense para entender como seus alunos evoluíram tanto e em tão pouco tempo. A educação de Sobral virou objeto de estudo. Quando falamos que Sobral é um laboratório de experiências bem sucedidas não era apenas metáfora, como se vê agora.

Sobral virou o centro das atenções de estudiosos. Por isso, segundo a reportagem, já se sabe muito sobre a cidade e seu êxito educacional. Os estudiosos querem se apoderar dessas tecnologias de aprendizagem, que fizeram com que escolas que não estavam conseguindo sequer alfabetizar adequadamente seus alunos passassem a exibir notáveis índices no Ideb. O que mais surpreende é a velocidade com que conseguiu realizar os objetivos.

O ângulo da reportagem demonstra que dinheiro não é tudo na educação. Gestão é primordial. Por isso, ao mesmo tempo que defendemos a campanha dos 10% do PIB para a educação, precisamos cobrar melhoria na gestão das escolas e das secretarias de educação. Tão importante quanto qualificar professores é formar gestores comprometidos com boas práticas. Defendemos também a criação de uma escola de excelência para gestores educacionais.

Para efeito de estudo, foram consideradas duas cidades em posições extremas: Sobral e Barueri, na Grande São Paulo, a cidade de maior PIB per capita entre as de mais de 150 mil habitantes. Em 2005, a rica Barueri registrou média 4,5 no Ideb, a mesma das escolas de Sobral. De lá pra cá, nossos estudantes evoluíram em média 48%, alcançando nota 6,6 na última edição do Ideb. Barueri ficou para trás, com média 5,4 – crescimento de apenas 20%, menos da metade do crescimento de Sobral.

A diferença do PIB per capita entre as cidades comparadas varia de R\$ 100 mil, em Barueri, para menos de R\$ 10 mil em Sobral. Enquanto o orçamento de Sobral para educação é de pouco mais de R\$ 60 milhões para atender 35 mil alunos, o orçamento da cidade paulista é de R\$ 500 milhões para 60 mil alunos. Barueri é a mais rica, Sobral a 114ª no ranking do PIB das cidades. Em Sobral, apenas uma escola entre as 39 avaliadas ficou com nota inferior a 6.

Conclusão da jornalista Rachel Costa, que assina a matéria: Se Barueri é rica, Sobral é mais bem educada.

Quem atestou e chamou a atenção para estes números foi a Capes – Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. O diretor de educação a distância, professor João Carlos Teatini, anunciou que as duas cidades serão agora estudadas pelo Observatório da Educação da Capes, para entender a discrepância de resultados.

O seguinte texto da reportagem explica o sucesso sobralense:

O que se vê em Sobral pode servir de exemplo para gestores de educação de todo o País. Em 2001, três a cada cinco alunos estavam em série incompatível com a idade. No segundo ano do ensino fundamental, mais da metade das crianças não sabia ler nem escrever. Uma década depois, os indicadores educacionais não lembram em nada os do passado. A distorção entre idade e série caiu para 7,7% e praticamente todos os alunos (96%) já sabem ler no segundo ano. A nota no Ideb, de 6,6, faz Sobral cumprir mais de dez anos antes a meta do Ministério da Educação (MEC) – de até 2022 atingir média acima de seis no Ideb.

A reportagem trata de uma das mais valiosas ferramentas que compõem a metodologia de ensino adotada. Para suporte dos professores, material didático complementar e um programa de formação que os ajuda a usar este material de acordo com a turma para a qual lecionam. Citada pela revista, a coordenadora da ONG Ação Educativa diz que “Essa orientação para os professores ajuda muito o trabalho com os conteúdos em sala de aula.”

Também ouvido pela Isto É, o oficial de projetos da Unicef no Brasil, Rui Aguiar, aponta como reconhecimento da boa gestão de Sobral a replicação em outros municípios e estados do Programa de Alfabetização na Idade Certa, responsável pela reversão de seus altíssimos índices de analfabetismo. “O governo do Ceará se inspirou na experiência de Sobral para criar o programa, que hoje está também em cidades da Bahia e do Piauí”, disse Rui Aguiar.

Para ilustrar a matéria, a revista publicou um infográfico com os acertos de Sobral:

- Fim da indicação política dos diretores
- Autonomia do secretário de educação para gerir recursos
- Formação permanente para os professores
- Programa municipal focado em alfabetizar todas as crianças até o segundo ano
- Melhoria hegemônica das escolas
- Criação de material de apoio ao docente de acordo com a série para a qual dá aula

- Bonificação direta ao professor de acordo com o rendimento da turma

Jornal Correio da Semana, 3 de dezembro de 2011

Ilhas de excelência

Duas boas notícias dão conta da qualidade do ensino no interior cearense, mostrando que a interiorização do ensino superior foi e está sendo feita de forma satisfatória. As duas com repercussão nacional. A primeira delas foi veiculada pela revista Isto É, comparando a evolução educacional nos índices do Ideb entre Barueri, na rica São Paulo, e Sobral. Os alunos sobralenses registraram o maior crescimento no índice do Ideb desde que a educação começou a ser aferida pelo Exame Nacional do Ensino Médio.

Sobral virou objeto de estudo, e sua experiência já está sendo replicada em outros estados, além, claro, do Ceará. Sobral deu régua e compasso nesse processo que presenciei quando reitor da UVA, atuante também nesta área, quando a Universidade se expandiu para diversos municípios, formando professores e contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino. Sobral universitária, Sobral bem educada.

A outra notícia, também de abrangência nacional, aponta mais uma ilha de excelência que se espalha pelo interior. Num universo de cursos de Direito em que mais de 80% dos avaliados foram reprovados, é sinal de excelência para os cursos de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Universidade Regional do Cariri (Urca), os únicos ofertados por instituições cearenses recomendados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Na prática, a OAB está certificando com um selo de qualidade estes cursos, todos oferecidos por instituições públicas, uma federal e duas do âmbito do Estado. Para esta qualificação, uma seção da OAB se encarregou de tabular os números envolvendo o resultado tanto do exame da OAB quanto das notas do Enad, dos últimos três anos, o que ajuda a ter dados mais consolidados.

Quanto à UFC, é o reconhecimento contínuo de sua excelência, já atestada em outras ocasiões. Pela primeira vez, porém, a UVA e a Urca fazem parte deste seleto grupo, enquanto nenhum dos demais 14 cursos de Direito chegou à nota 5, segundo os critérios adotados pela OAB, dentro do seu “Programa OAB Recomenda – Selo OAB”.

Quando, a convite de Martins Filho, o criador da Urca, fui seu primeiro reitor para organizar a nova universidade, lembro que começamos com três cursos da Uece que foram encampados: Economia, Tecnologia e Direito. É muito bom ver que um dos cursos

que formaram o tripé inicial da Urca, período do qual tenho muito honra de ter participado, está agora destacado com o selo de qualidade da OAB.

Pouco tempo depois, estávamos na UVA, desta vez a convite de seu então reitor, cônego Sadoc de Araújo, e com anuência do governador à época, Ciro Gomes. Desde então, um sonho antigo dos sobralenses, e certa vez verbalizado pelo prefeito de Sobral Cid Gomes, que nossa universidade precisava contar com dois dos cursos fundantes das tradicionais universidades: Direito e Medicina. O sonho daquela época já virou realidade há algum tempo.

O que presenciamos agora é a certificação da qualidade do ensino superior no interior, muitas vezes visto pela elite com certo desdém. Entre os comentários publicados pelo jornal O Povo em sua edição de sábado (26/11), a minha atenção foi despertada pelas declarações do coordenador do curso de Direito da UVA, professor Manoel Carneiro. Segundo ele, importa muito o processo de qualificação pelo qual os professores são estimulados a passar, contando hoje o curso com oito doutorandos.

Ele enalteceu as melhorias na estrutura física, especificamente do Núcleo de Práticas Jurídicas e da Biblioteca, como fundamentais para o bom desempenho da faculdade. Mas, no fim, ele revela o segredo com suas próprias palavras: “Os responsáveis pelo sucesso são os alunos. Estamos com uma safra boa de dois anos para cá”.

Isso quer dizer que os bons alunos estão fazendo a diferença. Isso está sendo sentido tanto na mensuração do MEC, via alto desempenho no Ideb, assim como da instituição de credibilidade na aferição de cursos, como a OAB. Não custa lembrar que o bacharel de direito só tem licença para exercer a advocacia com a anuência da OAB, através de seus exames. Os alunos melhoram no ensino médio, e essa melhoria se reflete no ensino superior. Assim alimenta-se um ciclo do bem. Serão formados melhores professores, que ajudarão a melhorar continuamente a qualidade da educação.

O curso de Direito foi conquistado com muito esforço, pois alguns não viam com bons olhos a iniciativa. Um coletivo sobralense com o apoio da UFC consolidou a conquista. O curso de Direito da UVA, primeiramente incubado pela UFC, tirou nota máxima no antigo provão, hoje substituído pelo Enade. E repetiu o bom desempenho nos dois anos seguintes. E agora vê confirmada a sua qualidade num selo atestado pela OAB.

A sociedade ativa sobralense se mobilizou para tal, contando

com o entusiasmo do prefeito Cid Gomes, do bispo dom Aldo e também da UVA, não só da alta administração quando fui reitor, mas também de toda a sua comunidade acadêmica. Foi decisiva a participação da UFC, com o apoio do então reitor Roberto Cláudio, e também do Judiciário, com o desembargador José Maria de Melo. São pessoas que não podem ser esquecidas quando se louva o desempenho do curso de Direito da UVA.

O atual prefeito de Sobral, que, para quem não sabe, é também professor da UVA, trabalhava comigo na qualidade de primeiro coordenador do curso de Direito.

Jornal Correio da Semana, 10 de dezembro de 2011

O mérito da lição chinesa

A verdadeira arma secreta da China para se tornar potência mundial é a educação baseada no mérito. A conclusão é do economista Gustavo Lochpe, especializado em educação, ao visitar a China para conhecer seu sistema educacional.

A reportagem é matéria de capa da revista Veja, edição 2248, que circula nesta semana, e que diz que a educação de qualidade e baixo custo para milhões é o segredo dos chineses em sua corrida para a liderança mundial.

Sempre que falávamos de qualidade na educação, nossas referências eram a Finlândia, a Coreia do Sul, Japão, Canadá – países que sempre estiveram à frente nas provas de desempenho, como as da OCDE. O Brasil costuma ficar entre os últimos nestas avaliações internacionais.

Na última edição do PISA, programa internacional de avaliação, que contou com 65 países, a China surpreendeu o mundo. Xangai, uma província chinesa, conquistou a primeira colocação em todas as áreas aferidas (matemática, ciência e leitura). O Brasil continuou na rabeira, entre a 53ª e 57ª colocações.

As avaliações do PISA até então confirmavam a crença de que renda e qualidade educacional estão intimamente associadas. E, assim, só os países mais ricos do mundo conseguiriam produzir sistema educacional para se destacar entre os demais.

A performance chinesa abalou profundamente a compreensão de educação no mundo. O alto desempenho dos alunos de Xangai está muito acima dos estudantes de países em desenvolvimento. Por isso, os olhos educacionais se voltam ao líder asiático, que deve assumir a dianteira das potências econômicas mundiais nos próximos 10 anos.

Quando li a reportagem, fiquei me perguntando. O que a China tem para nos ensinar em matéria de educação? Como pode um país que instituiu a Revolução Cultural sob o governo de Mao Tse-Tung, chegar a esse invejável patamar, não só de poderio econômico, com crescimento cada vez maior, mas também na educação?

Logo quando o governo comunista se instalou na China, Mao revelou seu profundo desprezo por intelectuais. Para entender em que cenário e contexto os chineses partiram até chegar à obsessão que hoje nutrem por educação: “Mao promoveu uma insana e implacável guerra contra o conhecimento, tornando inimigos de Estado os intelectuais,

professores e universitários. Eles foram enviados para os ‘campos de reeducação’, onde deveriam desenvolver apenas atividades braçais. Entre 1966 e 1968, as escolas secundárias foram fechadas. As universidades só reabriram suas portas em 1972”.

Isso, para nós, é muito motivador. Se eles conseguiram a proeza de alcançar o topo do nível educacional, partindo de uma situação de terra arrasada, nós podemos também chegar lá.

Como a China reverteu esse quadro tenebroso? O repórter nos dá resposta: “A China se deu conta de que precisava de professores bons e em grande quantidade. Dadas as carências, montou um esquema em que o professor sai da faculdade mediano, e então é constantemente trabalhado e ajudado para que consiga ministrar aulas excelentes”.

Para eles, todo o sistema educacional está centrado no professor. O resumo da fórmula vitoriosa, apontado por Gustavo Lochpe é o seguinte: “Pragmatismo, meritocracia, professores bem formados e premiados com dinheiro pelo bom desempenho, estudantes disciplinados e motivados por suas famílias”.

É muito interessante esse último item, pois a cobrança dos pais pela educação é muito grande, na China, que já tem um sistema educacional rigoroso. A participação da família é fundamental no aprendizado. Lá, cada turma tem um professor encarregado especificamente de um contato mais aprofundado com a família.

Gustavo Lochpe lista três grandes diferenças entre Brasil e China em relação à educação. Começam na formação do professor. A primeira diferença é que na China a prática de sala de aula é muito mais presente do que no Brasil. Já no segundo ano da universidade, o futuro professor começa a ter experiência com sala de aula.

A segunda é que as escolas chinesas são mais pragmáticas na escolha de seus pensadores. Pinça as melhores ideias dos vários locais e pensamentos. Já no Brasil, predomina a escola do construtivismo, como cânone geral, desprezando as outras correntes pedagógicas.

A terceira diferença, e mais decisiva, segundo o jornalista, é ideológica: “Nas escolas chinesas, os estudantes têm seu momento diário patriótico e de louvação do Partido Comunista, mas, findo esse ritual, a ideologia sai de cena. No Brasil, os professores são formados em universidades tismadas por ideologias de esquerda e instados a nunca ser ‘neutros’, nem nas aulas de matemática ou de física. E eles acreditam nisso. É o desastre costumeiro”.

Outro indicativo de como a China tem se preocupado com a educação é o número de estudantes chineses cursando doutorado em

outros países. Nos Estados Unidos, a maior presença estrangeira nas universidades americanas é de chineses, somando 158 mil doutorandos. Em segundo, vem a Índia, com 104 mil. Já o Brasil tem apenas 8.800 bolsistas. Esperamos que essa situação mude com a nova política da presidente Dilma, que compreendeu a importância dos estudos no estrangeiro e aumentou substancialmente a quantidade de bolsas oferecidas para o exterior.

Jornal Correio da Semana, 24 de dezembro de 2011 Casas de

Casas de Cultura da Língua Portuguesa

A deficiência do ensino da língua portuguesa no ensino médio tem se refletido nas universidades, que vêm aumentando a cobrança pelo vernáculo em seus exames de admissão.

A Universidade Federal de Minas Gerais vai adotar provas de português e literatura brasileira na segunda etapa de seu vestibular para 48 dos 75 cursos oferecidos pela UFMG. Antes, essas provas eram aplicadas apenas no vestibular de quatro cursos: letras, teatro, comunicação e dança.

A Universidade de Brasília também vai na mesma direção. A UNB vai exigir redação nas três etapas de seu vestibular. Antes, era apenas na última etapa. Além disso, a nota mínima da redação sobe de três para quatro pontos.

A decisão dessas duas universidades – a UFMG e a UNB – faz um contraste com a recente decisão do MEC de adotar como livro didático uma obra que aceita erros crassos de português. Faz parte de um movimento de linguistas que, a título de combater preconceito linguístico, acabam por legitimar o erro.

A Academia Brasileira de Letras, casa criada por Machado de Assis para ser a guardiã da língua portuguesa, fez uma nota condenando com veemência a decisão do Ministério. O presidente da ABL, Marcos Vilaça, disse que o livro valida erros grosseiros. Segundo ele, a adoção do livro de autoria de Heloisa Ramos é uma atitude de concessão demagógica. “É como ensinar tabuada errada. Quatro vezes três é sempre doze, na periferia ou no palácio”, disse o imortal.

Mesmo com toda a reação, o MEC se mantém irredutível, dizendo que a escolha foi dos professores. Os livros didáticos são indicados pelos professores, certamente dentro de uma lista de opções. Esta, de ensinar errado, deveria estar de fora. No entanto, foi escolhida pelos professores. Isso é ainda mais preocupante.

A pretexto de combater o preconceito linguístico, uma corrente de linguistas corrobora a ideia da autora do livro que ensina errado. A linguística estuda a língua em todas as suas manifestações e variantes. Cabe à escola, no entanto, ensinar, sem vacilo, a norma culta, a norma padrão.

Somos um país com um enorme contingente de iletrados e de um número maior ainda de alfabetizados, mas sem dominar satisfatoriamente o português. Então é, no mínimo, inoportuno esse debate.

Por uma série de motivos. O primeiro deles é que a norma culta

será usada tanto nos vestibulares, quanto nos concursos para o emprego e nos cursos oferecidos dentro da empresa em que se trabalha. Quanto maior for o domínio da língua nativa, maior a empregabilidade.

Há uma ideia subjacente de que haveria preconceito da elite contra a fala popular. Não se trata disso. Devemos ter uma só língua, com as mesmas normas para todos os brasileiros. Em vez de combater o preconceito, cria-se um *apartheid* linguístico, com uma fala diferenciada para cada classe.

Como bem disse o senador José Sarney, citando o poeta Fernando Pessoa, “A minha pátria é a língua portuguesa”. Assim, o atentado que este livro faz contra a nossa língua se constitui um crime de lesa-pátria. Por isso, devemos defender a língua portuguesa como quem defende a pátria. Nossa língua é muito mais que uma mera articulação de palavras visando à intercomunicação. É o conjunto de nossa cultura, de nossa alma.

Não queremos dizer que a língua popular seja inferior, que deva ser desdenhada. Nós temos diversos códigos para comunicação. Uns mais formais, outros coloquiais, que são usados em diversas circunstâncias, mas todos concordamos com uma norma padrão, que sustenta e disciplina nossa língua.

Um livro que ensina errado é contrassenso. O aluno vai à escola para aprender a norma culta. Aquela fala defendida como válida por aquele livro já é utilizada por ele em casa e na rua. Na aula, ele deve aprender aquela que é usada como padrão e lhe será exigida pelas demandas profissionais.

O historiador Marcos Antônio Vilaça disse à revista *Veja* que esse discurso do preconceito linguístico valoriza a ignorância. É inadmissível que as crianças possam aprender que é certo dizer “nós vai”, “nós pegou o peixe”.

É preguiça mental e desonestidade intelectual para com os alunos.

Uma de nossas marcas é a unidade linguística. Um país enorme, continental, fala a mesma língua de Norte a Sul, de Leste a Oeste, sem qualquer dialeto. Quando muito, variação prosódica, sotaques e falares característicos. Mas a norma culta é respeitada por todos os brasileiros.

Se um movimento contra a norma culta tomar conta de nossas escolas, será o caos. Cada um estuda as diversas variações da língua e escolhe a que bem desejar, de acordo com as circunstâncias.

Concordar com isso é desejar a deterioração do vernáculo, a destruição da língua e de mais um símbolo que nos une como nação.

A qualidade de nossa educação pública está muito longe do ideal. E adoção e distribuição desse livro na lista dos didáticos não contribuem em nada para melhorar a situação. Ao contrário, piora. Os alunos são incentivados a relaxar seu aprendizado sobre as regras do português. Afinal, para que segui-las, se tanto faz escrever ou falar de um jeito ou de outro?

É uma armadilha contra o futuro dos alunos. Em qualquer exame a que ele se submeter, as questões de português obedecerão à norma culta. E não adianta, neste momento, colocar a culpa no professor nem acusar os elaboradores das provas de cometer preconceito linguístico.

O que precisamos mesmo é ensinar bem, tanto o português como a matemática. Sem subterfúgios nem teorias pedagógicas que fogem da realidade e que contribuem para a manutenção da ignorância. Até pouco tempo, havia poucas escolas. Agora, que universalizamos o ensino, temos que lutar pela qualidade. E, com certeza, a melhor estratégia não é fazer chegar aos alunos um livro que ensina errado.

Destaco uma frase de Rui Barbosa, citada pelo professor Gaudêncio Torquato, em artigo publicado no Estado de S. Paulo: “A degeneração de um povo, de uma nação ou raça começa pelo desvirtuamento da própria língua”.

O projeto da criação das Casas de Cultura da Língua Portuguesa tem a finalidade de ser mais um instrumento para evitar a deterioração de nossa língua. Esperamos sua aprovação, com o objetivo criar nos municípios cearenses um espaço vivo sobre a língua portuguesa, considerada como base da cultura do Brasil, onde seja possível conhecer a cultura portuguesa, bem como aprimorar a nossa língua materna.

Tecnologia na sala de aula

A tecnologia de ponta começa a invadir a sala de aula e pode ser de grande proveito para a aprendizagem. Com a chegada dos chamados *smartphones*, os telefones inteligentes e, mais recentemente, dos *tablets*, aumentou o número de aplicativos educacionais que rodam nessas máquinas.

Agora mesmo, quando os colégios disputam a preferência dos alunos, o diferencial apresentado em sua publicidade é exatamente o uso desses equipamentos em sua metodologia de ensino. A mobilidade desses instrumentos e o seu poder de armazenamento os fazem muito úteis na aprendizagem e troca de informações.

Três colégios cearenses estão chamando a atenção nesse quesito. O Ari de Sá, num *outdoor* provocante, disse que “*Tablet* substitui livros”. Alguns não entenderam a mensagem e passaram a defender que os livros jamais serão substituídos. Não é bem assim. Os colégios estão oferecendo apostilas numa mídia mais atraente que o mero papel. Então, o *tablet* não substitui livros, substitui papel. E, neste caso específico, substitui livros didáticos.

A imagem de um estudante carregando uma mochila repleta de livros vai mudar radicalmente. O peso médio de 20 quilos de uma mochila nessas condições diminuirá para menos de meio quilo. Num só equipamento, o aluno terá acesso a todo o conteúdo pedagógico da escola, além de provas resolvidas de vestibulares, e com mais facilidade de atualização.

Outro grande colégio que apresenta a tecnologia na educação é o Christus, com sua lousa digital em terceira dimensão, além do uso de *tablets* e similares em sala de aula. Note-se que, mesmo nos colégios com foco na computação, as aulas de informática ficavam restritas aos laboratórios.

O primeiro colégio a substituir apostilas de papel por iPad foi o Integral Sistema de Ensino, em Campinas (SP). Lá, os alunos receberam o iPad como material didático e ferramenta para estudos. Numa escola que prepara para o vestibular, acessar conteúdos e notícias para se manter atualizado é essencial para que o aluno tenha sucesso. O *tablet* é oferecido por meio de comodato, e passará a ser de propriedade do aluno ao fim do curso.

Outras escolas são mais radicais. A Webb School de Knoxville, escola privada do Tennessee, Estados Unidos, exige de seus alunos

de 8 a 18 anos o uso de iPads, com o objetivo de substituir os livros de texto pelos *tablets* eletrônicos. Para os alunos que não possam comprar, a escola aluga os aparelhos.

Essas inovações não estão e não devem ficar restritas apenas a escolas particulares. A rede pública também já se movimenta nesse sentido.

Soubemos que a Prefeitura Municipal de Fortaleza, numa atitude das mais louváveis, está capacitando professores para trabalhar com material produzido para celular, seja vídeo ou mesmo textos.

Em matéria publicada sobre o assunto no Diário do Nordeste, do dia 10/08/11, a professora Terezinha de Souza, da escola Monteiro Lobato, no Conjunto José Walter, informa que usa a tecnologia e a internet para incentivar o aprendizado dos seus alunos há um ano. “Percebemos que demos um passo à frente no jeito de ensinar”, disse a educadora.

Ela é uma das 20 professoras da rede municipal de ensino que participaram da capacitação para o Projeto Telinha na Escola, realizado pela ONG Casa da Árvore. O projeto tem como objetivo incentivar os docentes a utilizar as novas tecnologias para ministrar conteúdos.

A organizadora do projeto lista as atividades que podem ser feitas via celular: vídeos de bolso, documentários, programas de áudio, festival de microtextos, além de transferir conteúdos via *bluetooth*.

O celular, que para muitos é vilão, pode se transformar em mocinho na sala de aula. O uso do celular na sala de aula até então era assunto polêmico. E os professores reclamavam da dispersão dos alunos conectados por esses aparelhos. Tanto que esta apreensão chegou aqui à Assembleia Legislativa, onde se produziu uma lei proibindo o uso tanto de celular como de outros aparelhos similares em sala de aula.

Coube ao deputado Artur Bruno, militante da educação desde que era vereador em Fortaleza, deputado estadual e agora no Congresso como representante do Ceará na Câmara dos Deputados, criar esta lei, que chegou até a receber prêmio nacional, por vir ao encontro de demandas de educadores.

Apesar da boa intenção do legislador, que buscava o foco na aprendizagem e na concentração dos alunos, os avanços tecnológicos, com velocidade cada vez maior e menor espaço de tempo, mudam a realidade, as situações, exigindo atualização constante de quem lida com educação e com leis.

Por isso, estamos dando entrada a um projeto de lei que permite o uso desses *tablets* já citados e outros similares ainda a ser criados,

desde que o objetivo seja a aprendizagem e com a anuência do professor. Nosso intuito não é simplesmente revogar a lei, mas melhorá-la, dando condições para que tenhamos instrumentos pedagógicos mais eficazes nas escolas públicas.

Sei que a polêmica de seu uso na sala de aula não se esgotará por enquanto. Toda novidade leva um tempo para sua maturação e adaptação.

Acredito, porém, que essas iniciativas de capacitar professores para as novas linguagens e tecnologia de informação vão mudar o cenário educacional.

Pesquisa recente revela que alunos sabem mais de computador do que os professores. Isso pode causar resistência nos mestres, tendo em vista a insegurança sobre o desconhecido.

Nosso projeto tem como objetivo assegurar um ambiente escolar em que possam ser utilizados todos os artefatos tecnológicos voltados para a aprendizagem. Esses equipamentos que fazem parte do dia a dia de alunos e professores estão sendo usados com mais e mais frequência como aplicativos educacionais.

É um desafio para os professores se adaptarem a uma realidade que exige transformação em seu modo de ensinar. O professor é o profissional que deve estar mais atento às mudanças e às atualizações.

Todas essas iniciativas que já ocorrem dentro da sala de aula na rede privada devem ser estimuladas para que também aconteçam na rede pública.

Aula bilíngue para surdos

Estou dando entrada a um projeto de lei para promover a inclusão educacional de crianças surdas, dando-lhes opção de aprendizagem através de uma linguagem específica, a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Essas crianças têm uma dificuldade a mais no seu processo educacional. Para que possam estudar o currículo nacional comum, esses estudantes deverão ter o ensino de Libras, como primeira língua, e a de Língua Portuguesa, em sua modalidade escrita, como segunda língua.

Segundo o censo populacional do IBGE de 2000, o Ceará contava com cerca de 35 mil crianças e jovens surdos e com deficiência auditiva em idade escolar (até 19 anos). Desse universo, apenas 10% (cerca de 3.500) estavam matriculados, considerando todas as redes e modalidades de ensino.

A principal causa de abandono escolar neste segmento é a barreira linguística. Grande parte das crianças surdas abandona as escolas antes mesmo de completar a primeira fase do ensino fundamental, passando a fazer parte de um contingente com alfabetização precária ou mesmo analfabetos.

Outra consequência dessa barreira linguística é que 70% dos surdos brasileiros permanecem sem o domínio de qualquer língua (nem Português, nem Libras), o que lhes impossibilita maior experiência social e cultural. Como 95% das crianças surdas são filhas de pais ouvintes, que não conhecem nem têm acesso à Língua Brasileira de Sinais, a única chance de essas crianças adquirirem uma língua é em escolas ou classes bilíngues, que lhes permitam o convívio com outras crianças usuárias do mesmo código.

Por isso, o projeto prevê a inclusão educacional de alunos surdos, em três formas de atuação escolar:

- 1 – escolas bilíngues, abertas a alunos surdos e ouvintes usuários da Libras, com professores bilíngues.
- 2 – classes bilíngues
- 3 – classes comuns, com a presença de tradutores.

A ideia é ampliar as possibilidades de inclusão, começando pelo ideal, que seria uma escola bilíngue, específica para estudantes surdos. Hoje, temos apenas duas funcionando: o Instituto Cearense de Educação de Surdos (Ices), mantido com o apoio do Governo do Estado, fazendo parte da rede estadual de ensino, e o Instituto Filippo

Smaldone, da Congregação Salesiana dos Sagrados Corações, entidade privada sem fins lucrativos. O indicativo é de que cada Crede possa ter pelo menos uma escola assim.

Se não for possível a destinação de uma escola bilíngue toda voltada para este tipo de educação, que, pelo menos, seja destinada uma sala na escola comum, para alunos com essa deficiência. E, no último caso, quando não seja possível a ministração de aulas no sistema bilíngue, que haja nas salas comuns um tradutor para Libras, conforme a demanda de cada local.

Para entender o conceito, escolas ou classes bilíngues são aquelas em que a Língua Brasileira de Sinais é a primeira língua de instrução, e a Língua Portuguesa, em sua modalidade escrita, é a segunda língua do processo educativo.

Diferentemente de alunos acometidos de outras deficiências, a criança surda precisa ser alfabetizada primeiramente em Libras, que lhe servirá para decodificar a língua materna.

Com isso, queremos promover a inclusão de pessoas que vão ficando à margem do conhecimento e do saber por falta de condições, que é dever do Estado e da família, conforme estabelecido na nossa Constituição.

Além do aspecto geral da educação, a Carta Magna abrigou também a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiências da ONU, que, no art 24, sobre educação, explicita os seguintes termos:

a. Os estados partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias, de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade. Para tanto, os estados partes tomarão medidas apropriadas, incluindo:

b. Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda.

c. Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças, cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Tendo em vista a relevância do tema, solicito o apoio de todos para aprovação deste projeto de lei que, como já vimos, é constitucionalmente previsto e é preciso que os estados regulamentem essa questão, como pretendemos fazer agora.

É um pleito e uma demanda de uma minoria linguísticocultural, da comunidade surda cearense e também brasileira. Suas entidades

representativas lutam há alguns anos para ter uma educação adequada às necessidades educacionais. Algumas conquistas já foram alcançadas, e a TV Assembleia é um bom exemplo dessa conquista. A transmissão de sua programação é acompanhada de um tradutor para linguagem de Sinais.

Avaliação de cursos universitários

A avaliação é o principal instrumento para monitorar e garantir a melhoria da qualidade na educação. Assim, é muito bem-vinda a tentativa de avaliar os cursos universitários para aferir o desempenho do ensino aplicado.

Esses mecanismos de avaliação foram lançados ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, na gestão de seu ministro da educação Paulo Renato de Sousa. O Enem, apesar de suas falhas de logística e de gestão, é eficaz para medir e até montar um *ranking* das escolas do ensino médio.

Seu principal triunfo, que supera de longe o tradicional vestibular, é a Teoria de Resposta ao Item. Por esse método, as questões são distribuídas em grupos de fáceis, médias e difíceis, de forma aleatória.

Ao estudante não é dado saber que pergunta pertence a qual grupo. Na hora da avaliação, sabe-se o nível de sua resposta pela quantidade de cada grupo, e com isso evita distorção. Se há muito acerto de difíceis e pouco de fáceis, revela falta de consistência na resposta. Desta forma, o sistema diminui a ocorrência do critério sorte e aumenta a chance dos mais preparados.

Outra virtude do Enem é que reflete o aprendizado e o raciocínio em detrimento da memorização de matérias. Ao mesmo tempo, há condições de melhorar a avaliação com temas transversais e paralelos, tendo uma visão mais ampla dos conhecimentos do candidato.

Mas o que dá consistência na credibilidade do Enem é que reflete o esforço do estudante e seu real aprendizado.

O exame lhe serve para facultar o ingresso na faculdade. Ele vai dar o melhor de si para fazer o curso de sua predileção, de preferência numa escola pública, ou se credenciar a uma bolsa do governo para estudar numa instituição da rede privada.

O que o Enem precisa é melhorar sua forma de aplicação, sua periodicidade, frequência e inclusão de temas regionais.

Com isso, temos um retrato fiel do desempenho de cada escola que oferece o ensino médio. O resultado de seus alunos no exame é consequência do que foi produzido em sala de aula. Não tem como tergiversar sobre seus números, fora um ou outro caso fortuito.

Já em relação ao Enade – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, criado para avaliar as instituições de ensino superior, ainda está longe de seu ideal.

O Enade avalia universitários que estão ingressando no ensino superior e ao final do curso. O resultado de sua nota fará parte de um consórcio de avaliações, que inclui titulação de professores, projeto pedagógico e até infraestrutura, como bibliotecas e laboratórios.

É um esforço meritório, mas ainda longe de ser fidedigno ao que é praticado no ensino superior, pois deixa brechas para distorções. A principal explicação para isso é que a aplicação da prova do Enade não tem qualquer consequência para a vida acadêmica do universitário. Basta que ele se submeta à prova, independentemente da nota – 0 ou 10 –, constará como regular em seu histórico acadêmico.

Toda prova é estressante, o aluno não vai se aplicar se o valor da nota não tiver reflexo nas notas finais do curso.

Por essas fragilidades do sistema, a Universidade de São Paulo (USP), por seu Conselho de Graduação, resolveu não participar do Enade. O sistema não tem como diferir o aluno que prestou provas e teve desempenho insatisfatório daquele que, por motivos políticos, devolveu a prova em branco.

E há um movimento significativo, que considero obscurantista, que boicota a avaliação do Enade. Enquanto persistir essa postura, o Brasil não terá como avaliar seu ensino superior, o que é muito grave. O boicote distorce o quadro, podendo levar o governo a adotar políticas ou tomar atitudes equivocadas.

Há um vídeo, facilmente encontrável na internet, em que um professor defende total boicote às provas. Segundo ele, participar e entregar a prova em branco é um ato político em defesa do ensino público e gratuito. Em sua pregação, relaciona 30 motivos para boicotar o Enade.

Tendo em vista a grande possibilidade de distorções, que torna o Enade ainda inconsistente, acho que o Governo se apressou em apresentar instituições de ensino que teriam sido reprovadas, do mesmo modo como foi temerário dizer que esta ou aquela universidade foi a melhor. Exatamente porque a USP, a universidade brasileira com melhor destaque nas avaliações internacionais, não concorda com os critérios do Enade e não participa de sua aplicação.

Esta última versão do Enade já foi um aperfeiçoamento, abrangendo nesta edição todo o universo do ensino superior, que antes era pesquisado apenas por amostragem. As visitas e avaliação dos títulos dos professores são critérios importantes. Mas só podemos mesmo avaliar uma universidade pelo aprendizado adquirido por seus alunos. E isso só será possível com uma avaliação valendo ponto

também para o aluno, registrando no seu histórico escolar o resultado da prova no Enade.

Avaliação é feita exatamente para afastar distorções. Mas, da forma como ainda é desenhado o sistema de avaliação do ensino superior, o risco de distorções por fraudes e posicionamentos políticos comuns no seio universitário é muito elevado. Por isso, o MEC deveria lutar para melhorar seu sistema de avaliação e ser mais comedido na divulgação de números que não estão devidamente aferidos.

Além do mais, a última lista do Enade divulgada pelo MEC já está desatualizada. Nesta semana, a Faculdade Católica trouxe à tona esse aspecto em nota publicada no jornal. Segundo a instituição, que teria sido reprovada pelo Enade, as notas dizem respeito ao Itep e Icred, institutos da Diocese que já estavam em extinção. A Faculdade Católica, na verdade, está com nota 3, acima da média. Esta nota foi atestada por equipes do MEC com visita *in loco*.

O Brasil pela educação

“Somente se pusermos a educação no centro das políticas o Brasil terá como romper o ciclo de pobreza e exclusão”. Essa frase, que sintetiza a essência da educação, é de Priscila Cruz, diretora executiva do Movimento Todos pela Educação. Faz parte do artigo “A decisão pela educação”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo, em sua edição do dia 12 de dezembro.

Nesses dias temos debatido sobre o número de miseráveis, as estimativas de adolescentes nessas condições e outras mazelas sociais, refletidas nos dados apresentados pelo mais recente censo do IBGE. A resposta é uma só. Não há outro meio mais rápido e eficaz de combater a miséria senão pela educação de qualidade para quem se encontra nessas condições.

Sem a educação como prioridade real das políticas públicas, o Brasil jamais romperá esse ciclo de miséria que se alimenta da ignorância, que reduz as chances de conquistar uma vida digna. Com a mais recente preparação do Plano Nacional de Educação, o país tem se mobilizado para estipular metas cuja conquista diminuirá a distância que nos separa de países mais avançados.

Na semana passada, estive em Brasília, no Ministério da Educação, participando da Reunião Geral do Fórum Nacional de Educação, como representante da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. E um dos principais temas foi o PNE, o plano que vai orientar as estratégias educacionais para os próximos nove anos. Um já se perdeu, pois estamos atrasados, ainda sem perspectiva de data para sua aprovação no Congresso.

Fez parte da programação da reunião do Fórum a leitura do relatório do deputado Ângelo Vanhoni, na Comissão Especial do PNE. Nesse mesmo dia, o movimento estudantil fez uma manifestação pública a favor da destinação de 10% do PIB para investimento na educação. Esse percentual foi objeto de discussão desde o PNE anterior. O relator decidiu propor 8% do PIB, que já representa bom incremento diante dos atuais 5%.

Voltando ao artigo da educadora Priscila Cruz, ela alerta que o recente crescimento da classe média poderá ruir logo mais adiante se não tomarmos a decisão de efetivamente dar um salto na educação, “que é o caminho mais poderoso e sustentável para a promoção de justiça social, com resultados persistentes, duradouros”.

Ela cita os países com melhor desempenho na educação: Finlândia, Coreia do Sul e Canadá. Segundo suas palavras, esses países há décadas tomaram a decisão de garantir uma educação de qualidade. “Consciente, alerta, a sociedade desses países cobra, participa, atua, e as autoridades planejam, cumprem, avaliam, numa movimentação de mão dupla. Não se trata simplesmente de uma decisão do governo e seguida pela população. É também, e ao mesmo tempo, o anseio manifestado pela população que leva o governo a colocar a educação como política central e articuladora das demais, com a garantia de que seja de qualidade e com equidade”.

Aqui, precisamos refletir também o papel da sociedade. Os governantes prometem a educação como prioridade, mas raros cumprem sua promessa. E a população tem sua parcela de culpa por omissão e também de conceito. A escola pública brasileira ainda está muito longe do ideal. No entanto, pais e professores dão média 8, numa escala de 0 a 10. Isso arrefece o ânimo de conquistarmos uma escola de que precisamos para nosso projeto de nação.

Nesse aspecto, o Fórum Nacional de Educação tem importante trabalho para manter a mobilização, não só para aprovar o Plano Nacional de Educação, mas, principalmente, monitorar o acompanhamento das metas. Pode ter sido a falta desse monitoramento o fracasso do PNE anterior, que atingiu apenas um terço de suas metas.

Por isso o pensamento expresso no artigo do Movimento Todos pela Educação: “De nada adiantará termos um excelente plano se não pusermos uma enorme energia também em sua operacionalização, para que vá muito além de uma declaração de boas intenções e se torne o documento-guia para saldarmos a nossa dívida social e darmos dignidade e oportunidade a todos os brasileiros”.

Esta reunião do Fórum Nacional da Educação teve como objetivo geral marcar o calendário de atividades da Conferência Nacional de Educação, divididas em duas fases: a primeira é a respeito da constituição da Conae 2013 e definição da sua dinâmica e sistematização. E a segunda compreende a mobilização e divulgação das conferências virtuais, livres, municipais e estaduais de educação.

Em março, teremos a publicação do decreto ou portaria convocando a Conae 2013 e atribuindo sua coordenação ao Fórum Nacional da Educação. Até maio, teremos a definição do tema central e dos eixos temáticos da Conae 2013, com a elaboração de um documento referência.

As conferências municipais dar-se-ão a partir do segundo

semestre de 2012. Já as conferências estaduais deverão acontecer de fevereiro a junho de 2013.

Outros temas contemporâneos entraram em pauta neste Fórum. Entre eles, a proposta legislativa do senador Cristóvam Buarque, de transferir para o Ministério da Ciência e Tecnologia as atividades relativas ao ensino superior, que se encontram no MEC.

A esse respeito, foi discutida uma carta aberta assinada por mais de 20 entidades ligadas à educação e à representação classista, em defesa da concepção sistêmica na gestão federal da educação: pela educação integrada da educação básica e de ensino superior no MEC.

Depois da discussão, quando se chegou a um consenso sobre o assunto, o Fórum Nacional decidiu incorporar esta carta e se colocar em defesa da manutenção, num único ministério, isto é, o MEC, todas as fases de ensino, desde a educação básica ao ensino superior, com base nas seguintes diretrizes:

Diretrizes do PNE:

I – erradicação do analfabetismo

II – universalização do atendimento escolar

III – superação das desigualdades educacionais

IV – melhoria da qualidade da educação

V – formação para o trabalho e para a cidadania

VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação

VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país

IX – valorização dos profissionais da educação

X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade, e à sustentabilidade socioambiental.

Censo do Ensino Superior

O censo do ensino superior foi divulgado pelo MEC dia 7 de novembro, com os resultados finais dos últimos dados concernentes ao assunto.

1- O primeiro Plano Nacional de Educação planejado para a década de 2001 a 2010 previa que o Brasil deveria colocar 30% dos jovens na idade de 18 a 24 anos na universidade, para que o Brasil pudesse acompanhar o desenvolvimento dos países desenvolvidos.

Recentes dados comprovam que as metas até hoje alcançadas não conseguiram atingir o que foi planejado.

Eis os dados apresentados pelo MEC: O Brasil registrou um aumento de 110% no número de estudantes. Em 2001 as universidades brasileiras tinham 3 milhões de alunos; em 2010 eram 6 milhões e 37mil, assim distribuídos: 74,2 matriculados em instituições privadas e 25,8 em instituições públicas. O maior crescimento ocorreu nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em conclusão, o Brasil atingiu apenas metade de suas metas.

2- O segundo Plano Nacional de Educação, elaborado em 2010, em discussão no Congresso Nacional, planeja recuperar o atraso do Brasil neste campo.

O atual PNE 2011-2020 pretende colocar 33% da população com idade entre 18 e 24 anos no ensino superior.

Dois fatores contribuíram para este crescimento: o primeiro, a criação do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que concede bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições particulares e confessionais do ensino superior. Este programa, criado em 2004, começou a funcionar em 2005, já tendo concedido mais de 500 mil bolsas.

Outro estímulo foi o programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Em 2001 o país tinha 5.359 alunos matriculados no ensino a distância; no ano passado este número subiu para 930.179 alunos. Hoje, o ensino a distância responde por 14,6% das matrículas de graduação no ensino superior.



CIDADANIA

Sobral, aos 238 anos

A partir da administração de Cid Gomes, de 1997 a 2004, Sobral deu uma guinada histórica, saindo de uma inércia administrativa que se alongava e deteriorava a autoestima do povo. Seguindo a seriedade de seu pai, o ex-prefeito José Euclides Ferreira Gomes, Cid implantou novo estilo de gestão na cidade, que a projetou para os anos seguintes.

O ritmo de obras e realizações era tanto que não se imaginava que pudesse se repetir. Praças, equipamentos urbanos, vias públicas, inauguração de prédios, tudo isso crescia aos olhos do sobralense, que recuperava na memória afetiva os tempos de pujança, que há muito tinham desaparecido, ao longo dos trilhos dormentes quase inutilizados e dos buracos que sempre povoaram a BR 222, via federal que nos leva e traz de Sobral.

Cid Gomes não ergueu apenas concreto ou enterrou tubulações, nem apenas abriu vias e estradas ou inaugurou instalações. Isso tudo foi e é muito importante. Sua obra maior, que resplende hoje e garante o futuro, foi o investimento sério na educação, atacando a praga do analfabetismo escolar, com metodológica persistência.

No momento em que a cidade comemora seus 238 anos, o maior troféu a exibir é luminoso. Os alunos de Sobral apresentam a melhor média do Ideb de todo o Norte e Nordeste. É a única cidade das duas regiões a figurar entre as escolas com as 100 melhores notas. Esse modelo, que apresenta vistoso resultado, virou referência. E não apenas no Ceará.

Com a chegada de Cid Gomes ao comando do Estado, o governador ampliou a experiência exitosa de Sobral. Os resultados não tardaram a chegar e chamaram a atenção de estudiosos do assunto. A secretária de Educação do Estado, Isolda Cela, que fez o mesmo trabalho no município de Sobral, esteve recentemente explicando os detalhes do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), numa audiência do Conselho Nacional de Secretários de Educação.

Da mesma forma, o governador Cid Gomes compareceu ao Congresso, numa reunião da Comissão Especial de acompanhamento do Plano Nacional da Educação. O objetivo era explanar para os parlamentares as ações desenvolvidas no Ceará que possam ser aplicadas em nível nacional e aproveitadas como proposta na elaboração do PNE.

Outro fato que denota esse olhar sobre a educação de Sobral foi

a revelação do ministro Fernando Haddad, durante solenidade de inauguração da Unilab, na cidade de Redenção. Ele afirmou que uma revista internacional do segmento da educação o procurou para uma entrevista.

Na pauta, os resultados do Brasil no Pisa, um programa internacional de avaliação de alunos, elaborado pela OCDE. Apesar de ainda figurar entre as últimas colocações, o Brasil tem apresentado avanço consistente, que despertou a curiosidade dos jornalistas especializados. Ao fim, eles pediram para indicar um estado em que se refletisse o que de bom o Brasil estava realizando em educação. Depois de relutar, para não sensibilizar os demais secretários, e diante da insistência da revista, cedeu: “Visite o Ceará, veja o que a Isolda está fazendo”.

A conquista da educação é uma vitória duradoura.

Mas Sobral não parou nas obras realizadas nas gestões anteriores. Seu progresso é contínuo e constante. Agora mesmo, o prefeito Clodoveu Arruda vem entregando muitos benefícios. Participamos, durante a Exponorte, da inauguração do Centro de Eventos de Sobral.

Outras obras de grande porte estão para ser entregues, como o Hospital Regional e a Unidade de Pronto Atendimento, com mais de vinte especialidades que darão suporte no atendimento terciário ou de alta complexidade. A instalação do metrô dará uma boa condição de mobilidade à população.

Sobral tem grandes conquistas ao longo de sua história de 238 anos. O grande marco nessa trajetória foi o investimento em educação. Mas os louros granjeados agora não seriam possíveis sem o descortino e a visão de futuro de dom José Tupinambá da Frota, o semeador de nossa cultura.

Ele plantou a semente da educação, ao exigir preparo intelectual de todo o clero. Cada padre passou a ser um multiplicador do saber e difundiu o prazer pelo conhecimento não só na sede da Diocese, em Sobral, mas nos municípios ao redor.

Além de consolidar a importância da educação no clero e nos diocesanos, dom José fincou fundações de escolas e universidades, que educaram sua população. Colégio Santana, Colégio Sobralense, Patronato formam a tríade de instituições educacionais que se destacam.

Também se destacou a Escola de Artes e Ofícios, de cunho profissionalizante. Não foi fundada por dom José, mas um de seus seguidores, monsenhor José Aluísio Pinto.

A efervescência do ambiente universitário nos corredores e salas

de aula da UVA se dá num prédio projetado e executado por dom José. No início, era um seminário – que quer dizer sementeira. Estava ali a semente que fez frutificar a UVA. O seu semeador é um dos ungedos por dom José, cônego Sadoc de Araújo, que conduziu o destino da Universidade nos seus verdes anos.

Toda a linha sucessória do primeiro bispo de Sobral manteve acesa a chama da educação. Fui testemunha e parceiro de algumas ações, principalmente ao lado do bispo dom Aldo Pagotto, que hoje está à frente da Diocese de João Pessoa, e de seus sucessores, tais como dom Fernando Saburido e agora dom Odeli Magri.

Cid compreendeu bem esse olhar de dom José sobre a educação e também a abraçou como prioridade administrativa.

Sobral avança firme no seu desenvolvimento, com a bandeira da educação tremulando à frente da caminhada de sua história.

Olho para a margem esquerda do Acaraú, grande obra de engenharia que revitalizou a relação da cidade, do seu povo, com o rio. Entre as novas pontes sobre o Acaraú, alguns prédios se destacam, todos eles ligados à educação e à cultura. A Ecoa, que leva o nome do jornalista e publicitário Augusto Pontes, que a idealizou e lutou por ela. O outro prédio é o da biblioteca jornalista Lustosa da Costa.

Também figura nesse trio de obras culturais o museu Madi, que reúne peças do artista uruguaio Arden Quin, que faleceu em setembro do ano passado. Estive com ele em Paris, na companhia do prefeito Clodoveu Arruda, então secretário de Cultura. Negociamos com o artista fundador do movimento Madi para instalação do museu, o único em terra nacional.

São múltiplas ações e atividades que atestam o pendor do povo sobralense pela cultura e educação.

Parabéns, Sobral!

Jornal Correio da Semana, 9 de julho de 2011

A cidade visível de dom José

Administrar uma cidade preservando o patrimônio. Sobre esse tema falou o prefeito de Sobral, Clodoveu Arruda, no VI Fórum de Ideias Inovadoras em Políticas Públicas, da Assembleia Legislativa. O evento ocorreu na sexta-feira, dia 31 de agosto, em que participou também a deputada estadual do PT e ex-prefeita de Santos (SP) Telma Sousa. A restauração dos prédios históricos, segundo o prefeito de Sobral, deu visibilidade à cultura de nosso povo.

Uma das referências daquelas discussões foi o livro “As cidades invisíveis”, de Ítalo Calvino. Na obra do escritor italiano que nasceu em Cuba põem-se em diálogo Marco Polo, de Veneza, e o imperador chinês Kublai Khan.

As deliciosas histórias de Marco Polo encantavam o imperador, que desejava conhecer seu império através dessas narrações. Na conversa, nota-se que ele inventa as cidades a quem dava o nome de mulher. Em cada uma dessas cidades, Marco Polo descrevia parte da sua Veneza, com seus sonhos, medos e fantasias. Ele também construía uma cidade que se idealizava.

Não pude deixar de imaginar uma descrição de Sobral para o estrangeiro em busca de informações. Entre o Acaraú e a encosta da Meruoca, um cenário que abraça Sobral, o viajante avista a linha do horizonte perfurada por uma torre de chaminé de fábrica desenhando o progresso no céu. E pelas torres das igrejas centenárias em busca do infinito, retrato da espiritualidade de seu povo altivo, vanguarda nas artes, cultura e política. Houve uma época em que as novidades vinham da Europa e chegavam mais cedo a Sobral. Artistas internacionais adotaram a cidade.

O traçado com o qual a cidade se desenvolveu em seus territórios seguiu um plano visionário de um profeta radicalmente racional. O tradicional ortodoxo que estava muito além de seu tempo, o filósofo por excelência, o teólogo consistente, o líder político e espiritual, que moldou a cidade para dispormos de como hoje ela se apresenta. E seu povo a foi formatando à sua maneira, dando vazão às novas demandas.

No livro de Calvino, Marco Polo descreve uma das cidades do império, no seu jeito todo peculiar, e nos cobra reflexão.

“No centro de Fedora, metrópole de pedra cinzenta, há um palácio de metal com uma esfera de vidro em cada cômodo. Dentro de cada esfera, vê-se uma cidade azul que é o modelo para outra Fedora.

São as formas que a cidade teria podido tomar se, por uma razão ou por outra, não tivesse se tornado o que é atualmente”.

Agora que estamos celebrando a 12ª edição do Setembro Dom José, fiquei imaginando como seria Sobral se não tivesse havido José Tupinambá da Frota. Se não tivesse ele desenhado e executado a cidade que ele preparou para o futuro, o qual já presenciamos. Portanto, não é mais no campo especulativo, mas comprovada sua boa influência sobre nossa cidade, compreendida como seu povo, seus afetos e seus prédios.

Tente imaginar como fez Marco Polo em Fedora: o que haveria dentro da esfera azul a Sobral sem dom José? Na minha opinião, seria uma cidade atrasada, sem prestígio.

Como na ficção de Calvino, o bispo reinventou a cidade, moldando-a com suas referências trazidas da capital italiana, projetando-a para funcionar no centro do semiárido nordestino uma nova Roma. Ele não apenas inventou, mas se pôs a executar um plano ao longo de seu episcopado, que se confundiu com a de um grande gestor municipal, a maior figura histórica de todos os tempos de Sobral.

Dentro do aspecto da visibilidade que se pretende moderno hoje, como na conservação do patrimônio, dom José já fazia isso no seu tempo, ao reunir pedaços da cultura de nossa região e colecioná-los num museu, que hoje leva o seu nome. Ele teve cuidado de guardar a história de sua gente, de conservar sua cultura. Não para que os pósteros se prendessem ao passado, mas para terem referências e melhor se posicionarem para o futuro.

Como cunhou Augusto Pontes, “Passado presente futuro”.

Nesse território imaterial, dom José construiu uma estrada do saber, incutindo em seus seminaristas o gosto pelos estudos, que deveriam culminar com pós-graduação em Roma. E não foram poucos os que frequentaram o seminário e puderam dispor de educação de qualidade. Nesta época o sacerdócio era a maior aspiração de quase todas as famílias sobralenses.

A preocupação que se restringia à elite dos que queriam seguir o sacerdócio se ampliou para a sociedade. Marcantes foram os colégios Santana, destinado a alunas, e o Sobralense, para alunos. Também é de sua gestão o Patronato da Imaculada Conceição. Esses três colégios, além do Seminário Diocesano, formaram o tripé da boa educação dos jovens e adolescentes sobralenses e ainda contribuem.

O prédio construído na Betânia, que abrigou o Seminário, acolheu em suas edificações a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Na educação e na cultura, dom José não só formulou um plano

de ação, mas o executou de tal forma que ainda hoje é presente.

Veio de Roma, sob forte influência do Concílio Vaticano I, que decretou a infalibilidade papal e sustentou a teologia de uma igreja triunfalista, representante plenipotenciário tanto do poder divino, como do terreno. A igreja era uma espécie de monarquia, quando os papas coroavam reis e imperadores. Essa monarquia também tinha sua nobreza, com seus títulos. Dom José ostentava o de conde, outorgado por Roma.

De certa forma, dom José, disciplinado seguidor de Roma, era embaixador de Cristo, como bispo, e da diplomacia do Vaticano, como conde. A conservação do forte sentimento de religiosidade foi outra marca do bispo, época em que se vangloriava de não existir na Diocese nem maçonaria nem templo de outras confissões religiosas.

Seria exaustivo listar todas as obras, como já fizemos em outros artigos, mas gostaria de terminar este com mais um trecho de Italo Calvino, no seguinte diálogo entre Marco Polo e o imperador.

“Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

– Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? — pergunta Kublai Khan.

– A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra — responde Marco —, mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

– Por que falar em pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

– Sem pedras, o arco não existe.”

Dom José é a pedra e o arco de Sobral.

Jornal Correio da semana, 10 de setembro de 2011

Lula, Doutor Honoris Causa

O Brasil tem feito história no cenário internacional nos últimos dias. Em 21 de setembro, a presidente Dilma, na abertura da Assembleia da ONU, chamou a atenção para o fato: “Pela primeira vez na história das Nações Unidas uma voz feminina inaugura o debate geral.” A voz da presidente brasileira, a primeira mulher a falar na abertura da ONU, foi bastante aplaudida.

Seu discurso, ao desferir críticas à atuação das nações ricas e ao reafirmar seu compromisso com os direitos humanos, legitimando a posição dos emergentes, pode ser mais eficaz na conquista de uma vaga permanente no Conselho de Segurança do que o simples ativismo antiamericano exercido anteriormente pela diplomacia brasileira.

A presença do Brasil na abertura da Assembleia da ONU segue uma tradição por ter sido o primeiro país a assinar a carta de fundação das Nações Unidas. Nesses 66 anos de existência, porém, como o Brasil só tivera presidentes do sexo masculino, foi a primeira vez que uma mulher viveu esse papel.

Já no dia 27, mais um fato inédito corrobora o protagonismo internacional que o Brasil vem assumindo. Pela primeira vez na história, um latino-americano vai receber o título de Doutor Honoris Causa de uma das mais importantes academias francesas, o Instituto de Estudos Políticos de Paris, conhecido como Sciences Po. Fato histórico para a universidade e também para o ex-presidente Lula, que recebe hoje o mais importante título acadêmico, entre os seis que já lhe foram outorgados – cinco por universidades brasileiras e um de Coimbra.

Para se ter ideia de quanto esta universidade francesa é seleta na outorga da láurea de Doutor Honoris Causa, este de Luiz Inácio Lula da Silva é apenas o 16º título concedido pela Sciences Po em todos os seus 140 anos de existência. Dá uma média de um pouco mais de um título a cada 10 anos.

A universidade, que abriga em torno de 10 mil alunos, dos quais 40% vêm do exterior, é responsável pela formação da elite intelectual francesa. Passaram por seus bancos personalidades políticas como os presidentes da França, desde o atual, Sarkozy, e Giscard d’Estaing, Jacques Chirac, François Mitterrand, Lionel Jospin, além de uma lista enorme de outros políticos, empresários e industriais.

Terminei meus estudos superiores na Universidade Gregoriana, onde cursei Teologia, em Roma, na Itália.

Era uma época de acontecimentos históricos mundiais. Particpei, com vários representantes da igreja católica do Brasil, do Concílio Vaticano II, que modernizou procedimentos litúrgicos e atualizou o discurso católico.

Depois desse pequeno período, conquistei uma bolsa do governo francês e rumei para Paris, a fim de fazer o curso de pós-graduação em Ciência Política no então Institut d'Etudes Politiques de Paris, onde estudei no final da década de 1960, naqueles turbulentos dias que desaguaram no Maio de 68, movimento estudantil que se espalhou pelo mundo, com seu apelo libertário.

Se hoje o Sciences Po homenageia um ex-presidente brasileiro, naquela época pontificava um futuro presidente, então apenas professor universitário, o intelectual Fernando Henrique Cardoso. Colega de grandes nomes da ciência política, como Alain Tourraine e Edgar Morin, Fernando Henrique ensinou na Universidade de Nanterre, de onde eclodiu o Maio de 68. O principal líder do movimento, o judeu alemão Daniel Cohn-Bendit, foi aluno de FHC.

Passados mais de 40 anos daquela movimentação estudantil, o Brasil de novo é o centro das atenções. Afinal, não é apenas o ex-presidente Lula que é laureado, mas, principalmente, o povo brasileiro. Assim se expressou Jean Claude Casanova, presidente da Fundação Nacional das Ciências Políticas:

“Esta láurea, mais do que um reconhecimento pessoal, é uma homenagem ao povo brasileiro, que nos últimos anos realizou, de modo pacífico e democrático, uma verdadeira revolução econômica e social”.

Lula vem colecionando diplomas de Doutor Honoris Causa. Antes desses títulos, num evento que presenciei, quando da inauguração do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Sobral, Lula citou um certificado que fez mudar o curso de sua vida. Estudou no Senai, que o qualificou como torneiro mecânico. Foi assim que ele conseguiu seu primeiro emprego de metalúrgico, profissão em que se destacou como sindicalista. E o resto da história é conhecido de todos.

Jornal Correio da Semana, 1 de outubro de 2011

Ideb de Sobral

Manchete do caderno Regional do Diário do Nordeste de 24/11/11 informa que Sobral tem a melhor nota do Ideb no Nordeste. Os últimos números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica ainda são de 2009, pois o exame é aplicado de dois em dois anos. No relatório, é demonstrado que Sobral é uma ilha de excelência em educação, figurando com média de 6,6 – quase o dobro do registrado em Fortaleza, que ficou com a média 3,9.

A média sobralense, que é a melhor do Norte e Nordeste, já superou a meta do MEC, que previa a conquista do índice de 6,1 apenas para daqui a 10 anos, em 2021.

Há de se perguntar: o que Sobral fez para alcançar essa performance, indicativa de que seus alunos estão sendo alfabetizados na idade certa e recebendo os ensinamentos de acordo conforme a programação curricular?

Os frutos colhidos agora na seara da educação sobralense resultam do que foi plantado e regado ao longo dos últimos 15 anos, a partir de uma forte intervenção na área educacional. Naquele momento, constatou-se que as crianças não estavam sendo alfabetizadas na idade certa.

À época, numa equipe comandada pelo atual deputado Ivo Gomes, com a participação da atual titular da Seduc, Izolda Cela, e tantos outros que agora emprestam seu talento para as políticas e estratégias educacionais do Estado, foi feito diagnóstico que registrou o descalabro nas escolas e foi implementado um planejamento para atacar as causas e impulsionar a qualidade da oferta de ensino na terra de dom José.

O Ideb é o principal mecanismo de aferição e avaliação da educação básica brasileira. O índice é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações realizadas pelo Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, e em taxas de aprovação escolar.

O Ideb é tão importante e de tanta credibilidade que apresentamos um projeto de lei para possibilitar a afixação em local de boa visibilidade da escola a nota do Ideb que a instituição conquistou no exame mais recente. É uma ferramenta não só de avaliação, mas também de cobrança e/ou apoio da comunidade, que se preocupa com a qualidade da educação oferecida aos estudantes.

Além de ostentar o melhor índice do Ideb do Norte e Nordeste, Sobral tem escolas na rede pública que fazem parte da elite nacional em termos de desempenho no Ideb. Sobral, não custa lembrar, está entre as 100 cidades brasileiras mais bem avaliadas no exame. A nota de Sobral é superior à média cearense (4,2) e até mesmo à nacional, que registra 4,4.

Das cinco escolas que estão no top das melhores notas nacionais, três são da sede de Sobral, e duas de distritos, uma de Taparuaba, e outra de Patos.

Cinco escolas estão entre as de nível de excelência: Escola José da Matta e Silva, com nota 7,6; Escola Silvana Machado, com a mesma nota; e Escola José Ermírio de Moraes, com média de 7,5. Também tirou 7,5 de média a Escola Frederico Alto Correia, de Taparuaba. Já a Escola Deliza Lopes, do distrito de Patos, ficou com nota 7,3.

Pela disposição do prefeito Clodoveu Arruda, esse destaque de Sobral na educação vai continuar. Um conjunto de ações englobadas no projeto “Escola Aprender Melhor”, com investimento de R\$ 66 milhões, vai melhorar o sistema em três eixos: infraestrutura, valorização do magistério e fortalecimento da gestão com foco na aprendizagem escolar. Com isso, haverá construção de oito centros de educação infantil, cinco escolas de educação infantil e ensino fundamental e duas quadras cobertas. Já foram autorizadas a ampliação de 41 escolas, construção de duas escolas em tempo integral, além da reforma de 19 prédios.

Podemos assegurar que Sobral tem tudo para continuar sendo a cidade da educação, da melhor educação do Ceará.

Jornal Correio da Semana, 26 de novembro de 2011

Irmãs Paulinas no Ceará

Estamos aqui reunidos para comemorar os 50 anos da presença no Ceará da Pia Sociedade Filhas de São Paulo, as irmãs paulinas. Esta congregação religiosa, fundada em 1915, se destaca das demais pelo ministério da comunicação.

Pe. Tiago Alberione, um dos fundadores da Congregação, junto com irmã Tecla, afirma que se São Paulo vivesse hoje, seria jornalista. Em sua época, ele foi o responsável pela anúncio da boa nova, o Evangelho, para os gentios, com o propósito de levar a mensagem cristã aos confins do mundo. Até que todos sejam alcançados.

Com sua missão sempre atualizada, as irmãs paulinas se utilizam de todas as tecnologias disponíveis para comunicação de massa, a fim de transmitir a verdade libertadora.

As primeiras atividades se concentravam na abertura de livrarias em diversas cidades para levar livros em domicílio.

Em 1931, as Paulinas chegam ao Brasil e desembarcam no Ceará 30 anos depois, em 1961. Há 50 anos, no dia 7 de abril de 1961, a congregação chegava ao Ceará para construir sua história de evangelização. As primeiras paulinas a pisar em solo cearense traziam na “pequena bagagem” o coração cheio de alegria e disposição para propagar o Evangelho.

Foram as jovens irmãs Maria Nogueira e Gabriela Patrick que iniciaram o trabalho das Paulinas em nosso estado. As sementes lançadas por elas encontraram solo fértil e continuam a dar seus frutos.

Elas foram acolhidas pelas irmãs de Jesus Crucificado, que hospedaram as irmãs em sua casa por três meses. No dia 5 de julho de 1961, a congregação fixou residência na Rua Dr. José Lourenço, 1112. Logo depois, ainda no mesmo mês, mais duas irmãs – Ir. Amália Zaia e Ir. Maria Águeda – passaram a fazer parte da comunidade.

O próximo passo era a instalação da livraria, e passaram a prospectar pelas ruas centrais de Fortaleza em busca de uma sinalização do local que Deus havia preparado para o centro de difusão das Edições Paulinas.

Foi assim que em 17 de julho de 1962 a livraria São Paulo abria suas portas para o público de Fortaleza. E a partir daí, seu apostolado se expandiu, com a multiplicidade de ações, das quais ainda hoje somos beneficiários.

A livraria passou a ser referência no mundo católico, colocando

à disposição livros de pensadores cristãos, debates teológicos, discos, DVDs, enfim toda a gama de meios e mídias para louvação ou meditação.

Nesses 50 anos de história, muitos personagens se revezaram no cenário desta missão apostólica.

Agradecemos a Deus por ter suscitado em Pe. Alberione o dom de evangelizar com todos os meios de comunicação, para nos aproximar mais e mais do povo de Deus. Nossa gratidão à Igreja do Ceará por ter acolhido as primeiras irmãs que enviadas em missão fincaram raízes na Terra do Sol, e pelas portas que a Igreja e o povo abriram para acolher as irmãs e os primeiros frutos da missão Paulina.

A Palavra é o centro propulsor e o coração da missão das Irmãs Paulinas. Como dizia seu fundador, “devemos ser o Evangelho vivo, levar às pessoas o Evangelho encartado de diversas formas. Podemos falar de tudo, política, cultura, religiões, tudo de forma cristã”.

Como parte desta solenidade comemorativa aos 50 anos da presença das Irmãs Paulinas no Ceará, a Assembleia Legislativa presta homenagem a algumas personalidades representativas desta história.

Dom José Antonio Aparecido Tosi Marques:

Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, nomeado pelo Papa João Paulo II no dia 13 de janeiro de 1999 e tomada de posse na Arquidiocese de Fortaleza no dia 24 de março de 1999. Presidente do Regional Nordeste 1 da CNBB, Ceará, para o atual mandato de 2007 – 2011.

Casemiro de Medeiros Campos:

Mestre em educação e doutorando na mesma área pela faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Trabalha com gestão escolar e formação de professores. É pesquisador e professor universitário, conferencista e consultor. Autor de vários livros e pelas Paulinas editora lançou “Gestão escolar e docência”, que está em sua 3ª edição.

Prof. Dr. Manfredo Araújo de Oliveira:

Doutorado em Filosofia na Universität München Ludwig Maximilian, UMLM, Alemanha. Título: Subjetividade e mediação: estudos sobre o desenvolvimento do pensamento transcendental em Kant, E. Husserl e H. Wagner, Ano de Obtenção: 1971. Orientador: Max Müller.

Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, PUG, Itália. Título: A concupiscência na teologia de Karl Rahner, Ano de Obtenção: 1966. Orientador: Maurizio Flick.

Principais Publicações:

Dialética hoje. Lógica, metafísica e historicidade. São Paulo: Loyola, 2004. 417 p.

Desafios éticos da globalização. São Paulo: Paulinas, 2001. 333 p.
Sobre a fundamentação. 2ª. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 1997. 108 p.
Ética e sociabilidade. 2ª. ed. São Paulo-SP: Loyola, 1997. 290 p.
A reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea. São Paulo: Loyola, 1996. 427 p.

Irmã Ivani Pulga:

Formada em Comunicação Social - Relações Públicas na universidade CEUB- DF, filosofia e teologia no Instituto Do Carmo Faculdade Assunção- SP, pós-graduada em Marketing pela ESPM-SP (Escola Superior de Propaganda e Marketing), fundadora do SEPAC (Serviço a Pastoral da Comunicação), diretora da Editora Paulinas no período de 1993 a 1999, diretora do Marketing Paulinas de 1999 a 2003 e atualmente gerente da Paulinas Livraria de Fortaleza.

José Vicente Filho:

Natural de Orós-CE, poeta, cantor, compositor, ecologista, místico e apaixonado pelo seu povo, sua terra-pátria-planeta, suas raízes sagradas. Tem vários CDs lançados pela Paulinas COMEP. Nesse ano de 2011 celebra 30 anos de evangelização pela música e 28 anos que grava suas canções com a Paulinas.

Projeto Rondon, passado e presente ou Projeto Rondon em dois tempos

Ao comemorar o 10º aniversário da Associação Estadual dos Rondonistas do Ceará neste mês de outubro, gostaria de prestar uma homenagem a todos aqueles que de alguma maneira participaram deste Projeto nas suas diversas operações: nacionais, regionais, especiais em programas de interiorização, foco de sua atuação permanente e *campis* avançados.

Homenagem aqui, simbolicamente, representada pelos brasileiros e cearenses: coronel Sergio Mário Pasquali, professor Wilson Choeri, Mauro Rodrigues, Myriam Moreira, ex-reitor da UFC prof. Albuquerque, Pedro Henrique Chaves Antero, Colaço Martins, Cel. Ayr, general Gazzineo, Cel. René Miranda, Prof. Waldomiro Marques, Prof. Henry Campos, Roberto Smith, ex-presidente da BNB e tantos outros que ora me ouvem.

Falar do passado e do presente deste projeto que trouxe grandes benefícios para os jovens universitários brasileiros, notadamente no conhecimento da realidade nacional, na sua integração contínua, daí o seu lema “Integrar para não entregar” e que continua promovendo a inclusão pela educação.

Projeto Rondon como Instituição Pública

Em 1967, um grupo de cerca de 30 estudantes, sob a coordenação do professor Wilson Choeri, da antiga Universidade do Estado da Guanabara – atual UERJ – viajou do Rio de Janeiro para Porto Velho com o objetivo de conhecer a realidade da Região Norte do Brasil. A viagem, marcante para toda a equipe, deu a certeza de que o desenvolvimento do País deveria passar pelas instituições de ensino superior.

A experiência foi abraçada pelo Ministério do Interior em 1968 e foi batizada de Projeto Rondon, em homenagem ao marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, considerado o moderno bandeirante do século XX. O Projeto Rondon surge como suporte às ações das universidades e instituições de ensino superior, públicas e particulares, proporcionando-lhes participação no desenvolvimento regional.

Os participantes do Projeto Rondon mantêm vínculos com instituições de ensino superior, sejam alunos ou professores.

Projeto Rondon – Associação

22 anos de atuação como órgão de governo vinculado ao Ministério do Interior.

Em janeiro de 1989, sob argumentos pouco claros, através da Medida Provisória 28/89, convertida na Lei nº 7.732/89, 42 órgãos e empresas foram extintas pelo Governo Federal, entre eles o Projeto Rondon, “sem nenhuma análise de custo-benefício que justificasse o completo encerramento de todas as atividades do projeto”.

Em 2001 nasce a Associação Estadual dos Rondonistas do Ceará, com sede em Fortaleza. Ao longo destes dez anos de atividade, a Associação, também conhecida como Projeto Rondon Ceará, promoveu atividades em quase uma dezena de municípios do Ceará e até em outros estados do Nordeste. No final de 2008, com o objetivo de atender às demandas de outras localidades, foi criada a coordenação na Zona Norte, com sede em Sobral.

Ainda em 2001, quando era reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, em Sobral, instalamos o primeiro *campus* avançado do Projeto Rondon no Ceará. Para que isso acontecesse, contamos com o apoio financeiro e logístico de institutos parceiros da UVA, em especial do Instituto de Desenvolvimento, Educação e Cultura do Ceará – IDECC. O *campus* avançado Marechal Rondon, em Reriutaba, zona norte do estado, foi inaugurado em 11 de maio de 2002. A cidade apresentava baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o que exigia ações, como as empreendidas pelo Projeto.

Dez anos de Rondon no Ceará

Há 10 anos, seguindo orientação nacional, criamos aqui a Associação Estadual dos Rondonistas do Ceará. Todos nós que ajudamos a construir esse sonho fomos seduzidos pelo ideal de “integrar para não entregar”, lema formulado por aquele que lhe dá o nome, marechal Cândido Rondon. Este grande brasileiro ficou marcado para sempre em nossa história, tanto que deu nome também a um estado da federação: Rondônia.

O Projeto Rondon, como todos sabemos, tem dois tempos. Desde quando fazia parte da estrutura do governo, no Ministério do Interior, juntando a iniciativa governamental com o voluntariado de universitários, até os dias de hoje, momento em que o ideário rondonista perdura por meio de associações e organizações não governamentais.

Estive no Projeto desde os primórdios e não poderia deixar de participar também da fundação desta associação, que agora completa uma década de ações desenvolvidas em dezenas de municípios cearenses, com a participação de universitários. É uma ação vitoriosa porque todos ganham, principalmente os alunos em contato direto com a realidade, fazendo eclodir seu sentimento de solidariedade.

Na gênese de sua história e ainda na atualidade, pontifica a figura de nosso querido coronel Sérgio Pasquali, espécie de curador do acervo das ideias que nortearam a iniciativa e de seu patrimônio imaterial. Sem ele, toda estrutura, ideário e entusiasmo desse programa que beneficiou milhares de universitários e comunidades carentes, teriam soçobrado nesta travessia.

Foi seu esforço e abnegação, junto com o de muitos aliados, que manteve acesa a chama rondonista. Depois de extinto, o Projeto teve sua importância reconhecida pelo Governo Federal, de forma oficial, em janeiro de 2005, com a participação de 33 universidades em 13 municípios amazônicos.

O Projeto Rondon se desenvolveu a partir de princípios que duraram por toda sua vida e deram frutos significativos. Entre esses princípios, podemos citar:

1. Conhecimento da realidade nacional
2. Participação da juventude no processo de desenvolvimento nacional
3. Participação da universidade no desenvolvimento nacional
4. Interiorização da universidade

5. Prestação de serviços aos órgãos públicos
6. Participação ativa e consciente da comunidade no processo de desenvolvimento
7. Integração nacional
8. Interiorização e fixação de mão de obra
9. Adequação da profissão às realidades e exigências do mercado de trabalho
10. Preparação do universitário para o exercício consciente da cidadania, com fundamentos nos princípios do idealismo que aprimoram o caráter e asseguram a prevalência dos valores espirituais e morais. Aqui no Ceará, nestes 10 anos de convivência, muitas pessoas colaboraram de forma pessoal ou institucional.

Todos os anos, nós fazemos essa celebração, momento em que aproveitamos para homenagear algumas personalidades que contribuíram com esta obra grandiosa.

Hoje não poderia ser diferente. E estamos aqui para honrar também essas quatro pessoas escolhidas para a outorga de diploma de sócio honorário. São elas a professora Maria Palmira Soares Mesquita, vice-reitora da Universidade Estadual Vale do Acaraú, com destaque para seu apoio ao *campus* avançado de Reriutaba, mantido com o suporte da UVA. O professor Antônio Gouveia Junior, presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas Vale do Acaraú (IVA). O IVA tem apoiado fortemente as ações do Rondon, principalmente na zona norte do Estado.

O coronel René Miranda é um dos primeiros coordenadores do Rondon, no fim da década de 60, e chefiou a coordenação do Projeto no Ceará, Piauí e Maranhão.

E o Dr. Roberto Smith, ex-presidente do Banco do Nordeste. O BNB apoiou dois grandes convênios, um deles ainda em andamento na região de Acaraú.

A condição dos transexuais

É com muita honra que a Assembleia Legislativa acolhe e dá as boas-vindas aos participantes da IV Jornada Internacional de Direito Constitucional Brasil, Espanha, Itália. Esta jornada faz parte de um evento vitorioso de iniciativa da Universidade de Fortaleza, o Mundo Unifor.

O tema desta jornada é dos mais contemporâneos, dizendo respeito aos novos arranjos afetivos e familiares. O próprio conceito de família ganhou mais complexidade, abrangendo diversas formas de convivência. A família, mesmo com suas modificações, é o suporte da sociedade e seu termômetro. Se a família vai bem, assim estará a sociedade.

Como forma de discutir as novas realidades, nada melhor que reunir experiências vividas por nações amigas sobre estes novos fatos sociais para buscarmos o aprimoramento do aparato legal pátrio, reportadas por luminares da ciência do Direito oriundos da Espanha e Itália, para compartilharem os resultados das políticas implementadas em seus próprios países.

Aqui, aliados aos nossos valorosos pensadores e operadores do Direito promoverão as discussões, compararão as diversas facetas das realidades nacionais e certamente produzirão sugestões calcadas no fruto destes estudos e debates.

Para esta palestra em particular, “A condição dos Transexuais”, da qual tenho a honra de presidir a mesa de trabalhos, convido à discussão os renomados juristas Luiz Alberto Araújo, representando o Brasil, Dra. Ascensión Elvira, representando a Espanha e doutoras Bárbara Pezzini e Anna Lorenzetti, representando a Itália, que certamente emprestarão brilho e inteligência para que esta palestra propicie novas ideias e sugestões ao aperfeiçoamento do ordenamento jurídico nacional, pautadas no amadurecimento e na serenidade dos debates e no respeito às diferenças e à tolerância diante do novo.

Sem mais delongas, passamos a palavra ao primeiro orador.

UVA, legado de Dom José

A Sobral que nós conhecemos hoje, com o desenvolvimento atual, seu desenho urbano e o acervo cultural, que conta com uma universidade pujante, é fruto do sonho de dom José Tupinambá da Frota.

Que a Universidade Estadual Vale do Acaraú teve como berço a Igreja Católica não há nenhum ineditismo, pois todas as universidades estaduais cearenses, assim como uma miríade de renomadas universidades pelo mundo afora, foram criadas pelos católicos. Aliás, a primeira universidade, a de Bolonha, na Itália, era católica.

Em Sobral, não apenas o prédio pertencia à Diocese, que cedeu as instalações de seu seminário da Betânia, como teve os cursos da Faculdade de Filosofia Dom José, da Diocese, como os precursores da nova universidade. Seu criador e primeiro reitor, cónego Francisco Sadoc de Araújo, e muitos de seus primeiros professores eram padres ou formados nos seminários católicos.

Mas a Igreja não foi responsável apenas pela criação da UVA em Sobral; ela mudou a história da cidade, dando uma inflexão no seu desenvolvimento a partir da atuação de seu primeiro bispo, dom José Tupinambá da Frota, que pretendia transformar sua Sobral numa segunda Roma, cidade onde concluiu seus estudos superiores, sede do poder temporal da Igreja.

Só a partir de então, a cidade que cumpria seu destino ao deus-dará passou a ser planejada para ser uma grande metrópole, com inspiração europeia.

Sobral, fundada a partir da Fazenda Caiçara, elevou-se à categoria de vila em 1773, com o pomposo nome de Vila Distinta e Real de Sobral, e depois Fidelíssima Cidade Januária de Acaraú. A partir de 1841, passou a se chamar simplesmente Sobral. Desde então a cidade se transformou no mais importante centro comercial do norte do Estado. E mais: na metade do século XIX o desenvolvimento de Sobral chegou a superar o de Fortaleza.

Em 1915, com a criação da Diocese de Sobral, em 10 de novembro, teve início uma segunda fase na história de Sobral. O seu primeiro bispo, dom José Tupinambá da Frota, é considerado o maior benfeitor da cidade, não só no campo espiritual. Suas obras, mesmo 50 anos depois de sua partida, ainda beneficiam a população.

A grandeza moral de sua personalidade, a projeção política e a influência extraordinária de sua ação marcam, de forma determinante, a

história de Sobral e a feição espiritual de seu povo.

Essa mudança que se avizinhava começou quando o jovem seminarista, então com 17 anos, parte para fazer seus estudos em Roma, em 1899. Durante os 7 anos em Roma se formou em Filosofia, Teologia, e também nos cursos de pós-graduação, e impregnou-se com o clima e a ambiência da passagem do século 19 para o 20, na Europa, mais precisamente na capital italiana, com seus museus, universidades e equipamentos sociais diversos.

Na Igreja Católica, predominava a influência do Concílio Vaticano I, proclamado pelo papa Pio IX, onde se discutiram as questões doutrinárias necessárias para dar novo alento e informar melhor sobre assuntos essenciais da fé católica. As diretrizes pastorais do Concílio Vaticano I em defesa da fé e da infalibilidade papal foram referências importantes durante o episcopado de dom José, que se notabilizou como um grande guerreiro da fé e dos bons costumes.

Nesse contexto, compreendemos o posicionamento ortodoxo de dom José, extremamente fiel aos critérios romanos. Dom José encarnou exemplarmente o papel de verdadeiro controlador social.

Foi nesse cenário que, na primeira década do século passado, o padre José Tupinambá da Frota regressou de Roma para o Brasil. Depois de lecionar num seminário em São Paulo, retorna ao Ceará em 1907. No ano seguinte, em 10 de fevereiro, é nomeado por dom Joaquim José Vieira vigário de Sobral, cargo que exerce por oito anos até sua nomeação para bispo.

Num apostolado que durou mais de 50 anos (8 como vigário e 43 como bispo), dom José, com sua inteligência e perspicácia, tornou a cidade referência no Estado, preocupando-se obstinadamente em transformá-la na metrópole regional, de tal forma que os municípios da zona norte se espelhavam e seguiam o exemplo da cidade metrópole que ele implantou, ultrapassando os limites dos deveres de um prelado, dotando a cidade dos instrumentos básicos ao exercício da função social e cultural que hoje ela desempenha.

O primeiro bispo preocupou-se não somente com o contexto religioso, mas também social. Ao tentar moldar a cidade no feitio de uma nova Roma, construiu outra Sobral, que viu surgir a Santa Casa, o Abrigo Coração de Jesus, para idosos, colégios, estabelecimentos de assistência social, jornal, emissora de rádio, museu, banco de crédito e outros empreendimentos.

Destaca-se o Museu Diocesano, hoje Museu Dom José, onde conseguiu reunir um acervo incalculável, chegando a ser considerado um

dos mais bem equipados do país (o quinto em arte sacra e decorativa).

Dom José Tupinambá da Frota é considerado o símbolo máximo do espírito de sobralidade, o segundo construtor da cidade e o maior sobralense de todos os tempos, por isso diz-se Sobral de dom José.

A exemplo de São Pedro que, guiado pelo Espírito Santo, deslocou-se de Jerusalém para Roma, centro do império, a fim de cumprir a recomendação de Jesus Cristo: “Ide e ensinai a todas as gentes” (Mt. 28, 18-20) a boa nova da Evangelização, dom José Tupinambá da Frota, preocupado também com a divulgação da mensagem divina, quis projetá-la a partir de Sobral para a região norte do Ceará e adjacências.

Desde os primórdios da nossa era, notadamente no auge do Império Romano, o historiador Políbio [204–122 a.C.] defendia a tese de que todas as histórias particulares só faziam sentido se atreladas à história de Roma, então centro do mundo.

Podemos constatar a importância de dom José por intermédio das obras que deixou, pelos sacerdotes que formou. Mais que isso, ele deixou um projeto que, de uma forma ou de outra, grandes nomes da política sobralense se puseram a executar.

O projeto de engrandecimento de Sobral contou ao longo de sua história com a parceria de homens do porte de José Saboya, Clodoveu Arruda, Chico Monte, Plínio Pompeu, Mons. Sabino Loyola, Mons. José Gerardo Ferreira Gomes, cônego Francisco Sadoc de Araújo, padre José Linhares Ponte, padre Palhano, Parsifal Barroso, Virgílio Távora.

Na Diocese, dom José Bezerra Coutinho, dom José de Albuquerque Mota, dom Walfrido Teixeira Vieira, dom Aldo Pagotto, dom Fernando Saburido e dom Odelir José Magri, sucessores de dom José, continuaram dentro da mesma linha de pensamento e ação evangélica, sem esquecer a dimensão social para com os mais humildes.

Em aditamento a esse projeto de transformar Sobral na cidade que hoje é modelo em várias áreas, destaco duas personalidades da história recente: o saudoso Dr. José Euclides Ferreira Gomes foi um prefeito divisor de águas na questão de seriedade no trato da coisa pública. Colocou seu talento em função da cidade, deixando obras físicas de grande importância e um legado político que é expresso pelo brilhantismo de seus três filhos que engrandecem a política estadual e nacional.

O primeiro, Ciro Gomes, amante e devotado de sua querida Sobral, desde cedo ingressou na política trabalhando na prefeitura de Sobral quando seu pai era prefeito.

Deputado estadual, líder do governo Tasso, prefeito de Fortaleza

e governador do Estado do Ceará, contribuindo de forma decisiva para transformação do Ceará e de sua cidade natal, sempre presente e atuante em todas as suas mudanças, tendo sido por mais de uma vez ministro e deputado federal, tornando-se uma figura atuante no cenário político nacional.

Na área acadêmica, desde cedo foi professor de direito da UVA e no seu governo criou a Secretaria da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior e aprovou o parecer 318 do Conselho Estadual de Educação do Ceará reconhecendo a UVA como universidade, em 1994.

Mais recentemente, esse projeto de modernização de Sobral foi retomado por seu irmão Cid como prefeito de Sobral por dois mandatos, promovendo uma verdadeira transformação da cidade de Dom José, diria mesmo, uma verdadeira revolução no trato da coisa pública (*res publica*), tendo como instrumento de ação o planejamento estratégico.

Foi responsável pela elevação da autoestima dos sobralenses, que se condoíam ao ver tanto patrimônio imaterial ser desperdiçado, de ver a sobralidade posta de lado. Após realizar um belo trabalho como prefeito de sua cidade, Cid Gomes não é governador apenas pela generosidade do cearense, mas, principalmente, pelo reconhecimento do trabalho realizado em Sobral durante seus dois mandatos.

As grandes obras de estrutura, e a maior delas, a educação, fazem parte do portfólio de quem está colocando o Ceará também no rumo certo, como fez em Sobral.

Na área da educação teve como secretário de educação o deputado Ivo Gomes, que juntamente com a professora Isolda Cela fizeram de Sobral uma referência no âmbito da educação nacional. O Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC teve êxito absoluto e hoje foi estendido a todos os municípios do Ceará.

Na minha administração à frente da UVA (1990-2006), promovi uma parceria intensa e contínua com a diocese de Sobral, com a administração de Cid Gomes, continuando na administração de Leônidas Cristino e Veveu Arruda, para transformar Sobral numa cidade universitária, moderna, diria mesmo, cosmopolita.

Durante o período em que dirigi a UVA, com o programa operação de guerra de formação do professor leigo, formei mais de 50 mil professores, atendendo a 142 municípios cearense.

Por fim, não podemos deixar de reconhecer a continuidade da UVA dentro desse processo civilizatório iniciado por dom José. Nesse momento, o reitor Antônio Colaço Martins imprime uma administração moderna, tendo-se destacado entre suas congêneres na administração

estadual. Na avaliação do governo, a UVA tem a melhor relação entre o orçado e o executado, demonstrando a eficiência da gestão acadêmica.

Nesse momento em que comemoramos os 43 anos da UVA, junto com os 80 anos do cônego Sadoc de Araújo, temos a certeza que Sobral continua seguindo o projeto que dom José traçou para sua cidade e toda a região.

Discurso em comemoração a 50 anos do Instituto/ Casa de Cultura Hispânica da UFC na Assembleia Legislativa do Ceará

Tenho enorme satisfação em declarar aberta esta Sessão Solene para comemoração do Jubileu de Ouro da Casa de Cultura Hispânica do Ceará, que teve sua origem no antigo Instituto de Cultura Hispânica, criado pela UFC em 13 de outubro de 1961. Era o início de uma década em que o mundo, inclusive o Brasil, entraria em furor, através de uma juventude rebelde, uma juventude universitária que, antes do final dos anos 60, teria desencadeado poderosos movimentos de contestação à guerra em curso no Vietnã, aos partidos políticos e sindicatos politicamente obsoletos e às instituições constituídas – a família, o casamento e a ética predominante no relacionamento entre os gêneros.

Era a década do aparecimento do movimento feminista, não mais preocupado unicamente com o direito ao voto, mas reivindicando a liberdade da mulher em todos os campos de atividade, principalmente sua inserção no mercado de trabalho em pé de igualdade com os homens. Foi também a década da pílula anticoncepcional, que tornou o mundo menos conservador em matéria de sexo.

Acho que em sentido amplo, a canção do Caetano Veloso intitulada “Alegria, Alegria” expressava bem, aqui entre nós, o lado otimista dos anseios de liberdade de nossa juventude. Havia uma fome de conhecimento, sobre outras latitudes, outros países, outras culturas! Era o processo chamado de mundialização pelos franceses, e globalização pelo resto do mundo, que já estava em gestação.

Meus caros amigos da Casa de Cultura Hispânica,

Fiz essa digressão, para melhor poder realçar o significado da criação de um Instituto de Cultura Hispânica, hoje, Casa de Cultura Hispânica, em Fortaleza, naquele longínquo ano de 1961.

Nossa cidade, naquela época, não passava de uma adorável capital provinciana, com a população na casa dos 500 mil habitantes: os “ricos” concentrados no famoso bairro da Aldeota, e os pobres e analfabetos, que constituíam a imensa maioria da população, no Pirambu e adjacências.

Se procurarmos razões ou motivação no amplo quadro da cultura e da história do Brasil para uma presença mais forte da cultura espanhola no Ceará, temos o lado mais cultuado das relações Brasil-Espanha, fruto da longa presença entre nós do jesuíta espanhol Pe.

José de Anchieta, que chegou ao Brasil em 1553 e desempenhou um papel extraordinário no entrosamento dos colonizadores com as nações indígenas, com reflexos duradouros na vida e na cultura brasileira em sentido amplo.

Outro episódio ainda controverso, mas que merece destaque, relativo a nossas relações com a Espanha, foi a passagem pelas costas cearenses, em 29 de janeiro de 1500, de acordo com o historiador Rodolfo Spínola, no livro de sua autoria, “Vicente Pinzon e a descoberta do Brasil”, do mencionado navegador espanhol, que protagonizou a primeira batalha em terras brasileiras entre europeus e indígenas paracuruenses (Tremembés), às margens da foz do rio Curu. Como saldo do combate, pereceram 20 indígenas e 8 espanhóis.

Voltando para nossa era, o século XX, em sua segunda metade, foi principalmente o século da industrialização, quando Brasil e Espanha concorriam por mercados consumidores para seus produtos na Latino América ou Ibero América, conforme a ótica que se queira tomar.

Nem sei se haveria como enxergar no horizonte longínquo dos anos 80 em diante a presença da indústria do turismo, o Mercosul e outras facetas do desenvolvimento econômico do Brasil, que levassem a uma maior aproximação com os países de fala espanhola e a própria Espanha.

Pois aí reside o gênio de Martins Filho, nosso Reitor dos Reitores, fundador da UFC em 1954. Ele não se contentou em ter uma universidade no Ceará que gerasse novos vislumbres para o desenvolvimento da região. Quis ir muito além. Seu objetivo era uma universidade “antenada” com o mundo, para além das fronteiras brasileiras. Seu sonho foi, talvez, a construção, a longo prazo, de uma ponte com o mundo Ibérico. Assim, foi a Madri e, com apoio naturalmente do Itamarati, celebrou um acordo de cooperação entre a UFC e o antigo Instituto de Cultura Hispânica daquele país.

Hoje, quando o conhecimento da língua e da cultura ibero americanas constitui uma necessidade – tendo em vista a crescente colaboração Brasil-Espanha no terreno do conhecimento, compreendidos nesse contexto o ensino superior, a pesquisa e a informação tecnológica – torna-se evidente que uma casa de cultura espanhola no Ceará tornou-se uma condição, quase, diria, *sine qua non*, para inserção de nossos jovens no mercado de trabalho e do Ceará no mundo latino-americano; seja da cultura, da economia, do turismo, do intercâmbio científico e muitas outras modalidades.

Minhas Senhoras, meus Senhores!

Não nos cabe, neste discurso de abertura da solenidade de

comemoração dos 50 anos da Casa de Cultura da UFC, estendermos sobre a história de sua fundação.

No entanto, sabemos que o Dr. Martins trouxe para o Ceará, não somente para dirigir o Instituto de Cultura Hispânica, mas para exercer igualmente o magistério, na Faculdade de Filosofia e Letras da UFC, o ilustre professor, diplomata e educador espanhol Adolfo Cuadrado Muniz, conhecido por seu trabalho em toda a América de fala espanhola.

Infelizmente, aqueles anos tumultuados, pré-ditadura militar de 1964, com reflexos profundos nos meios universitários, não eram os mais propícios para que um trabalho de maior fôlego pudesse ser empreendido. Talvez isso possa ter contribuído para a volta de dom Adolfo a Madri, além de seus compromissos com o governo da Espanha.

Faço essa menção a dom Adolfo por solicitação de um dos primeiros alunos-bolsistas do Instituto de Cultura Hispânica, que atualmente trabalha em minha assessoria, o prof. Edmilson do Nascimento, ex-reitor da Universidade Regional do Cariri (URCA), que desfrutou de uma longa convivência com o prof. Cuadrado, em Fortaleza e posteriormente na Espanha.

Quero encerrar estas palavras parabenizando os atuais dirigentes da Casa de Cultura Hispânica, particularmente sua diretora, a prof^a Maria Alice Arruda Ferreira Gomes, e todo o quadro de professores e alunos que fizeram ou contribuíram para o fortalecimento da cultura e da língua espanholas em terra cearense, desde as origens dessa instituição universitária.

Parabéns aos homenageados de hoje, que se destacaram em suas ações no âmbito dessa extraordinária Casa de Cultura.

Muito Obrigado,

Prof. José Teodoro Soares
Deputado Estadual

RELIGIOSIDADE

Família contemporânea

Conforme afirmou o papa Bento XVI em sua primeira visita a Lourdes, em setembro de 2008, “a família encontra-se no meio a uma tempestade”. O Papa referia-se à conjuntura de mudanças pela qual passa a sociedade globalizada deste início de século XXI. Mudanças que afetam profundamente a instituição familiar em sua estrutura.

São inúmeros os problemas que assediam a família como instituição. Desde 1960, as questões suscitadas pela revolução sexual fizeram-se presentes nos debates e na vida social. “A esperança desta revolução era a conquista da liberdade, a saciedade dos desejos e a realização afetivo-sexual”. Os enfoques desta mudança foram evoluindo à medida que novos comportamentos foram sendo legitimados e aceitos pela sociedade contemporânea, tornando-se banais nos meios de comunicação, na cultura e nas artes, principalmente com a internet.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, os constantes divórcios, a diminuição das diferenças hierárquicas entre pais e filhos e ainda a manipulação genética da prole são alguns fatores que, segundo Chyntia Barcellos, desencadearam essas mudanças, dando à palavra família um novo conceito.

Não poderíamos deixar de mencionar as mudanças trazidas pelo movimento feminista nos meios urbanos em todas as sociedades pós-industriais do mundo ocidental, que trouxe como principal consequência a já mencionada presença da mulher no mercado de trabalho em todos os setores da economia moderna, inclusive o financeiro.

Mesmo que seja uma conquista positiva do ponto de vista da liberação da mulher do milenar jugo masculino, nas sociedades patriarcais, o dia a dia das famílias, a convivência entre pais e filhos, entre marido e mulher, tornou-se diferente; há menos tempo para esta convivência e, entre outros fatores, a televisão, surgida após a Segunda Guerra Mundial, em meados do século XX, passou, em muitos, casos a preencher de forma não muito adequada essa ausência.

A família, em sua acepção clássica, educa os cidadãos, ensina as virtudes sociais, promove a aprendizagem das responsabilidades e da solidariedade. Ela está no centro da vida social. É titular de direitos próprios e originários. É o lugar primário das relações interpessoais, é célula vital da sociedade.

A família tem prioridade em relação à sociedade e ao Estado porque é a condição da existência da pessoa e da sociedade. Ela

precede em importância e valor as funções que a sociedade e o Estado devem cumprir. Ela encontra sua legitimação na natureza humana e não no reconhecimento do Estado.

Faço minhas as palavras do arcebispo de Londrina, dom Orlando Brandes, quando afirma em artigo recente: “A vocação humana é a reciprocidade, a complementaridade, o relacionamento, a comunicação. É na família que todos estes valores acontecem desde a fecundação da vida. O berço da comunicação e do crescimento humano é a família. Ela é a primeira sociedade, a primeira instituição, a primeira comunidade”.

É nesse sentido que a CNBB criou desde 1992 a Semana Nacional da Família (SNF), evento anual que faz parte do calendário de, praticamente, todas as paróquias do Brasil e constitui hoje em dia uma realidade. “Teve início como resposta à inquietação, ao descontentamento e desejo de se fazer alguma coisa em defesa e promoção da família, cujos valores vêm sendo agredidos sistematicamente em nossa sociedade”.

No ano de 2010 o lema adotado foi: “Família, formadora de valores humanos e cristãos”, repetindo o tema do 6º Encontro Mundial das Famílias, que aconteceu no México, em janeiro de 2009.

Dentro deste contexto, foi criada por nossa iniciativa, na Assembleia Legislativa do Ceará, na legislatura anterior, a Frente Parlamentar em Defesa da Família, por considerar a instituição um patrimônio da humanidade que requer nos tempos de mudança em que vivemos, a mobilização da sociedade em sua defesa e suporte.

Sem valores morais e cristãos, que só a família pode dar, muitos jovens acabam se jogando às fáceis ilusões da felicidade imediata e dos caminhos tortuosos da droga, do fútil prazer, do consumo do álcool, acompanhados de todas as formas de violência.

Nesta legislatura, em que se adotou novo estilo administrativo, a Frente Parlamentar foi transformada em Subcomissão de Defesa da Família, composta pelos seguintes parlamentares:

Deputado Professor Teodoro – PSDB

Deputado Dedé Teixeira – PT

Deputado Sérgio Aguiar – PSB

Deputado Daniel Oliveira – PMDB

A finalidade desta subcomissão é difundir os valores cristãos em nossa sociedade. Com efeito, constatamos que, de um modo geral, o que é feito nas paróquias não é suficientemente divulgado entre os fiéis, principalmente além-fronteiras paroquiais.

Nosso propósito é criar canais de comunicação com a comunidade cristã para trazer para o âmbito desta Assembleia suas

ideias e projetos de modo a transformá-los em políticas públicas.

Evidentemente, nosso trabalho, em cooperação com as lideranças eclesiais e comunitárias, será instrumentalizado através da promoção de seminários, audiências públicas, grupos de trabalho específicos e outros meios ao nosso alcance.

Entre esses meios, está a disponibilidade de divulgação de artigos, matérias para jornais e revistas e informações produzidas em nossos grupos de trabalho e subcomissões.

Lembro, por oportuno, que, na legislatura passada, desenvolvemos um trabalho no âmbito das paróquias, envolvendo mais de 40 igrejas-matrizes de Fortaleza e algumas do interior do Estado, como Sobral, Quixadá, Cascavel e outros locais da Grande Fortaleza.

Foi por ocasião do centenário de nascimento de dom Helder Câmara, celebrado em 7 de fevereiro de 2009. Fizemos circular pelas paróquias uma exposição composta de 25 painéis com fotos e textos referentes à vida de nosso querido e santo conterrâneo, dom Helder.

Está em fase de implantação o Núcleo Dom Helder de Formação Política no qual nos propomos a desenvolver ações culturais, políticas e educativas para mobilização dos jovens, principalmente no âmbito universitário e escolar.

Outros projetos envolvendo a formação política dos jovens e das lideranças comunitárias estão em vias de elaboração nessa Subcomissão em defesa da Família, que também está aberta a sugestões.

Obrigado a todos por sua participação.

Jornal Correio da Semana, 2 de julho de 2011

Cem anos de Juazeiro do Norte

Juazeiro floresceu à sombra de uma frondosa árvore espiritual e política chamada Cícero Romão Batista. Sombra era o que os tropeiros buscavam debaixo de três juazeiros, refrigerio de passantes no caminho entre Crato e Missão Velha. Segundo historiadores, essa seria a origem do nome da cidade, que se fez centenária neste mês de julho.

Numa paisagem árida, o inóspito povoado de 40 casas, sendo 20 de alvenaria e 20 de taipa e palha, começou a se expandir depois da notícia do milagre da beata Maria Araújo. A hóstia que recebeu de padre Cícero se ensanguentara em sua boca. Os romeiros começaram a acorrer e a fixar residência em torno do misticismo do padre milagreiro e defensor popular, até se tornar na maior cidade fora da região metropolitana de Fortaleza.

À sombra da espiritualidade de padre Cícero também se juntava a da política, pois, responsável pela emancipação do município em 1911, foi seu primeiro prefeito, dotando a cidade de equipamentos públicos básicos para a realidade de então e a projetando para o futuro. Ele mesmo, em tom profético, teria dito que a cidade passaria a crescer depois de sua morte.

Rica em manifestações culturais, berço de inúmeros valores artísticos, Juazeiro do Norte é um dos maiores centros de romaria e peregrinação do mundo. Em torno de 2 milhões e 500 mil romeiros visitam a cidade todo ano, número 10 vezes maior que a população de 250 mil habitantes, milhares deles registrados em cartório com o nome de Cícero ou Cícera. Também não é raro encontrar uma Romana ou Romão, em referência ao santo que a Igreja ainda não canonizou.

A respeito do centenário desta cidade, marcada pela religiosidade da tradição católica, lembro-me de um projeto que apresentei na Assembleia, por sugestão do jornalista e escritor Flávio Paiva, para a realização de um plebiscito a fim de que a população decida se deve mudar o nome do local em que vive para Juazeiro de Padre Cícero.

Esta parece uma demanda latente da população da cidade e de quem a visita, pois já é chamada assim pelos que a amam, sejam residentes ou turistas. Disse em pronunciamento na Assembleia, ainda no ano passado, que o melhor presente para o centenário seria a formalização do nome já de domínio popular. Assim como a Igreja deve reabilitar e beatificar padre Cícero, os órgãos públicos devem providenciar esta outra pendência histórica: Juazeiro é de padre Cícero.

Por razões burocráticas e até de interpretação sobre de quem deveria ser a iniciativa, e até mesmo por questões orçamentárias, ainda não tivemos uma decisão definitiva para o assunto. Enquanto isso, acho que a própria população poderia se mobilizar, envolver a Câmara dos Vereadores e fazer essa justiça em relação ao santo de Juazeiro e de todos os nordestinos.

Prova de que já é de domínio popular está nos versos que Patativa do Assaré fez para Juazeiro, no seguinte trecho:

Cidade de grande sorte,
De Juazeiro do Norte
Tens a denominação,
Mas teu nome verdadeiro
Será sempre Juazeiro
Do Padre Cícero Romão.

Nossa homenagem ao povo do Juazeiro é dar continuidade a esse projeto para que a população tome sob suas mãos o batismo definitivo que a cidade merece, incluindo em sua toponímia o nome de seu fundador de quem se tornou o maior milagre.

Jornal Correio da Semana, 30 de julho de 2011

Ensino religioso

Veza por outra volta à discussão o ensino religioso nas escolas, item assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Os mais radicais querem decretar a morte de Deus, a exemplo de Friedrich Nietzsche (1885). O certo mesmo é que Nietzsche morreu há mais de um século, e Deus continua mais presente na sociedade, e a religião cada vez mais pujante.

Sob o ponto de vista de um mal disfarçado preconceito religioso contra a Igreja Católica, e também evangélicos, há sempre um estudioso apontando favorecimento à religião que é escolhida pela grande maioria do povo brasileiro, a maior nação católica do planeta.

A despeito do avanço da ciência e da profusão de conhecimento e domínio sobre tecnologia, e dos vaticinadores da morte do sagrado, Deus insiste em estar presente no coração e na mente das pessoas. E a religião é a forma de comunicação com o Supremo. Na verdade, o homem é um ser ontologicamente político e religioso, além de fazer parte da tradição do homem congregar com aqueles que professam a mesma fé.

Religião vem do termo latino *religare*, que significa a relação com o divino. É o conjunto de crenças sobre as causas, natureza e finalidade de vida e do universo e trata especificamente da relação dos seres humanos com o sagrado, um ser superior que move tudo que existe no universo.

Já estamos na segunda década do século XXI, e a ideia de religião, da existência de Deus e da espiritualidade continua a prosperar com vigor.

A recente visita do papa Bento XVI à Espanha demonstra a pujança da Igreja que ele comanda, com grande parcela de jovens. Por isso, esses encontros internacionais da juventude católica, cuja próxima edição se dará no Brasil, no Rio de Janeiro.

O noticiário de 3 de novembro de 2007 do Economist reconhece que contra o prognóstico secularista, a fé sobrevive e vem dando mostra de uma energia renovada e com influência cada vez maior nos assuntos do planeta.

Em outras palavras, o homem, ser dotado de razão, tem dentro de si um sentimento religioso, é portador de uma mensagem moral que indica uma perspectiva para o amor, para a verdade. Esta perspectiva ínsita no ser humano revela sua origem, sua dependência de Deus.

Muitos filósofos, como Marx, Freud, Feuerbach, Bertrand Russel, Kant, consideravam Deus como um vestígio de um passado não muito científico para a humanidade, e chegaram a decretar a morte de Deus,

como o já citado Nietzsche. Mas o escritor russo Dostoievsky alertou no seu grande livro *Irmãos Karamazov*: “Se Deus não existe, e a alma é mortal, então tudo é permitido”.

Deus é o que nos move para o bem. Sem Ele, seria o caos. A humanidade já teria sucumbido, diante de horrores praticados entre os próprios homens. O lobo do outro, como já explicou Thomas Hobbes (*Homo homini lupus*). Sem Deus teríamos a exata dimensão da frase “o homem é o lobo do homem”.

Mas Deus está entranhado em nós. E quem está anunciando isso são os cientistas. Saindo do território da alma, os pesquisadores focaram os circuitos do cérebro. Essa linha recente de estudos, já denominada de neuroteologia, tem pesquisas indicando que a ideia de Deus faz parte do nosso ser. O cérebro tem uma área especializada em sentimentos religiosos.

O radiologista Andrew Newberg e o psiquiatra Eugene d’Aquili, autores do livro *Why God Won’t Go Away* (Por que Deus não desaparece), afirmam que as práticas místicas foram fundamentais para a sobrevivência e a evolução da espécie.

Eles monitoraram a atividade de um grupo de budistas em meditação e outro de freiras em orações. Notaram que, nos dois casos, uma mesma área cerebral era ativada, e só quando em atitude de oração ou meditação. Isto é, na forma de contato com o divino.

Na mesma corrente de neuroteologia estão Carol Rausch Albright e James Ashbrook, teólogos autores do livro *Where God Lives in the Human Brain* (Onde está Deus no cérebro humano). Estes pesquisadores defendem a tese de que o próprio circuito cerebral refletiria atributos divinos.

O certo é que, apesar do progresso da ciência e do conforto material, Deus está sempre presente em nossas vidas. Não se justifica, então, essa tentativa de afastar Deus do nosso dia a dia, independentemente da fé que professemos.

O ensino religioso é fundamental nas escolas porque ajuda a desenvolver o senso ético e de solidariedade no ser que está em formação. Sem Deus, até mesmo a obrigatoriedade do ensino, da aprendizagem, será questionada.

Se apregoam tanto que o Brasil é um país plural e diverso, também não se pode esquecer que cerca de 90% dos brasileiros afirmam ser seguidores de Cristo. Não é, então, em nome desse princípio da pluralidade que devemos esmagar os anseios da maioria.

A LDB agiu muito bem em deixar para os estados a tarefa de regulamentar essa questão. Assim como cabe também ao bom senso do

gestor educacional, seja no cargo diretivo ou na sala de aula, conhecer seus alunos e saber se há religiões distintas. Não para calar a voz da maioria, mas para dar vez, também, à minoria.

Li numa matéria no Diário do Nordeste, do dia 20/08/11, um certo tom de alegria com a constatação da queda do número de escolas confessionais no Ceará. É uma ingratidão para quem deu o melhor nível de educação para os cearenses. Esquecem, talvez de propósito, que foi a Igreja quem criou a universidade, com o objetivo de buscar a verdade. E foi a Igreja quem ofereceu os melhores colégios por todo o Brasil.

É profundamente lamentável a diminuição de escolas confessionais em Fortaleza. E é muito lamentável essa cruzada contra o ensino religioso nas escolas. Quero me posicionar contra essa corrente que tem ojeriza a Deus, uma militância pelo laicismo.

Sob pretexto do estado laico, muitos, por ignorância, defendem total exclusão das religiões. Ora, estado laico não é estado ateu. Desconhecer o sentimento religioso, fortemente arraigado em nossa cultura é simpatizar com o totalitarismo. Nós precisamos cada vez mais de Deus, e dos valores morais.

Dostoievsky tem razão. Se Deus não existe, se a alma é mortal, tudo é permitido. É a barbárie.

Jornal Correio da Semana, 27 de agosto de 2011

Família, educação e juventude

É com grande satisfação que dou as boas-vindas, nesta Casa Legislativa, ao Revmo. Sr. bispo de Camaçari–BA e presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Vida e a Família, da CNBB, dom João Carlos Petrini, que será nosso palestrante de hoje.

Sua digníssima e ilustre presença em nosso meio se dá tendo em vista a agenda dos trabalhos da Subcomissão em Defesa da Família criada por iniciativa nossa e dos deputados Dedé Teixeira, Sérgio Aguiar e Daniel Oliveira, desde a legislatura passada.

Procurando um maior fortalecimento da presença católica e cristã nessa Casa, criamos também o Centro dom Helder de Politização dos Jovens, que trabalha de mãos dadas com a Comissão em apreço.

Nossa agenda de atividades consiste essencialmente em promover uma sempre crescente aproximação entre a Assembleia Legislativa e o povo, o eleitor que nos escolheu para representá-lo na elaboração das leis e fiscalização do poder executivo.

Nosso primeiro passo, como deputado estadual, foi levar uma exposição comemorativa do centenário de nascimento de dom Helder Câmara às igrejas matrizes de mais de 40 paróquias da cidade e região metropolitana de Fortaleza, onde fomos muito bem acolhidos pelos paroquianos e religiosos presentes nas comunidades.

Numa linha de aprofundamento daquele trabalho, temos promovido reuniões em diferentes comunidades, visando debater com a ajuda de palestrantes de notório saber questões relacionadas à família, à educação e à juventude.

Esperamos desenvolver legislação pertinente a esses temas, com apoio das comunidades interessadas e, sempre que possível, tentar a identificação de projetos de cunho social que influam nos índices de exclusão, pobreza e violência urbana.

Não é nosso propósito, no breve espaço de tempo deste discurso, abordar questões de cunho filosófico que digam respeito à família e sua presença na sociedade atual. Basta-nos identificá-las como agentes da formação de nossa juventude, seja qual for sua configuração do ponto de vista civil e religioso.

Evidentemente, nosso foco é a família cristã, mas a sociedade não pode ignorar a diversidade de situações com as quais convivemos neste mundo caótico no qual temos de sobreviver em meio ao consumo exacerbado de drogas, a violência, a banalização do sexo e da pessoa

humana, a ausência de ética nas relações sociais e políticas, a idolatria ao consumo, o desrespeito e violência contra a Natureza.

A propósito, desejo mencionar aqui um trecho de recentíssimo discurso do papa Bento XVI, muito adequado ao nosso tempo. Dirigindo-se aos membros do Pontifício Conselho para a Nova Evangelização, no dia 15 de outubro último, ou seja, sábado passado, diz o Pontífice: “tendes escolhido como frase-guia para a vossa reflexão de hoje a expressão: ‘A Palavra de Deus cresce e se difunde’”.

E acrescenta: “Várias vezes o evangelista Lucas usa essa fórmula nos Atos dos Apóstolos”. Em várias circunstâncias, ele afirma, de fato, que “a Palavra de Deus crescia e se difundia” (cf. At 6,7; 12,24).

Mas que terreno encontra a Palavra de Deus? pergunta-se, e o papa Bento responde: “Como então, também hoje, pode encontrar fechamento e rejeição, modos de pensar e de viver que estão longe da busca de Deus e da verdade”.

E prossegue: “o homem moderno está muitas vezes confuso e não consegue encontrar respostas para muitas perguntas que agitam sua mente, em referência ao sentido da vida e às questões que surgem nas profundezas do seu coração”. O homem não pode evitar essas questões que tocam o significado de si e da realidade, não pode viver em uma só dimensão!

Ao invés disso, muitas vezes, é removida a busca do essencial na vida, enquanto lhe é proposta uma felicidade efêmera, que contenta por um momento, mas deixa, logo depois, tristeza e insatisfação. Mas, não serão esses vieses que tendem a criar obstáculos a nosso trabalho como cidadão consciente e, sobretudo, como cristão, que vão frear nosso propósito de viver numa sociedade mais humana, mais justa, menos violenta, e mais igualitária.

Temos procurado trabalhar, nos programas voltados para a família, sempre em articulação com a CNBB e a Arquidiocese de Fortaleza, quer na organização de eventos, quer nas discussões dos temas levados por nós ou provenientes de iniciativas comunitárias.

Recentemente vieram-se somar a nossas fileiras 40 estagiários da própria Assembleia Legislativa que já começaram a produzir eventos cujos frutos nos abrirão novos horizontes em nossa labor social.

Exemplo do que digo foi a visita efetuada semana passada por estagiários e membros de minha equipe de trabalho ao bairro de Jangurussú, na periferia de Fortaleza, para distribuição de brinquedos a crianças do ensino básico.

A visita se deu graças a uma iniciativa do estagiário Lucas

Guerra Carvalho de Almeida, ao Centro de Apoio à Comunidade – CAC, uma ONG criada pelo falecido padre jesuíta Fred Solon, meu amigo de saudosa memória. O CAC dispõe de creche, farmácia viva, e atende a mais de 600 crianças cujas famílias residem nas suas imediações.

Devo acrescentar, finalmente, que a vinda de dom Petrini, cuja presença muito nos honra e enriquece intelectualmente, para esta palestra na Assembleia, é fruto do esforço programático de nossa Comissão em Defesa da Família.

Jornal Correio da Semana, 22 de outubro de 2011

Audiência da Família

Trago hoje três assuntos importantes para refletir com os senhores. O primeiro deles foi a audiência pública realizada ontem pela Subcomissão em Defesa da Família, que é vinculada à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Debatemos sobre a Realidade e Defesa dos Valores Cristãos da Família, com a presença do bispo de Quixadá, dom Ângelo Pigoli, da professora Erotilde Honório, do pastor Samuel Munguba Jr., o pároco da Catedral de Fortaleza, padre Clairton Alexandrino de Oliveira, entre outras personalidades.

Com um debate de alto nível teórico, os palestrantes fizeram uma análise sobre a evolução da família e sua importância na sociedade.

Apesar dos senões acadêmicos, que podem estudar vetores distintos da problemática, o certo é que a família está sob ataque de diversas forças poderosas. Estamos numa crise de valores, que só a família pode resgatar e preservar.

A atual conjuntura de mudanças pela qual passa a sociedade tem afetado profundamente a instituição familiar em sua estrutura. O que era pra ser revolução passou a ser banalizada, a importância da família foi distorcida e seus valores seguiram outra direção.

Para dom Ângelo Pignoli, o futuro da humanidade passa pela família, que precisa de identidade. “É de suma importância a conscientização dos jovens para o papel da família e os princípios que ela deve seguir. Muitos deles acabam sendo seduzidos por uma falsa verdade”.

Já o pastor Samuel Munguba Jr disse que é preciso estudar os princípios da palavra de Deus para o sucesso da família. E isso não acontece pela falta de tempo do homem e da mulher de agregar e pregar a Palavra dentro de casa. “Nossa pregação não pode ser diferente do que vivemos em casa”, disse, acrescentando que é assustadora a ausência de Deus na escola e na família.

Padre Clairton afirmou que se levantou uma verdadeira guerra contra a família. É como se esta não fosse mais o alicerce da vida, não fosse mais sagrada. Para ele, existe um lobby errado para o que chamam de família moderna. “É desonesto o que as pessoas têm feito para desagregar os valores morais e os princípios divinos”.

Esse foi o resumo dos debates sobre um tema que demanda cada vez atenção de todos nós. A derrocada da família é o fracasso da sociedade.

Como disse o papa Bento XVI, a família se encontra em meio a

uma tempestade.

O objetivo da Subcomissão de Defesa da Família é manter esse debate e promover fóruns de discussão em defesa dessa instituição base, da qual depende a forma como vamos encarar o mundo.

As sete faces da Igreja

A Igreja Católica Apostólica Romana, ao longo de sua recente história, tem sido alvo de ataques nos mais diversos flancos. Na maioria das vezes, vemos pela imprensa uma campanha de seus opositores querendo que ela abra mão de seus valores e assuma o que eles acham mais adequado. Para surpresa e tristeza de seus adversários, a Igreja permanece firme, inabalável.

Vejam alguns casos em que, a qualquer pretexto, tenta-se colocar em xeque a postura da Igreja. Agora mesmo, a revista Isto É, na edição datada de 12 de outubro, que circula nesta semana, traz uma reportagem sobre “Os 7 pecados da Igreja Católica”. O gancho para o ataque foi a divulgação da pesquisa “Novo Mapa das Religiões”, realizada pelo Centro de Políticas Sociais da Faculdade Getúlio Vargas.

O próprio site da FGV, que abriga a pesquisa completa, tem um texto com viés claramente anticatólico. Ele começa reconhecendo que o Brasil é o país com o maior contingente de católicos do mundo. Depois, vale-se de Weber com sua tese sobre a Ética Protestante, para dizer que os católicos não se dão bem com o capitalismo. Para avaliar sua tese, afirmou que o Brasil é o único país católico entre os emergentes BRICS.

Citou que os países em crise econômica, como Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, são essencialmente católicos. Até aqui, nota-se que os católicos são ruins na economia. Mas ele se trai. Primeiro, ao esquecer que a última grande crise foi gerada no seio do país essencialmente protestante, os EUA, que serviu de base para os estudos de Max Weber.

Depois ele dá a informação paradoxal: a França, maior economia católica do mundo, está prestes a ser ultrapassada pelo Brasil. Em outras palavras, o Brasil será a maior economia católica do planeta, superando seus limites e passando a França. Isto é, associar a prosperidade ou fracasso a essa ou aquela religião não tem rigor acadêmico e pode revelar outros interesses, se não a mera levandade.

No mesmo texto, ele reconhece que os estados mais católicos do Brasil foram os que mais avançaram economicamente. Mas o autor do texto chama isso de exceção da regra.

Instigado pelo texto de apresentação da pesquisa e baseados nos seus dados, a Isto É resolveu especular sobre os 7 pecados da Igreja, que justificariam a perda de fiéis. Muitos pontos que a revista reputou como negativos têm seu lado positivo. E outros carecem de

fundamentação. Vejamos os tais sete pecados.

1 Romanização da Igreja

A revista assume que os cristãos atuais não se submetem a obrigação, imposição e ritos. E usou uma frase de Bento XVI, que preferiria uma igreja menor e mais atuante em vez de uma maior, mas sem atuação coerente e consistente. Segundo o cientista Jung Mo Sung, da Universidade Metodista de São Paulo, “a estratégia fortalece o fervor de uma minoria praticante, mas traz uma consequência não intencional da perda de adesão de católicos difusos.”

Ora, se isso é verdade, a igreja está crescendo espiritualmente. Não se mede uma igreja apenas pelo número dos que se dizem fiéis, mas pela qualidade com que vivem a doutrina.

Mesmo assim, custo-me crer nesta justificativa, pois a migração se dá para igrejas evangélicas, onde há também obrigações, ritos.

2 Supermercado católico

Segundo a revista, párocos têm relatado que seus templos estão existindo à imagem e semelhança de supermercados. Percebem que é cada vez maior o número de fiéis que procuram a igreja ocasionalmente, em busca de serviços religiosos como casamentos, missas de sétimo dia, batizados e bênçãos de lugares e objetos.

A revista, talvez sem perceber, faz uma observação que é contra sua tese. Se cada vez mais pessoas vão à igreja em busca de serviços, é óbvio que, de alguma forma, essas pessoas professam a religião. Se não, procurariam outros templos. Acho que o aumento na procura por serviços religiosos denota acréscimo de fiéis (ou manutenção), que é o contrário do que tentou justificar a reportagem.

3 Fuga de mulheres

Outro fato listado pela revista seria a fuga das mulheres. Diz que das 25 denominações pesquisadas, apenas no catolicismo a mulher não constitui a maioria dos adeptos. Entre evangélicos, espíritas, religiões de matriz africana, oriental e asiática, elas superam os fiéis do sexo masculino.

Já as católicas seriam 68%, enquanto os homens, 69%. Nas minhas contas, dá mais de 100, não sei como chegaram a essa conclusão. Mas o aspecto é outro, é o argumento contra o catolicismo, citando três tabus: contraceptivos, divórcio e aborto. Ora, eles também estão nas outras religiões. O espírita é até mais ferrenho contra o aborto.

4 Escândalo de pedofilia

As notícias de escândalos sexuais dentro da Igreja costumam servir de argumentos hipócritas. Não se pode negar sua existência, nem condescender com a prática. No entanto, esses crimes hediondos não são exclusivos da Igreja Católica; todas as denominações convivem

com esse tipo de aberração.

O papa Bento XVI tem feito um bom trabalho para combater essa prática. Muitos inimigos se infiltram na igreja para desmoralizá-la. Somos solidários a todas as vítimas, mas não podemos violentar uma instituição pelos erros de alguns de seus membros, que são humanos e, portanto, sujeitos às fraquezas.

5 Ausência de lideranças

A revista cita dom Helder e dom Paulo Evaristo Arns, duas personalidades marcantes, como os dois últimos grandes líderes do catolicismo brasileiro, que estaria órfão de personalidades carismáticas daquela magnitude. Não há como negar a importância para o clero destes dois ícones da recente história política e religiosa do Brasil. No entanto, há outros, ainda mais midiáticos, como os padres cantores, que atraem multidões tanto nos shows e missas como na mídia. É verdade que a igreja brasileira, e cearense, têm grandes nomes que deixaram saudade, mercê de seu grande trabalho espiritual: Pe. Cícero, Pe. Ibiapina, frei Damião, frei Galvão, dom Lorscheider e tantos outros.

Hoje, temos outros líderes, que agem e alcançam multidões de acordo com as circunstâncias atuais.

6 Comunicação centralizada

A reportagem da revista fala em comunicação centralizada, mas o texto começa afirmando que várias comunidades estão experimentando outras formas de comunicação. E a igreja tem usado bem esses recursos tecnológicos, e usado os meios de comunicação de massa, como o rádio e a TV, sendo proprietária, por meio de comunidades, de emissoras de rádio e rede de televisão.

7 Perda de identidade social

O certo é que há perda de fiéis na Igreja Católica, mas, ao mesmo tempo, há um reavivamento espiritual, com o florescimento de comunidades como o Shalom, a Renovação Carismática, Focolares e várias outras comunidades, que demonstram fervor em seu catolicismo. O que muitos não querem compreender ou aceitar, porque vai de encontro a seus anseios e expectativas, é que o mundo tem se voltado para a espiritualidade.

A migração de católicos não se deu para todas as denominações evangélicas, foram atraídos pelos pentecostais. Mas o movimento pentecostal também cresceu no catolicismo, como os carismáticos, com suas orações em línguas, sessões de curas e libertação.

O estudo não fez essa associação, mas certamente houve crescimento no número de pessoas com algum tipo de crença em Deus.

80 anos do cônego Sadoc 43 anos de UVA

Outubro é o mês da UVA, que neste 2011 comemora 43 anos, razão pela qual estamos reunidos nesta sessão solene da Assembleia Legislativa. Mas este ano, outra motivação se impõe nesta homenagem, os 80 anos de seu fundador, o cônego Sadoc de Araújo.

Uma das mais altas figuras da cultura cearense, o historiador sobralense cônego Sadoc é o intelectual que une a ação à reflexão. Educador por excelência, foi formulador e executor de políticas que significaram extraordinário avanço na educação de sua cidade e toda a região.

Discípulo de dom José, o padre Sadoc seguiu seus passos na carreira acadêmica. Concluiu seus estudos superiores em Roma, com bacharelado e mestrado na Pontifícia Universidade Gregoriana. Voltou a Sobral e passou a ter forte atuação na área educacional, no Colégio Santana, no Colégio Estadual Dom José, no Colégio Sobralense, no Seminário Diocesano, onde foi reitor. Também foi diretor e professor da Faculdade de Filosofia Dom José, onde fundou e dirigiu o Colégio de Aplicação.

DATAS MARCANTES

Falando como historiador, Sadoc afirma que Sobral tem duas datas marcantes na linha do tempo de sua história: a emancipação política, conquistada em 1773, e a emancipação cultural, com a criação da UVA, em 1968.

Com a vivência que eu tive em Sobral e com a devida vênia, quero acrescentar outra data: a criação da Diocese de Sobral, em, 1915.

Esse tripé Prefeitura-Diocese-UVA vem respondendo pelo desenvolvimento cultural, econômico e social de Sobral. A UVA se criou nos braços da Diocese (cedeu o prédio) e da Prefeitura (manutenção). A primeira universidade do mundo, em Bolonha, na Itália, foi criada pela igreja, que manteve essa tradição ao longo dos anos e lugares. Todas as universidades estaduais cearenses, por exemplo, tiveram origem na Igreja Católica.

A UVA matriculou cerca de 9 mil alunos neste ano, nos seus 23 cursos de graduação oferecidos em Sobral.

Nos cursos descentralizados que incluem, além do Ceará, mais cinco estados, há um estoque de quase 61 mil formaturas. Lembro que na minha gestão a Universidade formou 50 mil professores no Ceará.

Para chegar até aqui, a trajetória da UVA se resume em três fases, e quatro datas:

1968 – criação, como autarquia municipal

1984 – encampação pelo Governo do Estado

1993 – transformação em fundação

1994 – reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação/Ce

DIOCESE DE SOBRAL

A UVA, na hora primeira de sua existência, não poderia esquecer algumas organizações e personalidades que foram determinantes na construção dessa catedral do saber.

A diocese de Sobral, pioneira e vanguardista na área religiosa e educacional, esteve presente nos primórdios desta instituição de ensino superior. Além de seu fundador e primeiro reitor, Sadoc, tivemos nomes como dom José Bezerra Coutinho, dom Walfrido Teixeira Vieira, dom Aldo Pagotto, dom Fernando Saburido, monsenhores José Gerardo Ferreira Gomes, Manoel Waldery Rocha, padre José Linhares Pontes, padre João Batista Frota e tantos outros, que mostram o quanto a igreja sobralense tem feito pela educação superior na região.

Organizações como Rotary Clube, a Prefeitura de Sobral, que se voltou para a UVA desde a administração do prefeito Jerônimo de Medeiros Prado, personalidades como os professores Luciano Arruda, José Euclides Ferreira Gomes Junior, Miriam Goersch, Pedro Ribeiro da Silva, Edinaldo Silveira, Almino Rocha da Silva, Valdecy de Vasconcelos, João Edison Andrade, Aloisio Ribeiro da Ponte, José Cordeiro Damasceno, Pe. José Linhares Pontes e tantos outros que contribuíram com sua dedicação e trabalho para a Universidade chegar à posição em que se encontra.

MANDATO DO PROFESSOR TEODORO

Durante todo o meu mandato, contei com o apoio institucional e de pessoas como do vice-reitor, desde o início, professor Evaristo Linhares, assim como seu irmão Edgar Linhares, atual presidente do Conselho Estadual de Educação.

Ação dos governadores Tasso (1º mandato), Ciro Gomes, Tasso (2º e 3º mandatos), Lúcio Alcântara, período de quase duas décadas, possibilitaram ajuda financeira e ambiente favorável, diria mesmo que nesta época vivíamos uma verdadeira “pax-sobralense”.

Nesta paz reinante, notadamente na última década, merece destaque a ação do então prefeito Cid Gomes, durante os oito anos de seu mandato, parceiro de toda hora que, sabedor do valor do conhecimento nas sociedades modernas, não vacilou em dar apoio integral à ação de consolidação e interiorização do ensino superior na terra de dom José Tupinambá da Frota, o segundo construtor de Sobral,

que idealizou, trabalhou e contribuiu para transformar a Princesa do Norte em metrópole regional e cidade cosmopolita.

PROCESSO DE RECONHECIMENTO

Depois da reforma do prédio, feito em tempo recorde (quatro anos), realizei o primeiro trabalho de fôlego, que foi o reconhecimento da UVA, obtido pelo Parecer nº 318 do Conselho Estadual de Educação do Ceará, homologado pelo governador Ciro Ferreira Gomes e sancionado pela Portaria Ministerial nº 821 de 31 de maio de 1994, publicada no Diário Oficial da União de 1º de julho de 1994.

Um ano antes, através da Lei nº 12.077-A, de 1º de março de 1993, a Universidade foi transformada em Fundação, com a denominação de Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, agora vinculada à Secretaria da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior – Secitece.

CRIAÇÃO DE CURSOS - DIREITO E FILOSOFIA

Durante o meu reitorado foram criados e reconhecidos 13 cursos de graduação regulares, além de vários cursos especiais. Alguns deles demandaram muito trabalho.

Quando da criação do curso de Direito, encontrei uma resistência quase intransponível. Para conseguir tal objetivo, tivemos que fazer parcerias envolvendo a Universidade Federal do Ceará, com o empenho do reitor Roberto Cláudio Frota Bezerra, a Prefeitura Municipal de Sobral, sob a administração de Cid Ferreira Gomes e o Tribunal de Justiça do Estado, comandado pelo desembargador José Maria de Melo, para criarmos o curso de Direito, primeiro pela UFC, que depois passou para a UVA. Maneira “sui generis” de criação do curso de Direito como foi reconhecido pelo então ministro de educação professor Paulo Renato de Souza.

PROFESSOR LEIGO

O grande mérito da UVA, na minha gestão, foi a interiorização do ensino superior e a transformação de Sobral em cidade universitária.

No final de 1996, o Ceará encontrava-se numa situação delicada em relação às novas exigências da LDB. Segundo dados da Secretaria de Educação Básica do Estado, dos 66.224 componentes do corpo docente, 16.200 não possuíam primeiro grau completo, ou seja 25%; 33.200 com o ensino médio (2º grau), correspondendo a 50%, e apenas 12.593, ou seja, 25% eram professores titulados, isto é, com nível superior universitário.

Diante deste quadro, o Conselho de Reitores das Universidades Cearenses (CRUC) e o Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEC)

lançaram, em janeiro de 1997, um programa de capacitação docente para, de forma intensa, titular essa grande massa de professores leigos.

Decorridos dez anos da promulgação da LDB e da operação de guerra lançada pelo CRUC e pelo CEC, as universidades cearenses, sobretudo as públicas, têm desenvolvido cursos especiais de capacitação docente (formação de professores, licenciaturas breves, pedagogia em regime especial) todos autorizados e reconhecidos pelo Conselho de Educação do Ceará. A UVA se fez presente em 142 municípios, tendo diplomado cerca de 50 mil professores.

FACULDADE DE MEDICINA

A implantação da Faculdade de Medicina de Sobral foi outra vitoriosa iniciativa, que teve início em 2001, e hoje é uma realidade. E Sobral sempre se destacou nessa área pelo número e qualidade dos profissionais filhos da Princesa do Norte.

A Universidade Federal do Ceará, em boa hora, expandiu-se com a Faculdade de Medicina de Sobral e a de Barbalha, pois, com a evolução do sistema SUS, segundo o mecanismo do Programa Saúde da Família, a escassez de médicos vem atraindo profissionais de outras regiões do País.

EDIÇÕES UVA

O corpo docente é composto de 352 professores efetivos, substitutos e bolsistas, sendo que mais de 50% já possuem títulos de mestrado e doutorado.

O alunado da Universidade é composto de estudantes de cursos regulares sediados em Sobral, com 8.742, e dos cursos especiais, espalhados em 142 municípios, e mais cinco estados, que totalizam quase 61 mil alunos.

A biblioteca central, construída há 30 anos, na gestão do governador Virgílio Távora, e as bibliotecas setoriais, nos diversos centros (CCH, CCS, Betânia e Cidao) contam com aproximadamente 60 mil volumes, atendendo satisfatoriamente aos corpos docente e discente, bem como ao alunado da educação básica e média do município.

As edições UVA, no decorrer dos últimos dez anos, já publicaram mais de 100 títulos, com uma tiragem de dois mil volumes por título, nas mais diversas áreas do conhecimento, privilegiando as obras didáticas resultantes de pesquisa dos professores, com destaque para os temas regionais.

INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O grande projeto realizado pela UVA nesta última década foi o programa de formação de professores, iniciado após a promulgação da LDB em dezembro de 1996, com a “operação de guerra”, concretizado

pela UVA com o patrocínio e apoio do Conselho Estadual de Educação do Ceará, sob a presidência do professor Marcondes Rosa de Souza, e do Conselho de Reitores das Universidades Cearenses.

No momento, a UVA se encontra sob a administração do prof. Antonio Colaço Martins. Desenvolve um trabalho de consolidação da Universidade, na zona norte, com repercussão no estado todo, em consonância com a política de ciência e tecnologia e ensino superior do estado.

Por último, elevamos preces ao Criador, para que todos os anos, em cada aniversário, a UVA cresça na sabedoria que emana do nosso Deus. E que seus corpos docente, discente, administrativo e toda a comunidade escolar se realizem como cidadãos e possam irradiar o bem, onde quer que a UVA se faça presente.

Nossas preces de gratidão a Deus por nos ter dado para trabalhar pela educação cearense nosso cônego Sadoc de Araújo. Deus o conserve pleno de sabedoria e lucidez, suas características.

Prêmio Direitos Humanos para Pe. João

O Prêmio Direitos Humanos deste ano escolheu dois cearenses que receberam a premiação das mãos da presidente Dilma Rousseff na semana passada. Os dois são ligados à Igreja Católica, um da Diocese de Sobral, e a outra, de Crateús: Rita Gomes do Nascimento, indígena do grupo Potyguara, milita nas pastorais Indígena e da Juventude, de Crateús, é conselheira da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação. Padre João Batista Frota é pároco da Igreja do Patrocínio, em Sobral, tem toda sua vida dedicada à promoção dos direitos humanos.

Tive a oportunidade de participar da solenidade de entrega da comenda em Brasília, tendo em vista que eu já me encontrava na capital federal, participando, no Ministério da Educação, do Fórum Nacional da Educação, como representante da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Padre João foi premiado na categoria de Enfrentamento à Pobreza, que compreende a atuação relacionada à garantia dos direitos econômicos e sociais consignados por pactos internacionais, bem como ações na área de combate à fome e segurança alimentar. No documento do Governo, padre João é apresentado como criador de obras sociais, de projetos e de ONGs, a exemplo do Centro de Profissionalização Padre Ibiapina, fundador das entidades Construtores da Paz e Semeadores da Paz.

Seu trabalho de maior visibilidade é o Projeto Cabra Nossa de Cada Dia, que consiste na distribuição de caprinos para o sustento de famílias carentes, enfrentando a aridez do sertão com animais fortes e resistentes e adaptados à região. Esse trabalho já é referência nacional, como atesta agora este reconhecimento federal, por ter salvo milhares de crianças, além de contribuir para a erradicação da pobreza na Zona Norte do Ceará.

João Batista Frota é mais um dos padres formados por dom José Tupinambá da Frota que tem contribuído enormemente para a libertação de seu povo, tanto no aspecto material como espiritual. Dom José, sob influência do Concílio de Trento, preparou seu padre para ter um clero douto e santo. Padre João é santo e culto.

Acompanho de perto sua trajetória desde os tempos de seminarista, quando fomos colegas em Sobral, até os estudos finais que concluímos em Roma.

Como já testemunhei em outro espaço, uma palavra resumiria o perfil de padre João: solidariedade. Digo isso com a legitimidade de

quem lhe acompanhou os passos ao longo de sua jornada de andarilho. Em todas as suas andanças, servir ao outro, principalmente os mais humildes, era um exercício cotidiano.

Terminados seus estudos teológicos, ele adiou sua ordenação sacerdotal para viver uma experiência com os padres operários. Chegou a exercer o ofício de pedreiro, garantindo seu sustento com o trabalho braçal nos *kibutzim*, como eram chamadas as fazendas coletivas em Israel.

De lá, parte para a Alemanha, onde trabalha numa fábrica e, depois, Paris, onde voltamos a nos encontrar como bolsistas do governo francês para estudar Sociologia.

Por fim, ele volta à Itália para se ordenar. Tive o privilégio de organizar a primeira missa que ele celebrou, na capela grega da Catacumba de Santa Priscila, em Roma.

De volta ao Brasil, padre João foi ser vigário de sua Massapê, onde serviu a seu povo, com muita dedicação. Quando a Igreja despertou para a Teologia da Libertação e sua opção preferencial pelos pobres, encontrou em padre João alguém que já vinha exercendo esse princípio desde muito tempo.

Sua ligação com os pobres, liderança, santidade e cultura chamaram a atenção dos poderosos durante a ditadura militar.

Padre João tinha um programa de rádio na educadora e escrevia artigos que incomodavam as autoridades de plantão, mas jamais conseguiram incriminá-lo, pois seu texto tinha fundamentação bíblica e era respaldado por documentos doutrinários da Igreja.

Como se vê, padre João é o profeta que não fica apenas no discurso. Sua simplicidade desconcerta quem não entende alguém com tanta cultura colocá-la apenas a serviço de Deus e de seus irmãos mais humildes. Ele fala e age, ele conscientiza e mobiliza, sem jamais apelar para a linguagem do ódio, nem mesmo quando denuncia injustiças.

Sempre a serviço, sempre um sorriso manso e uma palavra de conforto e de estímulo. Seguidor e amigo íntimo de São Francisco, padre Frota é um santo moderno, exemplo de solidariedade cristã vivida no dia a dia e não apenas no altar.

Padre João, que já está perto de completar 50 anos de sacerdócio, conhecedor de boa parte do mundo, rico em experiências e cultura, dedica-se com afinco aos pobres, sem perder de vista o diálogo com os mais favorecidos. O reconhecimento de seu trabalho, em âmbito nacional, com o Prêmio Direitos Humanos, é apenas a demonstração de sua vida a favor dos mais pobres.